

LISBOA SUBTERRÂNEA 25 ANOS DEPOIS

Tânia Manuel Casimiro
Carlos Boavida
António Carvalho
(eds.)

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA | IMPRENSA NACIONAL



LISBOA SUBTERRÂNEA 25 ANOS DEPOIS

Tânia Manuel Casimiro

Carlos Boavida

António Carvalho

(eds.)

CASIMIRO, Tânia Manuel, ed.
BOAVIDA, Carlos, ed.
CARVALHO, António, ed.
Lisboa Subterrânea – 25 anos depois. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2024 — 388 p.: il., 28 cm.
(Suplemento a «O Arqueólogo Português». ISSN 0874-579X; 12).
ISBN 978-972-27-3194-2 (IN)
ISBN 978-989-9223-04-2 (MMP)

Suplemento n.º 12 a «O Arqueólogo Português»

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Lívia Cristina Coito

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

MAQUETAGEM

Carlos Boavida

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Todos os direitos reservados ao abrigo do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos

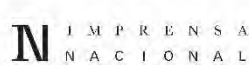
ISBN 978-972-27-3194-2 (IN)
ISBN 978-989-9223-04-2 (MMP)
ISSN 0874-579X
Depósito Legal n.º 538 245/24
Impresso em dezembro de 2024

CAPA

Vista geral da grade de maré identificada na Praça D. Luís I, em Lisboa (cortesia Era-Arqueologia).

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-206 Lisboa
Portugal
Tel. 21 362 0000
Email: geral.mnarqueologia@museuarqueologia.pt
www.museunacionalnarqueologia.gov.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
Email: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt



Índice

LISBOA É UM HIPEROBJETO	7
Tânia Casimiro, Carlos Boavida, António Carvalho	

Ciclo de Conferências «Lisboa não É só Subterrânea — 25 anos depois de uma exposição»	
Programa	11

PARTE I MEMÓRIA DE UMA EXPOSIÇÃO

«LISBOA SUBTERRÂNEA» NA LISBOA'94 — CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA	17
Simonetta Luz Afonso	

MEMÓRIAS DA «LISBOA SUBTERRÂNEA»	21
Francisco Alves	

«LISBOA SUBTERRÂNEA»: MEMÓRIAS (MUITO PESSOAIS) DE UMA EXPOSIÇÃO	25
Ana Margarida Arruda	

PARTE II A ARQUEOLOGIA DE LISBOA 25 ANOS DEPOIS

LISBOA PRÉ-HISTÓRICA: UMA SÍNTESE DA INFORMAÇÃO CONHECIDA EM 2020	39
Ana Catarina Sousa, Catarina Costeira, Ana Maria Costa, Daniel van Calker, João Luís Cardoso	

LISBOA PROTO-HISTÓRICA: ESTADO DA QUESTÃO E NOVAS PERSPETIVAS	79
Elisa de Sousa	

O PORTO DE <i>OLISIPON</i> NO PROCESSO DE CONQUISTA ROMANA DO OCIDENTE PENINSULAR	95
João Pimenta	

<i>OLISIPON</i> NO QUADRO DO COMÉRCIO DE BENS ALIMENTARES TRANSPORTADOS EM ÂNFORAS ENTRE A REPÚBLICA E O PRINCIPADO	109
Victor Filipe	

LISBOA MEDIEVAL, CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA	125
Jacinta Bugalhão	

DA CAÇA AO TESOURO À LONGA DURAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA	167
Manuel Fialho Silva	

NECRÓPOLES MEDIEVAIS E MODERNAS DE LISBOA	183
Nathalie Antunes-Ferreira, Francisco Curate	

VIVENDO COM A NOBREZA. ARQUEOLOGIA DOS PALÁCIOS E CASAS NOBRES NA LISBOA MODERNA	205
Tânia Casimiro, Carlos Boavida	

ANTES E DEPOIS DA TRIPLA CATÁSTROFE. O QUE NOS CONTA A ARQUEOLOGIA «DA CIDADE QUE FOI LISBOA...»	231
Carlos Boavida	

«THEY HAVE MANY RELIGIOUS HOUSES». INSTITUIÇÕES MONÁSTICAS E CONVENTUAIS NA ARQUEOLOGIA DE LISBOA Catarina Parreira, Miguel Martins de Sousa	295
LISBOA <i>EX MACHINA</i> João Sequeira, Isabel Cameira	319
O NADA QUE FOI TUDO OU A AUSÊNCIA DE UMA ARQUEOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM LISBOA Tânia Casimiro, Afonso Leão	339
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA: UM RECURSO MUNICIPAL PARA UMA GESTÃO TRIDIMENSIONAL DO TERRITÓRIO E DA MEMÓRIA António A. da Cunha Marques	349
ARQUEOLOGIA DE LISBOA — BALANÇOS E PERSPETIVAS Transcrição do debate moderado por Carlos Fabião	365
BIOGRAFIAS DOS AUTORES	383

Lisboa É Um Hiperobjeto

TÂNIA CASIMIRO, CARLOS BOAVIDA, ANTÓNIO CARVALHO

Um hiperobjeto pode ser definido como um vasto espectro temporal e geográfico de grande finitude, que existe numa escala diferente e maior do que a dos humanos e outras formas de vida (Morton, 2013). Esta é necessariamente uma definição ampla, na medida em que, «devido ao espectro temporal e geográfico do hiperobjeto, é algo no interior do qual todos nós vivemos» (Campbell, 2021, p. 1316). Este conceito teórico holístico torna-se útil quando consideramos que uma cidade é mais do que um conjunto de edifícios, as pessoas que nela convivem, ou os materiais que a compõem. Uma cidade é tudo o que a torna tangível e intangível e que recorrentemente vai além do seu espaço físico. É neste sentido que acreditamos que Lisboa é um hiperobjeto, pois é mais do que o seu espaço geográfico, mais do que as pessoas que nela vivem. Lisboa, como muitas outras cidades sobrepostas, é um conceito mereológico, maior do que a soma das suas partes.

O Ciclo de Conferências *Lisboa Não É Só Subterrânea — 25 Anos Depois de Uma Exposição* demonstrou claramente como Lisboa é bem mais do que uma realidade espaço-temporal e pode ser vista como um conceito. O pretexto para este ciclo era óbvio. Consistiu em assinalar a passagem de um quarto de século sobre a organização da «Lisboa Subterrânea» no Museu Nacional de Arqueologia, no âmbito da Programação da Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, que permitiu mostrar ao público e garantir para a posteridade, em catálogo (*Lisboa Subterrânea*, 1994), de que forma a arqueologia da cidade de Lisboa era efetuada e quais as grandes problemáticas teóricas em torno da mesma. A grande questão que motivou a realização deste ciclo, ocorrido em 2019, foi verificar até que ponto, duas décadas e meia depois, mudanças nas perguntas científicas e nas metodologias tinham reflexo naquilo que entendemos ser a arqueologia em Lisboa e no passado e futuro da própria cidade. E foi isso mesmo que tentámos fazer. Trazer o passado para o presente com vontade de construir uma visão futura da arqueologia lisboeta. Uma visão onde cada contexto arqueológico não seja visto como um ponto isolado num mapa SIG, mas uma pequena parte de um todo maior do que o tempo e o espaço que ocupa. É assim que vemos Lisboa, não como um retalho de pequenos sítios arqueológicos divididos por cronologias, mas como um grande contexto, uma arqueosfera, onde nada surge sem ser em relação com tudo (Edgeworth, 2016) e onde o assentamento paleolítico de Monsanto tem tanta importância quanto o alojamento temporário na Travessa dos Brunos datado dos inícios do século XXI. Para os cientistas sociais, esta é uma afirmação óbvia. No entanto, quando a exposição «Lisboa Subterrânea» foi apresentada no Museu Nacional de Arqueologia, em 1994, nada além do século XVIII foi considerado no discurso expositivo, o que se compreende quando pensamos na história da arqueologia em Portugal. Estes textos, publicados como seria expectável nas páginas da

centenária revista do museu, *O Arqueólogo Português*, mostram que hoje, volvidas poucas décadas, Lisboa e a sua arqueologia são mais dinâmicas, mais inclusivas, mais contemporâneas.

Aquilo que aqui publicamos é uma parte significativa das várias sessões que ocorreram. Aquelas tiveram lugar entre abril e dezembro de 2019 e resultaram de uma parceria estabelecida entre a Comissão de Estudos Olisiponenses, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Museu Nacional de Arqueologia e o Centro de Arqueologia de Lisboa. A sua organização foi, tal como o índice deste livro demonstra, cronológica. As sessões tiveram lugar, alternadamente, no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Arqueológico do Carmo, tendo terminado na Câmara Municipal de Lisboa, onde se procurou também promover o debate possível.

Os artigos constantes deste livro podem ser agrupados em duas grandes perspetivas: aqueles que fazem um estado da questão com um levantamento exaustivo das evidências que se conhecem para determinados momentos, traçando um panorama dos conhecimentos atuais, e outros que fazem uma análise crítica de conceitos e achados, antecédidos, claro está, pelas intervenções de duas responsáveis pela organização da exposição em 1994: a administradora da área de exposições da Lisboa 94, Simonetta Luz Afonso, e a comissária científica, Ana Margarida Arruda.

Os dois grupos de textos são fundamentais para o equilíbrio teórico-prático de um livro que discute como a arqueologia de um espaço urbano se transforma numa realidade intangível. A arqueologia permite identificar materialmente aquilo a que Henri Lefebvre (1974) chamaria a sociabilização do espaço, ou como o espaço, neste caso o lisboeta, não é apenas uma zona geográfica passiva, mas uma força ativa que constrói e é construída por variadas relações, criando assim paisagens sociais e culturais fundamentais na construção da(s) identidade(s) da cidade e dos seus e suas agentes humanos e não-humanos.

O livro, tal como o ciclo de conferências, obedece a uma arrumação clássica de ordem cronológica. Acreditamos que os capítulos existentes cobrem a maioria dos momentos históricos da cidade, muito embora tenhamos de reconhecer que alguns períodos, tais como o fim da ocupação romana ou a Idade Média, ficaram sub-representados. São publicados 14 artigos que debatem a cidade e o seu território enquanto conceito, desde o Paleolítico até ao século XXI.

Muito embora no âmbito deste ciclo as comunicações sobre a Pré-História tenham sido duas, por vontade dos seus autores, as mesmas foram compiladas num único capítulo, que assim permitiu uma perspetiva mais alargada e problematizada de um período tão vasto na história de Lisboa. Ana Catarina Sousa, Catarina Costeira, Ana Maria Costa, Daniel van Calker e João Luís Cardoso fazem uma leitura crítica sobre dezenas de locais onde foram identificados vestígios pré-históricos na cidade, desde o Paleolítico Inferior ao Bronze Final.

O que se convencionou chamar de Proto-História, sensivelmente entre o fim da Idade do Bronze e a Idade do Ferro, foi analisado por Elisa de Sousa através de uma leitura crítica dos achados disponíveis, destacando as materialidades que mostram como Lisboa era um porto de fundamental importância na Península Ibérica, com contactos entre populações autóctones e viajantes oriundos do Mediterrâneo.

A ocupação romana contou com o saber de João Pimenta e Victor Filipe, que, em dois artigos distintos, debatem essa presença numa perspectiva geográfica e material, respetivamente.

A Idade Média, entre a ocupação islâmica e o século XV, foi tratada por Jacinta Bugalhão, que procurou reconstituir as paisagens medievais lisboetas através da identificação e caracterização de diferentes sítios arqueológicos.

O texto de Manuel Fialho debate a relação científica entre a arqueologia e a história e como ambas as disciplinas, partilhando objetivos semelhantes, podem funcionar complementarmente.

Numa perspectiva mais alargada entre a Idade Média e a Idade Moderna, Nathalie Antunes-Ferreira e Francisco Curate juntaram esforços numa análise sobre as necrópoles medievais e modernas em Lisboa, numa perspectiva que combina as análises bioantropológicas com os rituais de inumação de diversos grupos.

O estudo da Idade Moderna, devido à enorme variedade e quantidade de informação existente, não permite uma análise de todos os sítios existentes. O capítulo escrito por Tânia Casimiro e Carlos Boavida aborda os palácios lisboetas, erguidos na sua maioria por iniciativa de muitos representantes do poder social e político, marcando a paisagem urbana em diversos locais da cidade.

Ainda relativamente aos poderes instituídos e à forma como os mesmos encontram representação na paisagem, Catarina Parreira e Miguel Sousa escrevem sobre as casas religiosas na arqueologia de Lisboa.

Carlos Boavida reflete sobre as evidências da cidade anterior àquele que talvez seja o episódio mais bem documentado da história de Lisboa, facilmente reconhecível em contexto arqueológico, e como este condicionou a reconstrução após a tripla catástrofe.

Já relativamente à contemporaneidade, João Sequeira e Isabel Cameira juntaram esforços na caracterização industrial da cidade, demonstrando como Lisboa conheceu um processo de industrialização com ritmos próprios e respondendo sobretudo a estímulos internos que encontravam resposta no desenvolvimento mecânico.

Tânia Casimiro e Afonso Leão debatem a importância de escavar e estudar os contextos contemporâneos que, embora sejam identificados em todas as escavações arqueológicas na cidade, só muito recentemente começaram a ser registados, provocando uma alteração no panorama científico.

Na última sessão do ciclo de conferências, António Marques, coordenador do Centro de Arqueologia de Lisboa, fez um balanço do trabalho desenvolvido por parte da autarquia neste âmbito. Na mesma ocasião, encerrando os trabalhos, teve lugar um debate, moderado por Carlos Fabião, no qual foram discutidos vários temas, com especial destaque para: a arqueologia e o conhecimento da história da cidade; as incorporações e a musealização *in situ* de achados arqueológicos; e as exposições e outras interações com o público.

Numa espécie de balanço final, a questão que se impõe é: por que razão este ciclo e o presente livro são importantes? Acreditamos que reunimos neste volume uma visão alargada e problematizada da arqueologia da cidade de Lisboa. Não se trata somente de inventariar e descrever que tipo de assentamentos ou evidências foram encontrados, mas

de problematizar o próprio conceito de identidade urbana e espacial, um conceito que vai muito além dos limites geográficos da cidade. Todos os encontros, supomos, têm esse objetivo, não apenas apresentar e compilar dados, mas promover debates, levantar questões, desenvolver problemáticas, que, neste caso em particular, se relacionam com a forma como a arqueologia de Lisboa mudou desde 1994, como a víamos e como a vemos e quais as direções futuras numa perspetiva patrimonial, mas sobretudo humana.

Tentámos fazer melhor do que até aqui tinha sido feito. Esperamos ter sido bem-sucedidos. O tempo e a receção da comunidade a este livro o dirão.

Bibliografia

LISBOA SUBTERRÂNEA (1994). Lisboa: Lisboa 94; Milão: Electa.

CAMPBELL, P. (2021) — *The Anthropocene, Hyperobjects, and the Archaeology of the Future Past. Antiquity*. Cambridge. 95:383, p. 1315-1330.

EDGEWORTH, M. (2018) — More than Just a Record: Active Ecological Effects of Archaeological Strata. In SOUZA M.; COSTA, D., ed. lit. — *Historical*

Archaeology and Environment. New York: Springer. p. 19-40.

LEFEBVRE, H. (1974) — *La production de l'espace*. 2ème éd. Paris: Anthropos.

MORTON, T. (2013) — *Hyperobjects: Philosophy and Ecology after the End of the World*. New York: Columbia University Press.

Ciclo de Conferências «Lisboa não É só Subterrânea – 25 anos depois de uma exposição»

Programa

I SESSÃO — ABERTURA

13 de abril de 2019 — 15h00 — Museu Nacional de Arqueologia

Abertura

António Carvalho (MNA)

José Morais Arnaud (AAP)

António Marques (CAL/CML)

Apresentação do programa do Ciclo de Conferências

Tânia Casimiro / Guilherme Cardoso / Carlos Boavida (CEO/AAP)

«Lisboa Subterrânea»

Uma exposição incontornável na história recente do Museu Nacional de Arqueologia e na programação da Lisboa'94 — Capital Europeia da Cultura
(debate com moderação de António Carvalho)

Simonetta Luz Afonso (presidente da Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto/AML; diretora IPM 1991-1996; administradora da Área de Exposições da Lisboa'94 — Capital Europeia da Cultura; administradora da Comissão Executiva da Exposição «Lisboa Subterrânea»)

Francisco Alves (diretor MNA 1980-1996)

João Vieira Caldas (IST/UL; arquiteto)

Ana Margarida Arruda (Uniarq/UL; comissária científica da exposição «Lisboa Subterrânea»)

II SESSÃO

4 de maio de 2019 — 15h00 — Museu Arqueológico do Carmo

«A insustentável (in)visibilidade da arqueologia:

Uma discussão em torno de comunicação, prática e património»

Leonor Medeiros (CHAM/UNL e Açores; Dep. História — FCSH/UNL)

«Depois de 1993: o que mudou na Pré-História de Lisboa»
João Luís Cardoso (UAberta; Uniarq/UL; ICArEHB/UAlgarve)

«Unir os pontos: uma abordagem geoespacial dos vestígios neolíticos e calcolíticos na cidade de Lisboa»

Ana Catarina Sousa (Uniarq/UL)
Filipa Neto (DGPC)
Catarina Costeira (Uniarq/UL)
Daniel van Calker (Mestrado em Arqueologia — FL/UL)
Ana Costa (LARC/DGPC; CIBIO-InBIO/UP; IDL/UL)

«A Lisboa proto-histórica: origem e evolução da cidade ao longo do 1.º milénio a. C.»
Elisa de Sousa (Uniarq/UL)

III SESSÃO

15 de junho de 2019 — 15h00 — Museu Nacional de Arqueologia

«O porto de *Olisipo* no processo de conquista romana do ocidente peninsular»
João Pimenta (CEAX; Uniarq/UL)

«*Olisipo* no quadro do comércio de bens alimentares transportados em ânforas entre a República e o Principado»
Victor Filipe (Uniarq/UL)

«Comer na Lisboa romana: leituras a partir da cerâmica comum»
Carolina Grilo (Uniarq/UL)

«A epigrafia romana de *Olisipo*. Estado da questão»
Ana Caessa (CAL/CML)

IV SESSÃO

28 de setembro de 2019 — 15h00 — Museu Arqueológico do Carmo

«Lisboa na Antiguidade Tardia. Uma perspetiva desde a arqueologia»
Rodrigo Banha da Silva (CAL/CML; CHAM/UNL e Açores)
José Carlos Quaresma (IEM/UNL)

«Lisboa medieval: contributo da arqueologia para a construção do discurso histórico»
Jacinta Bugalhão (DGPC; Uniarq/UL; CEAAPC/UC)

«O papel da história na interpretação de dados arqueológicos:
da caça ao tesouro à longa duração»

Manuel Fialho Silva (GEO/CML; CH/UL)

«Estórias de ossos e conchas: zooarqueologia da Lisboa medieval e moderna»

Maria João Valente (CEAAPC/UC; FCHS/UAlgarve)

Cleia Detry (Uniarq/UL)

Sónia Gabriel (Uniarq/UL; LARC/DGPC)

V SESSÃO

26 de outubro de 2019 — 15h00 — Museu Nacional de Arqueologia

«Necrópoles medievais e modernas em Lisboa»

Nathalie Antunes-Ferreira (CiiEM/IUEM; LCFPEM; LABOH — CRIA/UNL)

Francisco Curate (CIAS/UC; ICAREHB/UAlgarve; LAF/UC)

«Uma estranha ausência? O estudo da porcelana chinesa depois da ‘Lisboa Subterrânea’»

José Pedro Henriques (IAP/UNL)

«O azulejo na região de Lisboa: uma perspetiva transversal (séculos XVI-XVIII)»

Mariana Almeida (IAP/UNL; IHC/IHC)

«Lisboa e o Tejo a partir da Arqueologia Marítima: perspetivas de investigação»

José Bettencourt (CHAM/UNL e Açores)

«Vivendo com a nobreza: palácios e casas nobres em Lisboa moderna»

Tânia Casimiro (IAP/UNL; IHC/UNL)

Carlos Boavida (IAP/UNL)

VI SESSÃO

16 de novembro de 2019 — 15h00 — Museu Arqueológico do Carmo

«Evidências de uma tripla catástrofe.

O que nos conta a arqueologia da cidade que foi Lisboa»

Carlos Boavida (IAP/UNL)

«A energia dos vestígios. O caso do demolido Convento da Trindade»

Raquel Henriques da Silva (IHA/UNL)

«Lisboa *ex machina*»

João Luís Sequeira (IHC/UNL)

Isabel Cameira (CAL/CML)

«O nada que foi tudo: arqueologia contemporânea em Lisboa»

Tânia Casimiro (IAP/UNL; IHC/UNL)

Afonso Leão (Mestrando em Arqueologia — FCSH/UNL)

VII SESSÃO — BALANÇOS E ENCERRAMENTO

7 de dezembro de 2019 — 15h00 — Sala do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

«Centro de Arqueologia de Lisboa:

um recurso municipal para uma gestão tridimensional do Território e da Memória»

António Marques (CAL/CML)

«Atividade arqueológica em Lisboa: tendências e problemáticas»¹

Maria José Sequeira / José Correia / Ana Vale / Jacinta Bugalhão (DGPC)

«Arqueologia de Lisboa — Balanços e perspetivas»

(debate aberto às intervenções dos protagonistas dos últimos 25 anos)

Debate moderado por Carlos Fabião (Uniarq/UL)

Lisboa não É só Subterrânea — 25 anos depois de uma exposição

Tânia Casimiro / Guilherme Cardoso / Carlos Boavida (CEO/AAP)

Encerramento

Luís Raposo (MNA; AAP)

António Marques (CAL/CML)

Lançamento do roteiro arqueológico

Lisboa não É só Subterrânea — 25 anos depois de uma exposição

Apresentação por Ana Margarida Arruda (Uniarq/UL; comissária científica da exposição

«Lisboa Subterrânea»)

¹ Esta conferência não teve lugar, tendo sido enviado um comunicado por parte dos autores justificando a sua ausência.

PARTE I

MEMÓRIA DE UMA EXPOSIÇÃO

«Lisboa Subterrânea» na Lisboa'94 — Capital Europeia da Cultura

SIMONETTA LUZ AFONSO

Ex.^{mo} Senhor Diretor do Museu de Arqueologia,
Ex.^{mas} Senhoras e Senhores,
Caros Colegas e Amigos,

A década de 90 foi das mais ricas da nossa história de internacionalização cultural. Três grandes eventos a marcaram:

- A Europália 91, na Bélgica e na Holanda, após a nossa entrada para a União Europeia, e que nos deu a conhecer de facto aos outros parceiros europeus, identificando-nos como país;
- Lisboa, Capital Europeia da Cultura 94, que capitalizou de certa forma o sucesso da Europália e respondeu à curiosidade que suscitámos junto dos parceiros europeus, convidando-os a conhecer-nos melhor *in loco*, no nosso país;
- A Expo 98, que redesenhou a cidade, ampliando-a no eixo Belém-Xabregas, e em que hoje, 20 anos depois, se confirma o sucesso desta expansão que dará origem à recuperação dos antigos bairros operários e fábricas abandonadas, ali vindo a nascer uma cidade das novas tecnologias. A Expo 98 marcou decisivamente também o nosso orgulho do saber fazer e de fazer em tempo, cumprindo prazos, e mudar para melhor a impressão dos outros sobre nós.

Entre estes eventos recebemos inúmeros convites de cidades europeias e da América do Norte e do Brasil para apresentar algumas das exposições realizadas no âmbito destas iniciativas.

A Lisboa, Capital Europeia da Cultura 94, foi um grande festival de atividades culturais ao longo de um ano, sob a égide de um conceito global dedicado a Lisboa, ponto de encontro de culturas.

A Resolução do Conselho de Ministros da Cultura da UE de 1985, que instituiu a organização anual deste evento nas várias capitais europeias, define dois objetivos principais: aproximar os povos europeus, realçando os elementos comuns da cultura europeia, e apoiar a afirmação e divulgação da cultura do país e da cidade designada.

Segundo Pessoa, o legado de Portugal à civilização europeia é o Universalismo, a grande capacidade de aproximar culturas. Num tempo em que já se sentia o despontar de nacionalismos, xenofobia e racismos, a nossa capacidade de entendimento com o outro foi sendo presente como forma de repensar atitudes.

Em Lisboa encontramos traços da presença de fenícios, romanos ou árabes, bem como as marcas das culturas africanas e asiáticas, que fazem de Lisboa a «Cidade da

Descoberta». Todos estes aspetos da nossa vivência histórica estiveram presentes nos eventos organizados no domínio das Artes Visuais (cinema, vídeo, televisão); Exposições e Artes Plásticas; Dança; Teatro; Música Clássica; Ópera; *Design*; Fotografia; Arquitetura e Intervenção Urbana; Literatura e Pensamento; Música Popular e *Jazz*.

Todos estes eventos deram relevo à dimensão cultural de Lisboa nas suas múltiplas facetas, eruditas ou populares, contribuindo para melhorar a criação, apoiando artistas nacionais ou lusodescendentes, integrando as manifestações culturais portuguesas ou os artistas em circuitos internacionais das grandes mostras culturais do mundo. Contribuíram também para a criação de novos públicos para a Cultura, novos hábitos culturais (por exemplo, a inauguração das exposições em galerias no mesmo dia da semana), melhorar o panorama das infraestruturas culturais, designadamente em intervenções de fundo ou necessárias nos dez museus de Lisboa dependentes do então Instituto Português de Museus, com especial destaque para o Museu Nacional de Arte Antiga, Museu do Chiado (antigo Museu Nacional de Arte Contemporânea, encerrado há anos), instalação da Casa Fernando Pessoa e do Museu da Música (criado de raiz em instalações cedidas por 25 anos na Estação do Alto dos Moinhos pelo Metro de Lisboa), para além da renovação e modernização do Coliseu, então a maior sala de espetáculos da cidade, e do estímulo à recuperação do tecido urbano, então muito degradado, através de um projeto-piloto de apoio a proprietários no eixo Cais do Sodré-Príncipe Real.

Muito do que foi feito se deve ao facto de a organização ter sido partilhada pela Secretaria de Estado da Cultura e a Câmara Municipal de Lisboa e pelas suas equipas que trabalharam em sintonia e excelente colaboração, carreando para o evento Lisboa'94 iniciativas já em curso, como as grandes obras de intervenção nos museus, designadamente criando condições de segurança, iluminação, nova museografia, instalações de apoio aos novos públicos, como cafetarias, lojas, livrarias e espaços de exposições temporárias. Os meios financeiros para estas intervenções estruturantes que perduram para além do evento e lhe conferiram sustentabilidade devem-se, em 50%, aos fundos comunitários recém-chegados ao mundo da cultura através do turismo.

Dentro do conceito de Capital Europeia da Cultura definido para Lisboa, o programa das exposições (23, com inaugurações calendarizadas entre os meses de fevereiro e setembro e todas com catálogos em pelo menos duas línguas) foi elaborado a partir de quatro ideias estruturantes:

1. A cidade como a primeira obra de arte a revelar.

2. A criação de dois eixos estruturantes em forma de «T»: Belém-Xabregas e Terreiro do Paço-Lumiar. O eixo Belém-Xabregas inicia-se no Museu de Etnologia com duas grandes exposições dedicadas ao fado e à escultura angolana, passa pelo Museu de Arqueologia (exposição inaugural que conta a história do lugar físico e geográfico onde se implantou a cidade e dos povos que a habitaram através do que deles se encontrou sob os nossos pés, a Lisboa subterrânea), dirige-se ao Museu Nacional de Arte Antiga (objeto de remodelação profunda, ganha uma sala de exposições temporárias, até então inexistente, e fica preparado, em termos de regras de segurança, para acolher empréstimos internacionais, abrindo com a grande exposição «As Tentações de Bosch e o Eterno Retorno», a qual, partindo do tríptico das *Tentações de Sto. Antônio* da coleção, constrói um percurso inédito

pelo imaginário universal), passa pelo Museu do Chiado (reaberto com grandes intervenções estruturais que valorizam a coleção) e termina no Museu do Azulejo, apontando já para a zona oriental da cidade que virá a ser valorizada na Expo 98.

O eixo Terreiro do Paço-Lumiar atravessa a Baixa Pombalina e traça o caminho das antigas quintas pontuado pelos museus da Cidade, do Traje e do Teatro e termina no Museu da Música (estrutura preparada de raiz na Estação do Alto dos Moinhos para acolher a importante coleção de instrumentos musicais pertencente maioritariamente ao Conservatório Nacional e nunca tratada em forma de museu). O Terreiro do Paço, a sala de visitas da cidade, lugar de novidades e de abertura ao Mundo, onde aportavam os barcos do Oriente e de África, foi palco de instalações de grandes criadores de renome internacional e de uma grande exposição dedicada à Revolução de Abril, «A Corda da Revolução», que através de cartazes então produzidos evoca este importante acontecimento histórico que mudou as nossas vidas. Aliás, aproveitando um revés necessário que a cidade então vivia — as obras de alargamento do Metro com tapumes entre o Marquês de Pombal, o Terreiro do Paço ou o Cais do Sodré —, decidimos transformar os mesmos tapumes em suportes de instalações de jovens artistas contemporâneos, o que nos permitiu fazer em Portugal a primeira experiência de arte pública, contribuindo assim para aproximar a produção contemporânea do cidadão que passa na rua. Esta foi também mais uma estratégia para promover a criação contemporânea então distante do grande público.

3. A terceira ideia estruturante, Lisboa, ponto de encontro de culturas e cidade capaz de integrar diferentes culturas, foi materializada pelas exposições «Fado» e «Escultura Angolana», no Museu de Etnologia, para além do «Azulejo de Influência Oriental», no Museu do Azulejo.

4. A quarta ideia estruturante privilegiou a contemporaneidade por forma a afirmar Lisboa como cidade do presente e do futuro e não só como a cidade que vive à sombra do seu passado glorioso. Para além das instalações em toda a cidade, foi organizada uma grande mostra de arte contemporânea intitulada «Depois de amanhã», onde artistas portugueses da nova contemporaneidade foram convidados a apresentar trabalhos originais lado a lado com intervenções plásticas inéditas dos mais importantes artistas da cena artística internacional.

Voltando agora ao nosso tema de hoje, a «Lisboa Subterrânea» e o Museu de Arqueologia na Lisboa'94, dou a palavra aos seus autores, a comissão científica Doutora Margarida Arruda e o arquiteto João Vieira Caldas, autor da museografia e da enenação expositiva, para que partilhem connosco o seu pensamento estratégico. Porém, passados 25 anos sobre este evento, tendo em conta que grande parte do público aqui presente seria então ainda criança, não podia passar ao lado do cenário global em que esta exposição se integrou, para entenderem melhor e poderem julgar com conhecimento de causa as suas circunstâncias.

Para tornar vivo o conceito de «Lisboa, ponto de encontro de culturas», que melhor exemplo do que esta Lisboa habitada por fenícios, visigodos, romanos ou árabes, e que o cidadão comum não identifica ou dificilmente identifica nos seus percursos pela cidade, ou porque os seus vestígios materiais se encontram sob os seus pés e os espólios

achados estão guardados nas reservas de um museu, ou porque os seus vestígios monumentais não são acessíveis ao público e divulgados? Não se esqueçam que há 25 anos o Teatro Romano de Lisboa não era visitável, o mesmo acontecendo com as Termas da Rua da Prata, que só agora se prevê que venham a ser abertas regularmente ao público. Não se esqueçam quantos achados interessantes têm entretanto surgido e sido valorizados durante obras de recuperação de edifícios da cidade! Nessa altura nada disso era público e disponível, apenas os especialistas tinham acesso!

Esta exposição foi, pois, há 25 anos, uma chamada de atenção, quer para os poderes instituídos, quer para o grande público, nosso futuro aliado, para a importância da arqueologia como ciência e como parceira da redescoberta desta cidade que pisamos todos os dias e sob a qual se escondem outras cidades que nos precederam.

Foi por outro lado uma demonstração de que a arqueologia tem de ser «explicada», para que o público pedagogicamente a entenda, entenda a sua importância e aprenda a «ler» os vestígios encontrados.

Foi ainda uma forma de devolver ao Museu de Arqueologia o papel que lhe pertence de pleno direito e retirá-lo de uma espécie de letargia em que tem vivido nos últimos anos, abrindo-o à cidade e ao país, como o grande divulgador dos achados que ao longo do tempo se foram fazendo e que materializam o fio da História.

A museografia da própria exposição, pelo seu cariz inovador, abriu novas perspectivas à apresentação de achados arqueológicos e devolveu ao museu a capacidade de expor num espaço arquitetónico difícil e constrangedor para o fim a que foi remetido. O museu ganhou ainda duas exposições permanentes, «Os Tesouros da Arqueologia» e «Os Egípcios», e obteve da Marinha o edifício designado «Torre Oca», destinado a exposições temporárias que permitirão, enquanto se aguardam as almejadas obras, uma vida regular como instituição museológica, enquanto continua à espera de ter o espaço preparado para a exposição permanente das suas ricas e vastas coleções.

Depois desta exposição renasceu o desejo antigo de realizar uma intervenção de fundo no espaço atual, ou em alternativa transferir o espólio para a Cordoaria, ou ainda construir um edifício de raiz... Surgiram ao longo dos anos vários projetos, assisti pelo menos a duas apresentações públicas lideradas por dois ministros da Cultura, mas da obra não há notícias, ou haverá?...

Bom, esta conversa já vai longa e é agora chegado o momento de passar a palavra aos autores deste projeto e agradecer-lhes de novo, 25 anos depois, a forma como conseguiram materializar a minha ideia, transformando-a numa realização bem-sucedida e articulada e que ainda nos consegue reunir para a discutirmos e partirmos dela para pensar o amanhã do Museu de Arqueologia!

Obrigada!

Memórias da «Lisboa Subterrânea»

FRANCISCO ALVES¹

A 16 de abril de 1988, José Victor Malheiros publicou no *Expresso* um artigo intitulado «Em busca das descobertas», em que cita uma declaração minha de que «as nossas caravelas estão enterradas no lodo dos nossos estuários». Mil novecentos e oitenta e oito! Esta declaração foi confirmada pela premonitória descoberta, em 1993, dos vestígios de um navio enterrados no termo do Canal de Mira, da Ria de Aveiro, que viria a ser datado, por radiocarbono, dos meados do século XV, por quatro amostras diversas.

Seguiu-se, em 1995, no Cais do Sodré, na área da estação ferroviária, a descoberta dos vestígios de um navio nas obras de abertura de uma galeria subterrânea, cujas paredes laterais, distantes de 24 metros, lhe seccionaram, exatamente, as respetivas extremidades e que datava dos séculos XV-XVI.

Por sua vez, em 1996, foram descobertos os vestígios de um navio, ainda mais antigo, do século XIV, no vizinho Largo do Corpo Santo, seccionado por um enorme topo de ventilação do metropolitano, no interior do qual o respetivo couce de poupa sobrou inteiro.

Finalmente, em 1997, durante as escavações efetuadas no Largo do Município, foram descobertos enormes madeiros de estaleiro que, por sua vez, foram datados por radiocarbono como sendo do século XVII.

Entretanto, muito mais recentemente, foi descoberta, na Praça D. Luís, uma rampa de estaleiro naval, a nascente da qual, subsequentemente, foram descobertos outros dois vestígios de navios antigos, tidos como de modesto porte, dos quais desconheço as respetivas datações.

Descobertas pelas quais, hoje, aquela minha declaração de 1988 deve completar-se com a evidência de que este histórico património está não só enterrado no lodo dos nossos estuários, como também, literalmente, debaixo dos nossos pés.

Ora, em 1994, no quadro do supracitado evento promovido pela Dr.^a Simonetta Luz Afonso, não só como então diretor do museu, mas sobretudo como arqueólogo de trânsito vocação náutica, tive o prazer de colaborar na seleção dos mais representativos artefactos da Lisboa submersa. Estes encontravam-se num criativo sector da exposição-mãe, pavimentado por placas vítreas embutidas numa poderosa malha de cantoneira em inox, sobre as quais os visitantes circulavam, podendo observar, menos de um metro abaixo, assentes sobre areia, numerosos artefactos de proveniência subaquática que eu tinha reunido. Este curioso e bem concebido espaço expositivo era delimitado por muro oblíquo, de pedra vã, artisticamente desnudada, sobre o qual repousava, a meia altura,

¹ Transcrição da intervenção de F. Alves, diretor do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) entre 1980 e 1996, na sessão de abertura do Ciclo de Conferências *Lisboa não É só Subterrânea — 25 anos depois de uma exposição*, por Carlos Boavida.

uma magnífica colubrina florentina, em bronze, proveniente do local do naufrágio, no Cabo Raso, do navio *Gran Principessa di Toscana*, boca de fogo do acervo do Museu do Mar, de Cascais, amavelmente cedida pelo respetivo município.

Eram então, no entanto, tempos difíceis para a arqueologia náutica e subaquática, em especial, devido à publicação no ano anterior de uma controversa legislação favorecendo a busca de tesouros submersos, de cuja denúncia pública fui figura de proa (salvo seja esta expressão náutica), sob a expressiva neutralidade, efetivamente protetiva, de Simonetta Luz Afonso.

Entretanto, entre 1994 e 1996, eu iniciara e dirigira pessoalmente um projeto de prospeção arqueológica na periferia da Fortaleza de São Julião da Barra, no âmbito da qual foram sendo recolhidos numerosos vestígios arqueológicos fragmentados, na sua maioria cerâmicas e porcelanas orientais, do que dei naturalmente conhecimento a Simonetta Luz Afonso. Esta, naquele último ano, fez-se acompanhar por um colega, seu amigo e reputado especialista em cerâmicas orientais, Jean-Paul Desroches², numa visita ao Museu Nacional de Arqueologia. Numa sala do primeiro piso, eu tinha preparado propositadamente uma longa mesa de trabalho, do tamanho de duas ou três mesas de pingue-pongue, sobre as quais dispusera o vasto espólio, sobretudo ceramológico, até então recolhido nas prospeções subaquáticas em torno de São Julião da Barra. Aquele provinha manifestamente, na sua maioria, do naufrágio da nau da pimenta *Nossa Senhora dos Mártires*, ocorrido contra aquele esporão rochoso na apocalíptica noite de temporal de 14 de setembro de 1606, no regresso de Cochim. Mal entrou na sala, num simples golpe de vista, Jean-Paul Desroches, quase saltando, exclamou surpreso e entusiasmado: «Mais c'est le *San Diego*!» Referia-se ao navio espanhol naufragado a 14 de dezembro de 1600, na ilha da Fortuna, nas Filipinas, localizado pelo empresário Franck Goddio, a cerca de 50 metros de profundidade, cujo extraordinário espólio, na maioria intacto, fora recuperado sob a direção de Michel L'Hour, então arqueólogo da DRAS — Direction des Recherches Archéologiques Subaquatiques³ —, hoje DRASSM, com a Sous-Marines, da qual é atualmente diretor. O espólio ceramológico, quase todo constituído por peças inteiras, estudado justamente por Jean-Paul Desroches, constituiu subsequentemente o principal acervo temático da retumbante exposição inaugural «Le *San Diego* — un tresoir sous la mer», organizada em Paris no grande átrio de La Villette, de 15 de setembro de 1994 a 8 de janeiro de 1995.

Simonetta Luz Afonso estava radiante... Na qualidade de futura comissária do Pavilhão de Portugal na Expo 98, não era para menos. Acabara de encontrar a matéria-prima do tema de eleição museológico deste pavilhão: «A *Nossa Senhora dos Mártires*, a última viagem — Arqueologia de um naufrágio». Tal foi o título escolhido para a respetiva exposição e para o respetivo catálogo, publicado magnificamente em português, castelhano e inglês.

A Simonetta Luz Afonso se devem os meios que permitiram a subsequente infra-estrutura do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), os quais foram garantidos durante o seu épico encontro com António Guterres, primeiro-ministro

² Então diretor do Museu Guimet, em Paris.

³ A primeira entidade oficial do género, criada à escala mundial, em 1967, por André Malraux, então ministro da Cultura do governo do general de Gaulle.

de então. Foi nessa sequência que, e sobretudo porque nesse ano tinha entrado em funcionamento a comissão instaladora do futuro Instituto Português de Arqueologia, composta por Vítor Oliveira Jorge e Luiz Oosterbeek, me convidou a assessorá-la na área da arqueologia subaquática.

Assim, deixei de imediato e oficialmente, em setembro de 1996, de exercer a direção do MNA, substituído por Luís Raposo, ficando informalmente na dupla dependência daquela comissão instaladora e na de Simonetta Luz Afonso até que, em 1997, fui convidado por João Zilhão, diretor do recém-criado Instituto Português de Arqueologia, para a direção do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, cuja criação no âmbito daquele instituto propusera. Neste quadro, em 1997, continuei a assegurar no terreno (subaquático) a direção dos trabalhos arqueológicos de São Julião da Barra, centrados no grande fundo de casco, entretanto descoberto, que se encontrava coberto por uma tênue camada de areia, mas cujos espaços entre cavernas estavam completamente preenchidos por um compacto lodo orgânico negro impregnado de pimenta (havia pequenos sargos, que nadavam em volta, a cuspir os grãos de pimenta; é uma imagem absolutamente fantástica), vestígio que haveria de vir a ser identificado com forte presunção como pertencente à nau da Índia, *Nossa Senhora dos Mártires*, ali perdida na tempestade da noite de 14 de setembro de 1606, no regresso de Cochim, ao tentar franquear a barra do Tejo durante a maré vazante.

Entre o diversificado espólio então recuperado, nomeadamente intacto, podiam contar-se as cerâmicas orientais típicas, como *martabans* e porcelanas *Wauli*, nomeadamente uma pilha delas integralmente preservada (que eu próprio escavei e descobri que era uma pilha de sucessivos pratos, todos sobrepostos uns sobre os outros); e três astrolábios, o primeiro dos quais se deve a um excecional amador veterano, Carlos Martins (membro voluntário da equipa de arqueologia desde o primeiro momento), que igualmente ajudou a descobrir o respetivo fundo de casco da *Nossa Senhora dos Mártires*, graças a uma ponta de caverna que na ocasião aflorava no tapete de areia. Foi ali que descobrimos que era a ponta de um cavername enorme, pertencente ao fundo de casco de um navio com um tabuado de 22 cm de comprimento, em média.

Finalmente, em 1998, em setembro, viria a ter lugar o simpósio internacional sobre a arqueologia de navios medievais e modernos de tradição construtiva indo-atlântica, cuja organização o CNANS assegurou, e que reuniu em Lisboa a nata dos mais conceituados investigadores internacionais da temática em apreço. O evento, que teve lugar na Academia de Marinha, foi aberto pela alocução de George Bass, o consagrado «pai da arqueologia subaquática mundial», as respetivas apresentações temáticas, nacionais e internacionais, sendo precedidas por alocuções do ministro da Cultura, Professor Doutor Manuel Maria Carrilho, da Dr.^a Simonetta Luz Afonso, comissária da Expo 98, e do presidente da direção da Academia de Marinha, alocuções que viriam a ser publicadas em 2001, no número 18 dos *Trabalhos* do IPA, do qual fui editor, e no qual foram publicadas todas as intervenções científicas e não científicas supra referidas.

Ao longo destes intensos anos, frequentemente difíceis, até à data da minha aposentação em 2012 (mas na realidade até hoje), emerge como figura patrona da arqueologia náutica e subaquática, nascente em Portugal, uma colega de carácter frontal. Decidida e amiga de quem o merece, sempre e para sempre, Simonetta Luz Afonso.

«Lisboa Subterrânea»: Memórias (Muito Pessoais) de Uma Exposição

ANA MARGARIDA ARRUDA*

Para a Simonetta, que me «disse»:

*«Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes...»*

Ricardo Reis

1. Introdução

A Comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Museu Nacional de Arqueologia e o Centro de Arqueologia de Lisboa da Câmara Municipal da capital decidiram comemorar os 25 anos da exposição «Lisboa Subterrânea», inaugurada em fevereiro de 1994, no âmbito da «Lisboa, Capital Europeia da Cultura». Decisão com que me congratulo e que saúdo vivamente.

Entenderam os organizadores dar início à comemoração que designaram «Lisboa não é só subterrânea» com uma sessão específica sobre a referida exposição, tendo convidado como oradores os que nela diretamente estiveram envolvidos: a Doutora Simonetta Luz Afonso, o Dr. Francisco Alves, o Professor arquiteto João Vieira Caldas e eu própria. Quero desde já agradecer o convite, que naturalmente aceitei com muito prazer, e felicitar os colegas Tânia Casimiro, Carlos Boavida e Guilherme Cardoso, da AAP, António Carvalho, do MNA, e António Marques, do CAL, pela iniciativa.

«Lisboa não É só Subterrânea — 25 anos depois de uma exposição» decorreu ao longo do ano de 2019 (13 de abril, 14 de maio, 15 de junho, 28 de setembro, 26 de outubro, 16 de novembro, 7 de dezembro), tendo sido programadas sete sessões que visavam dar a conhecer as atividades arqueológicas desenvolvidas na cidade nas últimas duas décadas, apresentando-se e discutindo os resultados obtidos, com exceção da primeira, que foi, como se disse atrás, comemorativa, e da última, de «balanços e encerramento».

Decidiram ainda os organizadores publicar um volume que reunisse os textos das conferências então apresentadas. Apesar de a minha participação ter consistido num desfiar de memórias, pouco, ou mesmo nada, problematizadas em função das muitas e importantes descobertas recentes, decidi, ainda assim, aceder ao convite que me foi feito e partilhar, por escrito, essas memórias. Este texto corresponde assim, no essencial, às palavras que proferi na referida sessão inaugural de 13 de abril de 2019, no Museu Nacional de Arqueologia, a que juntei detalhes, que pareceu importante deixar devidamente registados.

Nesta breve introdução, quero ainda acrescentar que o crescimento exponencial da atividade arqueológica em Lisboa nos últimos 25 anos, que proporcionou um volume de dados que lhe é diretamente proporcional, merecia um balanço como aquele que foi

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras: Centro de Arqueologia.

concretizado no âmbito desta iniciativa, de que os 25 anos da exposição «Lisboa Subterrânea» foram apenas um excelente pretexto.

2. Uma «Equipa Maravilha»

O projeto em que, em fevereiro de 1993, comecei a trabalhar foi uma das mais gratificantes e enriquecedoras experiências da minha vida profissional, no campo do que agora se costuma designar de «arqueologia pública», ou, mais pomposamente, «transferência de conhecimento para público não especializado».

Em primeiro lugar, quero destacar o facto de o comissariado científico da exposição «Lisboa Subterrânea» me ter oferecido a oportunidade de trabalhar com uma vasta e diversificada equipa, sendo obrigatório começar por referir Simonetta Luz Afonso, a responsável pelas exposições do grande projeto que constituiu o evento «Lisboa'94 — Capital Europeia da Cultura», programado pela Rede das Cidades Culturais da Europa, enquadrada na Comissão Europeia. Trata-se de alguém com um largo *curriculum* académico e profissional na área da História de Arte e da Museologia, e a quem os museus portugueses tanto devem, no formato, no diálogo com o público e na internacionalização dos seus acervos. Alguém que pensou a exposição «Lisboa Subterrânea» e que se empenhou no seu êxito, com a dedicação e o empenho que a caracterizam.

Com a Simonetta aprendi que o sucesso das iniciativas em que diretamente nos envolvemos se deve exclusivamente ao trabalho, trabalho que tem, obrigatoriamente, que ser desenvolvido com muito método e muita disciplina. Essa lição, que nunca esqueci e que me tem sido de grande utilidade ao longo da vida, traduziu-se então no labor intensivo e dedicado de todos e de cada um dos implicados na exposição, desde a sua preparação até à inauguração, primeiro, e à desmontagem, no final. A Simonetta, que exigia concentração, método e disciplina, que não transigia perante o desinteresse e a ineficácia e não condescendia na ineficiência, deu-nos, contudo, total liberdade na escolha da forma e dos conteúdos. Nunca nos controlou, embora, como lhe competia, lembrasse prazos e sugerisse contactos. Nunca se impôs, estando, todavia, sempre atenta, sempre presente, prestando o necessário e indispensável apoio, aconselhando, criticando opções tomadas, apresentando alternativas sólidas. Sem o seu conhecimento, sem a sua experiência, sem o seu conselho e sem a pressão que muitas vezes exerceu, doseada de acordo com as circunstâncias específicas, o resultado final teria sido bem diferente, pior certamente. Por tudo isto, pelo muito que lhe devo, e também pela estima que foi crescendo à medida que a exposição se construía, lhe dedico este texto, muito informal, que constitui apenas um testemunho (muito) pessoal, ancorado em memórias de há 25 anos.

O João Vieira Caldas é um extraordinário profissional, possuidor de uma cultura humanística invulgar, centrada na música clássica, na história de arte e na literatura, e uma pessoa afável, de trato fácil. As muitas horas de trabalho conjunto, tantas vezes até de madrugada e em contextos diversos, forjaram uma relação franca e muito amigável, onde as conversas fluíam e o respeito mútuo cresceu. As tarefas mais ou menos difíceis (na Sala 70, na galeria...) estiveram sempre acompanhadas pela boa disposição, pelas

minhas gargalhadas e pelo seu sorriso discreto, tornando o ambiente descontraído, mesmo em momentos de maior tensão, como aqueles que, inevitavelmente, existem sempre numa realização da responsabilidade daquela que tínhamos em mãos. Os almoços rápidos ou as sanduíches que devorávamos quando já não havia mais tempo e as viagens que fizemos juntos geraram uma cumplicidade que resistiu a todos os contratempos. O equilíbrio ficou garantido porque ao meu excesso de entusiasmo se contrapôs, muitas vezes, a sua ponderação.

O trabalho desenvolvido pela Rafaella d'Intino no secretariado, na gestão da burocracia, na preparação da recolha das peças, com a concretização dos seguros e do seu transporte, e nos contactos com os autores dos textos do catálogo, deve ser também aqui destacado.

Mais distante, mas não menos eficaz, foi o acompanhamento da Isabel Carlos, que, desde as reuniões iniciais no Palácio da Ajuda até às sessões de trabalho no Palácio Foz, esteve atenta ao desenvolvimento do projeto.

O Francisco Alves, então diretor do Museu Nacional de Arqueologia, soube entender que a decisão de desmontar a exposição permanente, para o mesmo espaço ser cenário da que se estava a preparar, era irreversível. As reservas iniciais deram origem a uma colaboração estreita.

Entre as muitas pessoas com quem me cruzei enquanto se preparou a «Lisboa Subterrânea», recordo ainda o arquiteto Carlos Severo, que assessorou o João Vieira Caldas na conceção e, sobretudo, na montagem da exposição, também ele companheiro dos dias (e das noites) de trabalho no MNA.

Com especial carinho, lembro ainda a boa disposição do Ruben de Carvalho, o comissário das áreas da Música Popular e das Edições da Lisboa'94, cujas divertidas interrupções das reuniões no Palácio Foz eram sempre muito bem-vindas.

Todos juntos fizemos a «Lisboa Subterrânea», um marco indelével na própria história do MNA, que deixou marcas também físicas como as que ainda hoje se reconhecem nas estruturas que cobrem, pelo interior, as janelas do Museu e em muitas das que se desenvolvem no espaço da Galeria Nascente.

Dela, e para além das memórias pessoais e coletivas, sobram os registos nos *media*, concretamente nos jornais nacionais e na RTP:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/exposicao-lisboa-subterranea/>;

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/exposicao-sobre-a-historia-de-lisboa>

e, sobretudo, um livro/catálogo, que é, ainda hoje, uma referência, onde se publicaram muitos materiais inéditos e se fizeram sínteses que perduraram e se citam.

O livro de banda desenhada *À Procura do Fim*, da autoria de António Jorge Gonçalves e Nuno Artur Silva, editado pelo IPM, e cuja introdução me orgulho de ter redigido, nasceu da exposição que aqui se comemora, inscrevendo-se no contexto de divulgação da ciência e na criação de novos públicos, objetivos que assentam em conceitos que, à época, eram uma absoluta novidade em Portugal.

3. A Preparação: o Espaço, os Conteúdos e as Formas

As reuniões preparatórias da «Lisboa Subterrânea», três no total, tiveram lugar no Palácio da Ajuda durante o mês de fevereiro de 1993, exatamente um ano antes da data programada para a sua inauguração. Começavam cedo, muito cedo, antes de o sol despontar, e prolongaram-se, por vezes, até à hora do jantar.

Nelas se definiu o conteúdo, a cronologia que deveria abarcar, a geografia sobre a qual incidiria. O espaço onde teria lugar estava já determinado: seria aquele que no Museu Nacional de Arqueologia estava ocupado pela «exposição permanente». Lembre-se, a este propósito, que um dos objetivos do «Projeto Lisboa'94» era justamente a utilização plena dos recintos culturais já existentes, melhorando as suas infraestruturas. Nos museus, e pela mão da Simonetta, para além das obras de requalificação que incidiram no lugar em que a exposição de que aqui se fala decorreu, outras se fizeram, concretamente no Museu de Arte Antiga e no Museu do Chiado.

Definido o espaço, a responsável pela área das exposições (Simonetta Luz Afonso) convidou o arquiteto que lhe pareceu mais adequado para a intervenção que tinha em mente (João Vieira Caldas).

Paralelamente, apresentei a proposta dos conteúdos: uma longa diacronia (das origens ao terramoto de 1755) e uma abordagem que se estendesse para além dos limites da própria cidade atual, abrangendo um território mais amplo que correspondia à península de Lisboa, e que se estruturou em função do Rio Tejo, como tão bem a Simonetta soube descrever no prefácio do catálogo: «O grande fio condutor foi a ampla e assombrosa desembocadura do Rio Tejo e da sua baía». «Lisboa: ponto de encontro de culturas» era o lema oficial de Lisboa'94 e a exposição deveria também deixar transparecer que o contacto intercultural tinha raízes profundas e antigas.

Por outro lado, as peças e o discurso museológico deviam ser também uma chamada de atenção para a cidade que valia a pena percorrer com um novo olhar proporcionado pela visita à exposição. No texto introdutório ao catálogo, escrevi então: «Esta exposição é também um apelo veemente aos seus visitantes: lá fora está a Cidade, a sua longa e complexa vida, aqui representada apenas por imagens-referência, por símbolos, por pistas. É necessário não esquecer que a exposição abre a tudo o resto, às grutas de Alapraia e à colina fortificada de Leceia, às termas dos Cássios e ao enigmático edifício da Rua da Prata, à Sé e ao Castelo, à Baixa pré-pombalina...», palavras que reforçavam as do «Prefácio», da autoria de Simonetta Luz Afonso: «[A exposição] devolve-nos uma Lisboa escondida, insuspeita de muitos. E reforça os laços que (inconscientemente por vezes) nos prendem a este chão que quotidianamente pisamos, a esta cidade que habitamos e ajudamos a construir, que já foi outra cidade, ou outras cidades, soterradas pelo tempo, e que, apesar de subterrâneas, se viram, entretanto, resgatadas pelo tempo.»

Com um plano traçado, escolheram-se os sítios e as peças que deviam integrar a mostra. O contacto com as instituições onde estas últimas estavam depositadas foi um longo e difícil processo, que, apesar de tudo, chegou a bom termo. O seu transporte foi combinado, bem como o valor dos seguros. Destes aspetos, bem como dos textos e fichas para o catálogo, dos contactos com os respetivos autores e das traduções, a Rafaella e eu

mesma tratávamos nas reuniões «abertas» no Palácio Foz, entre os meses de março e julho.

A desmontagem da «exposição permanente» começou, de forma a libertar o espaço. A empresa responsável também ficou encarregada da construção da nova estrutura.

O projeto de arquitetura, da responsabilidade de João Vieira Caldas, foi apresentado, tendo parecido importante a criação de um ambiente obscurecido e comprimido, que remetesse para o próprio título da exposição «Lisboa Subterrânea», o que justificou o «entaipamento» das janelas, com estrutura metálica de malha apertada, e a elevação do piso da galeria. A cor, escura, e o próprio material utilizado foram também ditados pelos mesmos objetivos.

Ao mesmo tempo ia-se divulgando o plano expositivo, onde a «Lisboa Subterrânea», por ser, das 23 exposições previstas, a primeira a inaugurar, ocupava lugar de destaque, nas notícias e nas conferências de imprensa.

4. A Montagem

A lista das peças a expor estava pronta, mesmo que elas próprias ainda não tivessem chegado, na totalidade, a Belém. Com essa lista, descritiva, esboçou-se o plano expositivo e foi possível dar início ao desenho das vitrinas e dos plintos, à sua medida e de acordo com a ordem em que deviam ser expostas, trabalho que se desenvolveu a partir de abril e se prolongou até finais de julho.

As peças foram chegando, pouco a pouco, ao MNA, algumas depois do necessário restauro e conservação, o que permitiu programar a iluminação dos equipamentos que as recolhiam, para lhes garantir uma leitura adequada sem, contudo, as danificar. A intensidade e a direção da luz foram devidamente avaliadas, tendo o diálogo com os engenheiros da empresa contratada para o efeito sido relativamente fácil.

Concluída a desmontagem da exposição permanente, iniciou-se a construção da estrutura que correspondia ao projeto de arquitetura e das vitrinas e das peanhas onde as peças seriam expostas.

Uma primeira viagem a Arles, com passagem por Marselha, em maio de 1993, justificava-se, na medida em que ali poderiam ser observadas, num dos mais recentes museus de arqueologia europeia (Musée de l'Arles Antique), as formas de exibição de artefactos arqueológicos, alguns com fraca expressão museológica. Estando ainda o referido museu em fase de montagem, o objetivo não foi plenamente cumprido, mas o contacto com a sua direção e equipa técnica tornou possível a obtenção de informação para nós relevante. Em setembro de 1993, dirigimo-nos ao Musée des Tumulus de Bougon, onde pudemos observar a exposição permanente, prestando-se particular atenção à exposição dos objetos.

Já com a totalidade das peças reunidas na Sala 70 (outubro e dezembro de 1993), encontrou-se a equipa gráfica que colaborou na execução dos painéis que marcavam as diferentes etapas evolutivas da cidade e, assim, da própria exposição, cujos textos foram, entretanto, escritos. Esta equipa ocupou-se igualmente da numeração dos artefactos no interior das vitrinas e das respetivas legendas que também se iam redigindo.

Em dezembro de 1993, com a obra na galeria concluída, a estrutura de base armada e as vitrinas quase terminadas, tornou-se possível dar início à montagem da exposição. As peças foram sendo colocadas nos lugares devidos e os painéis foram erguidos, esperando pelos textos que deveriam suportar. Procedimento lento, que tantas vezes se teve de adaptar a circunstâncias inesperadas.

Em todo este processo, os elementos que constituíam aquilo a que posso chamar o «núcleo duro» da equipa, o João, o Carlos e eu própria, permaneciam a «tempo inteiro» no museu e, à medida que o tempo avançava, da «noite se fazia dia». Mas, quer na fase da Sala 70, quer na mais tardia, quando já trabalhávamos na Galeria, não era infrequente a Simonetta aparecer, muitas vezes também «fora das horas de expediente», para verificar o andamento dos trabalhos e, sobretudo, nos acompanhar e nos ajudar a encontrar soluções para o que nos parecia irresolúvel. Infelizmente, não consigo recordar quem trazia, ou nos trazia, os necessários mantimentos que permitiam a nossa sobrevivência em horários tão tardios, mas julgo recordar umas apetitosas bolachas que nos davam ânimo.

Apesar de saber que há coisas que não se dizem e muito menos se escrevem, atrevo-me, com a impunidade que os anos me oferecem, a confessar que a montagem se concluiu no exato momento da inauguração (18 horas de 25 de fevereiro de 1994), quando Cavaco Silva, então primeiro-ministro, atravessava já a porta este do MNA.

Nos dias que se seguiram, houve ainda oportunidade de rever detalhes e afinar pormenores.

5. 25 de Fevereiro de 1994 — 29 de Janeiro de 1995

A exposição esteve aberta ao público durante 11 meses, tendo sido apreciada por cerca de 200 000 visitantes, um número que, no MNA, só há pouco tempo (2019) foi ultrapassado.

O sucesso alcançado, que este número também traduz, foi, na minha perspetiva, conseguido por uma designação apelativa (da responsabilidade da Simonetta), pela novidade do tema, pela qualidade e grande diversidade das peças expostas e pelo espaço que se construiu na Galeria Este do MNA, que, apesar de alguma obscuridade e compactidade com que se procurou mimetizar a realidade que se escondia por detrás do título, lhe forneceu uma considerável amplitude e grande impacto visual. A forma como se expuseram os objetos e a originalidade de algumas das soluções arquitetónicas encontradas são de assinalar. O muito bom gosto do João (qualidade tão importante na profissão que escolheu), expresso também no desenho das vitrinas e na sua própria distribuição, contribuiu para a clareza da leitura de um percurso histórico previamente definido.

A exposição reuniu um conjunto muito numeroso de peças, cerca de 400 (cerâmicas, líticos, metais, tecidos, vidros...), distribuindo-se por seis núcleos.

No núcleo inicial, «Os primeiros habitantes», as lascas, os raspadores e os buris de sílex e azagaia de osso, com origem em Campolide, na Avenida de Ceuta, mas também em Oeiras e Loures, foram os protagonistas principais.

«Das sociedades recoletoras às camponesas» era a designação do segundo, muito abrangente do ponto de vista cronológico, geográfico e funcional, onde artefactos mesolíticos, neolíticos e calcolíticos, provenientes de Muge (Salvaterra de Magos), de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), de Oeiras, de Cascais e de Loures, foram expostos.

No núcleo três («Entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico»), tratava-se de explorar o papel que a península de Lisboa jogou nas relações entre o Atlântico e o Mediterrâneo ao longo do 1.º milénio a. n. e. Mereceram destaque as peças representativas dos intensos contactos interculturais, quer as da Idade do Bronze (espada de Cacilhas, pinça, pente e fíbula da Roça do Casal do Meio, em Sesimbra, cerâmicas e braceletes das necrópoles de Alpiarça, cerâmicas da Tapada da Ajuda), quer as cerâmicas, os vidros e os jarros de bronze da Idade do Ferro, de Outurela (Oeiras), Santarém, Torres Vedras, Porto de Sabugueiro (Salvaterra de Magos).

«Lisboa romana e visigótica» permitiu expor, entre muitos outros, materiais do Teatro Romano (escultura, epigrafia), das termas dos Cássios na Rua das Pedras Negras (conjunto numismático), da Praça da Figueira (cerâmicas, vidros), do Claustro da Sé (numismas, cerâmicas), do centro oleiro de Porto dos Cacos, em Alcochete, e da vila do Alto da Cidreira, em Cascais. O desenho do Teatro Romano, da autoria de Francisco Xavier Fabri, e o álbum de aguarelas que representam as estruturas da Rua da Prata tiveram o devido realce.

Da Lisboa medieval e moderna falou-se no núcleo cinco, designado «Da Idade Média ao terramoto». Os espólios que a retratavam eram vasos e cachimbos cerâmicos, garrafas de vidro, capitéis e cabeceiras de sepultura de calcário, tecidos de seda italianos, artefactos de bronze e ferro, da Sé, da Praça da Figueira, da Rua das Pedras Negras, da Casa dos Bicos.

A exposição encerrava-se com um núcleo dirigido à arqueologia subaquática («Lisboa submersa»), onde, no chão rebaixado e coberto de areia, se colocaram materiais de longa diacronia (romanos, medievais, modernos) e de vários tipos (moedas, cerâmicas, metais, vidros), oriundos de trabalhos maioritariamente dirigidos por Francisco Alves no Rio Tejo e no litoral oceânico da península de Lisboa. A parte do cais de Belém aí remontado estruturou o espaço, que mimetizava um fundo de mar. Este fundo ficava visível através de um vidro espesso, que permitia a passagem e a observação. A exposição «fechava» com a monumental grade de ferro forjado, datada do século XIII.

A estes, e em fase já adiantada do projeto em curso, foi acrescentado um «apontamento» sobre um tempo sem homens, em que os dinossauros dominavam.

6. O Livro/Catálogo

Desde as primeiras reuniões que ficou claro que se pretendia não exclusivamente um catálogo, onde as peças expostas fossem descritas, mas um livro que reunisse sínteses gerais de integração histórica, que transformasse os dados (as peças) em factos, e textos específicos sobre os sítios e os monumentos mais emblemáticos, como era o caso de Vila Nova de São Pedro, para a Pré-História, do teatro e do monumento da Rua da Prata, para a época romana, e da Casa dos Bicos, para uma cronologia prolongada.

As primeiras, as sínteses que se referiam ao território, foram entregues a Jorge Gaspar e a Suzanne Daveau, insistindo ambos no papel do Tejo na estruturação do povoamento que se desenvolveu nas margens do seu estuário. Luís Raposo e Júlio Roque Carreira sintetizaram o conhecimento sobre as comunidades paleolíticas e José Morais Arnaud aquilo que então se sabia sobre as ocupações mesolíticas, com particular incidência nos Concheiros de Muge. Victor S. Gonçalves compilou a informação sobre o Neolítico e o Calcolítico e eu mesma escrevi acerca das Idades do Bronze e do Ferro, momento em que os contactos interculturais foram intensos. Jorge de Alarcão abordou a cidade romana e visigótica, os seus monumentos e a sua diacronia, desde a sua fundação, num texto que abre com a já célebre frase, tantas vezes citada: «Em 138 a. n. e., Décimo Júnio Bruto fortificou Olisipo.», sem que, diga-se aqui, os créditos sejam reconhecidos. A Lisboa muçulmana foi entregue a Cláudio Torres, a medieval a Luís Adão da Fonseca e a moderna a Fernando António Baptista Pereira. Maria Luísa Braga encarregou-se do terramoto de 1755 e Francisco Alves da Lisboa submersa.

Estas sínteses foram intercaladas com textos mais específicos, sobre monumentos e sítios: Vila Nova de São Pedro (Victor S. Gonçalves), Teatro Romano (T. Hauschild), monumento romano da Rua da Prata (Carlos Fabião), monumentos epigráficos (Vasco Mantas), Casa dos Bicos (Clementino Amaro), Hospital de Todos-os-Santos (Irisalva Moita).

E, porque se tratava também e fundamentalmente de um catálogo, todas as peças expostas foram alvo da respetiva ficha descritiva, com a descrição morfológica e bibliografia, que foram elaboradas por um vasto conjunto de investigadores. Em certos casos, essas fichas foram acompanhadas por um comentário extenso, «encomendado», entre outros, a João Luís Cardoso, Mariana Diniz e Victor Gonçalves.

O livro/catálogo, em versão portuguesa e inglesa, publicado pela editora italiana Electa e pela Lisboa 94, teve o acompanhamento gráfico global de Henrique Cayate, tendo o *design* e a produção gráfica sido da responsabilidade de Ana Filipa Tainha.

7. Epílogo

Apesar de, desde pelo menos os anos 60 do século passado, ter havido intervenções arqueológicas programadas em Lisboa, concretamente as do Teatro Romano e as da Praça da Figueira, a verdade é que, em 1994, a arqueologia na cidade era ainda incomum, resumindo-se aos trabalhos nos sítios acima referidos e aos que tinham tido lugar, ou decorriam ainda, na Casa dos Bicos, no Claustro da Sé, na Rua das Pedras Negras, e aos que se tinham iniciado há pouco tempo na Rua dos Correeiros, nas instalações da Fundação Millennium BCP. Da grande maioria deles quase nada se sabia e eram escassos os dados disponíveis, sendo raros os que se podiam integrar no que hoje se considera arqueologia urbana, nem a nível conceptual e teórico, nem sequer no que se refere às metodologias utilizadas. E, ainda que em Lisboa o passado estivesse sempre presente, a disciplina não se constituía, como hoje, também como um instrumento de gestão do território à escala da cidade. As escavações em Lisboa decorriam numa perspetiva que não valorizava a reconstituição histórica global e holística das suas etapas cronológicas.

Cada intervenção seguia o seu próprio percurso, que se considerava independente do das restantes, numa lógica do que se poderia hoje chamar «arqueologia de investigação», sem que, contudo, a produção de conhecimento tivesse sido valorizada pelos respetivos responsáveis. O passado romano destacava-se de forma especial, e só muito timidamente as ocupações islâmica, medieval e moderna se alinhavam no discurso arqueológico. As equipas, todas pertencentes à administração pública, eram reduzidas e os seus membros responsabilizavam-se por vários trabalhos. Por outro lado, os poderes públicos não consideravam a arqueologia como indispensável à construção do discurso histórico urbano. A articulação entre o passado e o presente não existia e a arqueologia da arquitetura não se praticava.

A exposição «Lisboa Subterrânea», de 1994, traduziu o estado incipiente da arqueologia urbana em Lisboa e o seu conteúdo foi por ele determinado.

Nas últimas duas décadas, as intervenções arqueológicas na atual cidade de Lisboa multiplicaram-se de forma exponencial. Envolvem equipas numerosas, com distintos enquadramentos institucionais, públicos e privados. Este crescimento, que decorreu de processos de renovação urbana, foi acompanhado pela adoção de novas perspetivas teóricas e metodológicas, que valorizam a importância do património arqueológico na construção da cidade atual. Por outro lado, permitiram acumular numerosos e importantes dados sobre as diferentes fases de ocupação da cidade de Lisboa, que deixaram múltiplos traços antrópicos, os quais possibilitam reconstruir, pelo menos em parte, a sua evolução ao longo de uma extensa diacronia. As conferências promovidas em 2019, e cujos textos este livro reúne, evidenciam esta nova realidade, nomeadamente o conhecimento adquirido sobre as múltiplas, e por vezes descontínuas, «cidades subterrâneas».

No roteiro arqueológico de Lisboa publicado em 2019, da autoria de Tânia Casimiro, Carlos Boavida e Guilherme Cardoso, editado pela Câmara Municipal de Lisboa, a complexidade da composição da(s) cidade(s) que subjaz(em) ao solo atual ficou também patente, neste caso através de sínteses elaboradas para o público não especializado. Ao mesmo tempo, cumpre-se com este guia um outro dos objetivos da moderna arqueologia urbana, que prevê não só a integração dos monumentos e sítios no tecido urbano, mas também a sua apresentação, de forma didática, à população residente e visitante. Os sítios são identificados e explicados quanto à cronologia e à morfologia, e as indicações sobre os acessos são fornecidas.

Certamente que uma nova exposição sobre a Lisboa subterrânea teria hoje, portanto, uma forma completamente distinta, adaptada a conteúdos mais diversificados, mais ricos e mais completos.

Porém, atrevo-me a dizer, para concluir, que muitas das novas perspetivas que atualmente presidem à arqueologia urbana estiveram já expressas, de forma mais ou menos explícita, na exposição que me orgulho de ter comissariado há 25 anos, bem como no respetivo livro/catálogo, nomeadamente na forma diacrónica como se apresentaram os dados e nas sínteses que se puderam fazer. Sem falsas modéstias o assumo, até porque, como expliquei no ponto 2 deste texto, uma grande parte destes méritos não é da minha responsabilidade.

Lisboa, novembro de 2020



Fig. 1 — «Lisboa submersa».



Fig. 2 — Vitruinas das Idades do Bronze e do Ferro.



Fig. 3 — Em primeiro plano, o gradeamento monumental da Sé de Lisboa; atrás, «Lisboa medieval e moderna».



Fig. 4 — Capa da edição portuguesa do livro/catálogo da exposição «Lisboa Subterrânea». Edição de Electa e Lisboa'94.



Fig. 5 — Capa do livro *A Procura do Fim*, da autoria de António Jorge Gonçalves e Nuno Artur Silva, editado pelo IPM.

PARTE II

A ARQUEOLOGIA DE LISBOA 25 ANOS DEPOIS

Lisboa Pré-Histórica: Uma Síntese da Informação Conhecida em 2020

ANA CATARINA SOUSA*, CATARINA COSTEIRA**, ANA MARIA COSTA***,
DANIEL VAN CALKER****, JOÃO LUÍS CARDOSO*****

1. Enquadramento

Este artigo resultou da fusão de duas comunicações distintas apresentadas na segunda sessão do ciclo de conferências *Lisboa não é só Subterrânea — 25 anos depois de uma exposição*, ocorrida no dia 4 de maio de 2019: «Depois de 1993: o que mudou na Pré-História de Lisboa», da autoria de um dos signatários (J. L. C.), e «Unir os pontos: uma abordagem geoespacial dos vestígios neolíticos e calcolíticos na cidade de Lisboa», da autoria dos restantes signatários.

As comunicações coincidiam parcialmente no âmbito cronológico e, embora tivessem perspetivas distintas, considerou-se pertinente apresentar os dados em conjunto. O tipo de abordagem era naturalmente diferente, pois num dos casos resultava de trabalho de campo realizado sob a supervisão direta de um dos signatários (J. L. C.), com base em sucessivos estudos de materiais desde o Paleolítico Inferior ao Bronze Final efetuados pelo mesmo autor, e, no outro caso, era exclusivamente baseado numa interpretação geoespacial dos sítios, estreitamente relacionada com a informação disponível na Direção-Geral do Património Cultural, e em articulação com o projeto ARQUEOSIA e o Laboratório de Arqueociências (LARC), onde se integravam dois dos autores (C. C. e A. M. C.).

2. Um Inventário em Construção: Bibliografia e Arquivos

O conhecimento e a publicação de dados sobre as ocupações pré-históricas (do Paleolítico à Idade do Bronze) de Lisboa acompanham a história da investigação arqueológica da cidade, sendo múltiplos e diversificados os conjuntos de materiais conservados em vários dos seus museus (Museu Nacional de Arqueologia, Museu Geológico, Museu Nacional de História Natural e da Ciência — UL, Museu de Mineralogia e Petrologia Alfredo Bensaúde [IST — UL] e Museu de Lisboa — Palácio Pimenta).

Em cerca de 131 anos de edições de textos sobre a Pré-História de Lisboa (Choffat, 1889; Simões et al., 2020), verifica-se que o ritmo é esparso até à última década, altura em que a quantidade e a dimensão dos trabalhos arqueológicos na cidade de Lisboa se

* UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. *E-mail*: sousa@campus.ul.pt.

** UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Projeto ARQUEOSIA. *E-mail*: catarina.costeira@gmail.com.

*** LARC, Laboratório de Arqueociências — Património Cultural, I. P.; CIBIO-InBIO; Instituto Dom Luiz, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa; UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. *E-mail*: acosta@patrimoniocultural.gov.pt.

**** UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *E-mail*: daniel.calder@campus.ul.pt.

***** Universidade Aberta, ICArEHB (Universidade do Algarve), Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). *E-mail*: cardoso18@netvisao.pt.

Texto concluído no final de 2021 e revisto pontualmente no início de 2023.

intensificaram, promovendo o aumento da identificação de contextos pré-históricos, alguns dos quais muito relevantes, o que tem incentivado a sua publicação.

Contudo, compilar as informações mais antigas, algumas das quais inéditas, e relacioná-las com os novos dados nem sempre é fácil, mas afigura-se indispensável para manter os inventários arqueológicos atualizados e para gerir de forma eficaz os trabalhos necessários aos grandes projetos de renovação e crescimento urbano de uma cidade com a dimensão e antiguidade de Lisboa. A bibliografia do final do século XIX e da primeira metade do século XX permite reconstruir paisagens e espaços desta cidade que se alteraram profundamente nos últimos anos, bem como acompanhar as descobertas arqueológicas promovidas por alguns dos grandes projetos urbanísticos realizados (Parque Florestal de Monsanto, Aeroporto de Lisboa, Viaduto Duarte Pacheco, Ponte 25 de Abril, Avenida 24 de Julho, Avenida Padre Cruz, Avenida das Forças Armadas, Cidade Universitária, Avenidas Novas, entre muitos outros).

É igualmente importante referir a escassez de trabalhos de investigação sobre as múltiplas ocupações pré-históricas da cidade de Lisboa, o que condiciona a interpretação dos dados, sobretudo a nível teórico.

A atualização do inventário de sítios arqueológicos a nível nacional e a disponibilização de informação descritiva, bibliográfica, fotográfica e georreferenciada, atualmente em formato digital, através do Portal do Arqueólogo, fazem parte das funções da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), sendo um instrumento essencial de gestão da atividade arqueológica e de armazenamento da informação arqueológica produzida. Entre 2017 e 2019, a DGPC, em colaboração com as Direções Regionais de Cultura, desenvolveu o projeto ARQUEOSIA — Modernização dos Serviços Digitais de Arqueologia, Medida Simplex+ para a Cultura, com vista à otimização das ferramentas digitais utilizadas nos serviços de gestão e salvaguarda do património arqueológico e elaboração de novos conteúdos, procurando uma maior aproximação e interação entre os cidadãos e este património. Entre outros objetivos, este projeto procurou atualizar a informação arqueológica de um conjunto de sítios de âmbito nacional, selecionados tendo em consideração as condições de visita (Neto & Costeira, 2019).

No caso concreto da cidade de Lisboa, o volume de informação sobre novos contextos pré-históricos, a falta de rigor do inventário e a necessidade de decisões céleres nos processos de decisão para a salvaguarda patrimonial incentivaram a equipa do projeto ARQUEOSIA (F. N. e C. C.) a proceder à revisão e atualização dos dados sobre a Pré-História desta cidade, contando com a colaboração dos signatários deste artigo.

O trabalho de inventariação centrou-se no Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa, fundamental para obter informações sobre sítios intervencionados no âmbito da arqueologia de salvaguarda e que não foram ainda alvo de publicação; e na consulta de trabalhos académicos inéditos, nos recursos bibliográficos da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, no qual também analisámos as fichas descritivas e observámos os conjuntos de materiais pré-históricos recolhidos em Lisboa no início do século XX, alguns dos quais inéditos.

A esse respeito, e no âmbito da abordagem deste trabalho, desenvolvemos intervalos de confiança relativos à georreferenciação dos sítios arqueológicos mencionados. No panorama geral que delineámos verifica-se uma clara dicotomia ao nível da localização

destas ocorrências. Assim, optámos por diferenciar (1) aquelas que estão rigorosamente situadas, essencialmente decorrentes das intervenções realizadas nas últimas duas décadas, (2) daquelas em que a sua situação geográfica levanta sérias questões, compostas genericamente pelas recolhas de superfície que marcaram o final do século XIX e grande parte do século XX (fig. 1). O pormenor das descrições dos protagonistas daqueles trabalhos de campo determina a fiabilidade da sua localização. A proposta de georreferenciação do segundo nível deve, pois, ser lida com a devida cautela e não de forma absoluta.

Todo este trabalho de pesquisa permitiu aumentar o número de contextos inventariados, rever a informação descritiva e cronológica, bem como a localização de muitos dos sítios pré-históricos da cidade de Lisboa, e assim associar numa só base de dados e num só mapa o conhecimento de várias décadas de arqueologia urbana, tornando mais assertivas e céleres as decisões da tutela.

Outra das mais-valias deste trabalho consistiu na reflexão sobre a importância de, em contexto urbano, onde as intervenções arqueológicas são tendencialmente restritas e limitadas, associar diferentes ocorrências arqueológicas, não pensando apenas em achados isolados ou pequenas sondagens, mas em núcleos e áreas mais alargadas. Esta interação entre diferentes ocorrências arqueológicas, por vezes identificadas na mesma rua, ou no mesmo bairro, permitirá melhorar os inquéritos científicos entre intervenções e tornar os trabalhos arqueológicos mais previsíveis em várias áreas da cidade.

A informação arqueológica obtida nestes trabalhos de pesquisa foi ampliada com os dados geológicos e ambientais analisados no âmbito do projeto «Lisbon Stories», que tem como objetivo caracterizar, do ponto de vista ambiental, a antiga margem norte do estuário do Tejo e compreender a sua evolução desde a Pré-História até aos nossos dias, tendo em conta os processos naturais de acumulação de sedimentos, a ocupação antrópica da cidade nas diferentes cronologias e os efeitos dessa ocupação nos processos sedimentares estuarinos. Esta caracterização ambiental é feita com base na análise de diversos indicadores ambientais determinados em sedimentos recolhidos na margem estuarina mais proximal de Lisboa e depositados numa altura anterior à construção de aterros que permitiram conquistar área útil ao estuário e onde hoje assenta a zona ribeirinha de Lisboa. Os sedimentos (em coluna ou em perfil) foram recolhidos em obras de construção/reconstrução que decorrem ou decorreram na área ribeirinha e cuja afetação atinge os níveis de sedimentos estuarinos naturais (Costa et al., 2020). Para balizar cronologicamente a evolução ambiental registada nos sedimentos foi realizado um conjunto de datações ^{14}C que permitiu atribuir uma cronologia aos sedimentos analisados, construir modelos de idade e determinar taxas de acumulação. A existência de alguns elementos antrópicos (e. g. fragmentos de cerâmica) no sedimento permite também atribuir cronologias à coluna sedimentar e/ou afinar os modelos de idades estipulados.

Para compreender a evolução da margem é necessário conhecer as formações geológicas que afloram nas zonas envolventes e que podem, de alguma maneira, ser fonte de proveniência dos sedimentos que se acumulam no estuário. A evolução da margem está também dependente da ocupação antrópica que teve lugar em Lisboa ao longo do tempo e que teve maior ou menor (dependendo da cronologia) impacto na alteração da paisagem e, conseqüentemente, nos processos de sedimentação estuarinos. É neste âmbito que o projeto se insere no trabalho aqui apresentado. Este projeto é coordenado por uma

das coautoras (A. M. C.), do Laboratório de Arqueociências (LARC)/DGPC, e por Maria da Conceição Freitas, do IDL — Instituto Dom Luiz/FCUL, contando também com o apoio do projeto UID/GEO/50019/2019, do IDL — Instituto Dom Luiz. Conta ainda

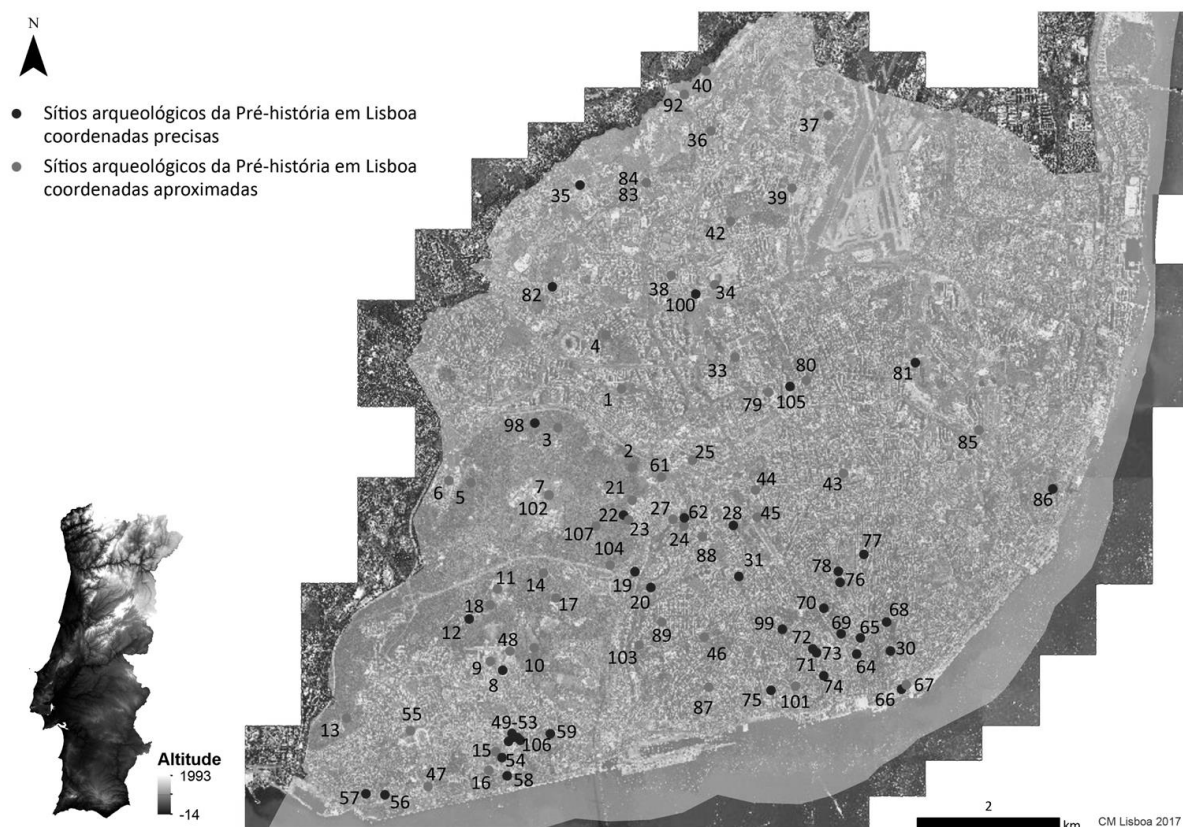


Fig. 1 — Distribuição dos sítios pré-históricos de Lisboa. Ortofotomapa CML 2017.

1. Cruz de Pedra; 2. Moinho das Cruzes; 3. Alto das Perdizes; 4. Soeiros; 5. Alto da Serafina; 6. Boavista; 7. Serra de Monsanto/Avenida 24 de Janeiro/Forte de Monsanto; 8. Bombeiros do Parque Florestal de Monsanto; 9. Mina; 10. Casal do Cano; 11. Moinho do Alferes; 12. Montes Claros; 13. Alto do Duque; 14. Moinho da Carrasqueira; 15. Junqueira; 16. Entre a Rua do Embaixador e o Quartel de Cavalaria 7 (Belém); 17. Parque Infantil do Alvíto; 18. Tapada da Ajuda I; 19. Avenida de Ceuta; 20. Sete Moinhos; 21. Monsanto I/Santana; 22. Vila Pouca; 23. Poente do Aqueduto das Águas Livres; 24. Calçada dos Mestres; 25. Terras do Pita (Palhavã); 26. Chaminé de Campolide (Sete Rios); 27. Rabicha; 28. Penitenciária de Lisboa/Campolide; 29. Apeadeiro do Rego; 30. Castelo de São Jorge; 31. Travessa das Águas Livres, n.º 25 a 31; 32. Alvalade; 33. Cidade Universitária; 34. Estádio José de Alvalade; 35. Cemitério de Carnide; 36. Inválidos do Comércio; 37. Quinta Grande da Charneca; 38. São Vicente; 39. Pinhal da Charneca; 40. Alto do Chapelheiro; 41. Quinta da Pimenteira; 42. Alameda das Linhas Torres; 43. Rua do General Sinel de Cordes (atual Rua Alves Redol); 44. S. Sebastião da Pedreira; 45. Parque Eduardo VII; 46. Antiga Fábrica de Telha dos Prazeres; 47. Belém (em frente ao Museu Nacional de Arqueologia); 48. Terras do Almotiva; 49. Travessa das Dores; 50. Rua Alfredo da Silva, n.º 8 a 10/Rua dos Quartéis, n.º 31 a 35/51 a 55; 51. Loteamento do Rio Seco — Calçada da Boa Hora, n.º 142/Travessa das Dores, n.º 2 a 10/Rua da Aliança Operária/Rua Diogo Cão; 52. Calçada da Boa Hora, n.º 164 a 166; 53. Calçada da Boa Hora, n.º 176 a 178; 54. Rua Alexandre Sá Pinto/Campo das Salésias; 55. Cerca dos Jerónimos; 56. Rua Bartolomeu Dias, n.º 156 a 158A; 57. Rua de Pedrouços, n.º 29; 58. Centro de Artes e Tecnologia da EDP; 59. Rua Jau, n.º 62; 60. Serra dos Mochos; 61. Casal do Sol; 62. Túnel do Rossio; 63. Campolide; 64. Praça da Figueira; 65. Encosta de Sant'Ana/Torre do Jogo da Pela (Martim Moniz); 66. Enterramento Neolítico dos Armazéns Sommer; 67. Chafariz d'El-Rei; 68. Calçada do Monte, n.º 2; 69. Rua das Portas de Santo Antão, n.º 84 a 90; 70. Capela de São José dos Carpinteiros; 71. Palácio Ludovice — Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 39/49; 72. Palácio dos Andrades/Palácio dos Lumiares; 73. Rua dos Mouros, n.º 10 a 14; 74. Rua da Misericórdia, n.º 41 a 47; 75. Palácio Conde Barão de Alvíto — Largo Conde Barão, n.º 43 a 47; 76. Campo Mártires da Pátria, n.º 60/65/ Palácio Vaz de Carvalho; 77. Largo de Santa Bárbara; 78. Rua Cruz da Carreira, n.º 33; 79. Entrecampos; 80. Avenida dos Estados Unidos da América; 81. Quinta da Noiva; 82. Carnide — Largo da Praça, n.º 7; 83. Lumiar; 84. Alto dos Pinheiros/Lumiar; 85. Quinta da Farinheira; 86. Convento do Beato; 87. Rua da Lapa/São Domingos à Lapa; 88. Rua do General Taborda (Campolide); 89. Campo de Ourique; 90. Telheiras (área dos areiros); 91. Alto da Cuca ou Quinta da Torre; 92. Calçada de Carriche/Portas de Carriche; 93. S. Domingos; 94. Casal do Urmeiro (Carvalheira) — sob a cabeça da Luz; 95. Casal da Quinta; 96. Gruta da Lage; 97. Quinta da Fonte; 98. Povoador da Tapada da Ajuda; 99. Palácio do Bichinho de Conta — Rua do Século, n.º 102/114; 100. Convento de Nossa Senhora da Porta do Céu/Colégio Mira Rio; 101. Alto de Santa Catarina (Miradouro do Adamastor); 102. Serra de Monsanto (gruta artificial); 103. Vale de Alcântara/Grutas de Alcântara; 104. Norte do Viaduto Duarte Pacheco; 105. Loteamento Entrecampos/Antiga Feira Popular; 106. Rua da Aliança Operária, n.º 124 a 134.

com o apoio de arqueólogos da DGPC, arqueólogos e empresas de arqueologia responsáveis pelo acompanhamento/escavação das obras onde foram recolhidos sedimentos, alunos e técnicos da FCUL e com o Departamento de Património Cultural da CML.

Tanto os projetos referidos como o presente artigo demonstram como é profícuo o desenvolvimento de trabalhos entre várias instituições (DGPC, municípios, universidades, museus, empresas) para a melhoria dos mecanismos de inventário e gestão do património arqueológico e para a sua divulgação à comunidade.

3. Características Geológicas

O concelho de Lisboa possui um substrato geológico diversificado quanto à génese das rochas que afloram à superfície e à sua longa história geológica (Cachão et al., 2020).

As rochas mais antigas que afloram em Lisboa correspondem aos litótipos carbonatados das formações de Caneças e da Bica, de idade cenomaniana, do Cretácico Superior. Estas rochas são constituídas por calcários margosos, argilitos e margas calcárias (Formação de Caneças) e por calcários compactos a margosos (Formação da Bica) bastante fossilíferos (Pais et al., 2006; Dinis et al., 2008; Cachão et al., 2020), que afloram essencialmente nas freguesias de Benfica, Campolide, Belém, Ajuda, Alcântara, Campo de Ourique e Estrela (Cachão et al., 2020). Na Formação da Bica são preponderantes os calcários compactos, por vezes cristalinos, com a presença de nódulos de sílex (Pais et al., 2006) explorados durante a Pré-História. São também da Formação da Bica os calcários lioz, ricos em fósseis de rudistas, muito explorados para a indústria da construção.

Sobre a superfície erodida paleocarsificada que se desenvolveu no topo dos calcários cenomanianos (Pais et al., 2006) ocorrem as rochas do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra (CVL), também do Cretácico Superior, mas cerca de 20 milhões de anos (Ma) mais modernas do que as anteriores (Ramalho et al., 2001). O CVL é essencialmente constituído por rochas basálticas intercaladas por níveis piroclásticos e rochas vulcano-sedimentares que afloram, em semelhança aos calcários cretácicos, na área sudoeste de Lisboa, nas freguesias acima mencionadas (fig. 1). Pequenos retalhos do CVL, constituídos por escoadas basálticas, afloram ainda nas freguesias de Santo António e Misericórdia, a montante da Ribeira do Vale do Pereiro (ou de Valverde) e de uma pequena ribeira que desagua na antiga praia da Boavista.

A Formação de Benfica, assente em descontinuidade no CVL e por vezes em contacto direto com os calcários cenomanianos, é um depósito sedimentar fluvial de coloração predominantemente vermelha, formado durante o Paleogénico (com idades estimadas entre 40 e 25 Ma; Pais et al., 2006; 2012), com litologia bastante variada entre conglomerados (por vezes com clastos de sílex, quartzito e quartzo) e argilitos com uma componente arenosa grosseira (Pais et al., 2006). Ocorre na área centro-oeste do município, acompanhando o seu limite noroeste com os municípios de Odivelas e Amadora (fig. 2).

Durante o Neogénico ocorre a deposição da sequência sedimentar com maior expressão no município de Lisboa. Estes sedimentos, que representam uma alternância de condições marinhas, salobras e continentais, apresentam uma litologia bastante variada, sendo constituídos por argilitos, margas, arenitos, biocalcarenítos e calcários, por vezes

muito fossilíferos. As formações mais antigas estão representadas na zona norte e central do município, aflorando as mais recentes progressivamente para este (fig. 2). Os depósitos do Miocénico estão representados (de oeste para este) pelas formações das Camadas dos Prazeres (MI), Areolas da Estefânia (MII) e Calcários de Entrecampos (MIII), Argilas do Forno do Tijolo (MIVa), Areias da Quinta do Bacalhau (MIVb), Calcários do Casal Vistoso (MVA1), Areias com *Placuna miocenica* (MVA2), Calcários da Musgueira (MVA3), Areias de Vale de Chelas (MVB), Calcários da Quinta das Conchas (MVC), Argilas de Xabregas (MVIa), Grés de Grilos (MVIb), Calcários de Marvila (MVIC), Areolas de Braço de Prata (MVIIa) e Areolas de Cabo Ruivo (MVIIb) (Pais et al., 2006). Várias destas formações foram exploradas em diversos períodos cronológicos para a extração de argilas, areias, cascalhos e calcários (Cachão et al., 2020), ou como matérias-primas para as produções cerâmicas, pelo menos desde a Idade do Ferro (Cardoso et al., 2017).

Sobre estas formações assentam as aluviões derivadas da erosão e transporte fluvial das ribeiras modernas. A erosão das formações do CVL e miocénicas que afloram em Lisboa constitui também a fonte sedimentar do material transportado pelas ribeiras do Vale do Pereiro e de Arroios para o Esteiro da Baixa e margem norte do Tejo. Este facto salienta a importância das fontes locais no abastecimento sedimentar das antigas praias que se desenvolviam na margem norte do estuário, em particular as situadas a montante da Ribeira de Alcântara, em detrimento de uma contribuição associada à bacia hidrográfica do Tejo (Oliveira, 1967; Costa et al., 2018).

Não existem, à data, elementos suficientes que nos permitam caracterizar a paisagem de Lisboa durante a Pré-História, no entanto, no que diz respeito à margem estuarina e à foz das ribeiras que afluem ao Tejo, o resultado do estudo de sedimentos ali recolhidos evidencia alterações ao longo do curso da história relacionadas com fatores ambientais

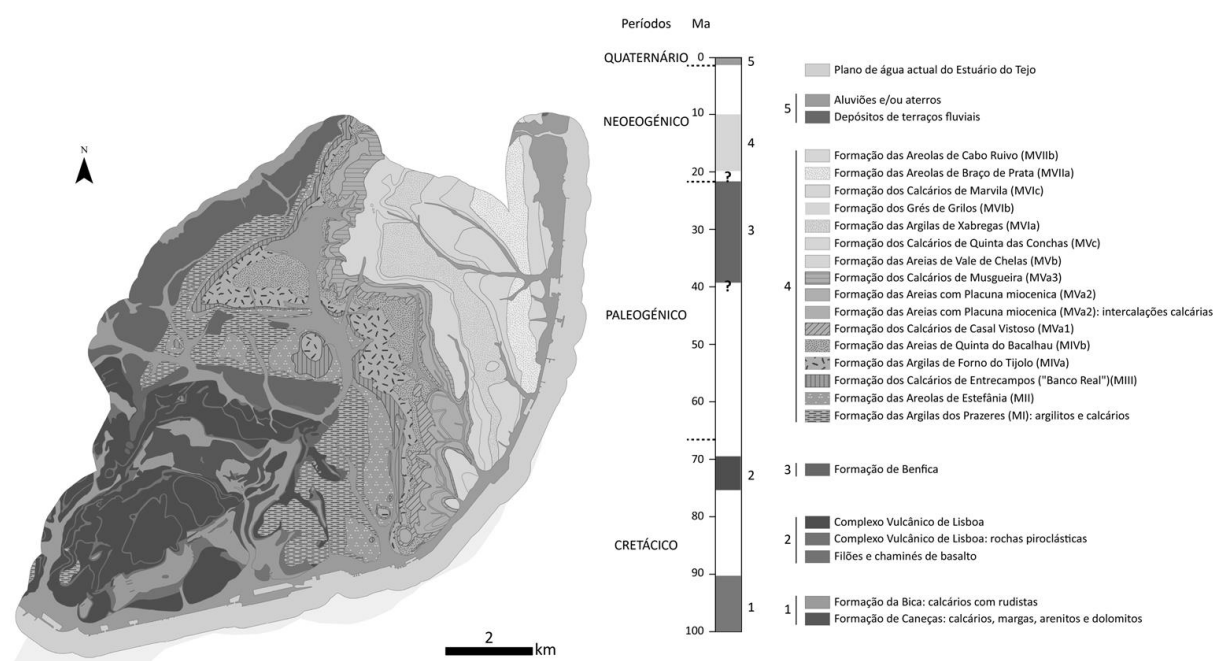


Fig. 2 — Caracterização geológica do município de Lisboa, adaptada de Costa et al., 2005, e Pais et al., 2006.

e, mais tarde, influenciadas pela ação antrópica (fig. 3). Entre os fatores ambientais salienta-se a subida do nível médio do mar (NMM) a uma taxa elevada no Holocénico Inicial e Médio (até ca. 7000 anos cal BP; e. g. Vis et al., 2008; García-Artola et al., 2018), que levou a que os vales fluviais escavados no substrato, por vezes até grande profundidade (e. g. foz do paleovale do Esteiro da Baixa com ca. 47 m de profundidade; Costa & Freitas, 2020), sejam inundados formando ambientes estuarinos cuja extensão ainda é desconhecida. Após a desaceleração na taxa de subida do NMM, há ca. 7000 anos cal BP, o contributo sedimentar das ribeiras torna-se mais importante, certamente promovendo alterações nos vales e na foz das próprias ribeiras e nas margens estuarinas. Nas margens com características geológicas e geomorfológicas propícias à acumulação de areias, começam a formar-se praias (Taborda et al., 2009), mas a sua localização e extensão na zona ribeirinha de Lisboa é também desconhecida, devido à antropização da margem estuarina. A partir da Idade do Ferro, e essencialmente desde o Período Romano, com a instalação da cidade nas margens do Esteiro da Baixa, começa a fazer-se sentir a ação antrópica nos processos sedimentares estuarinos.

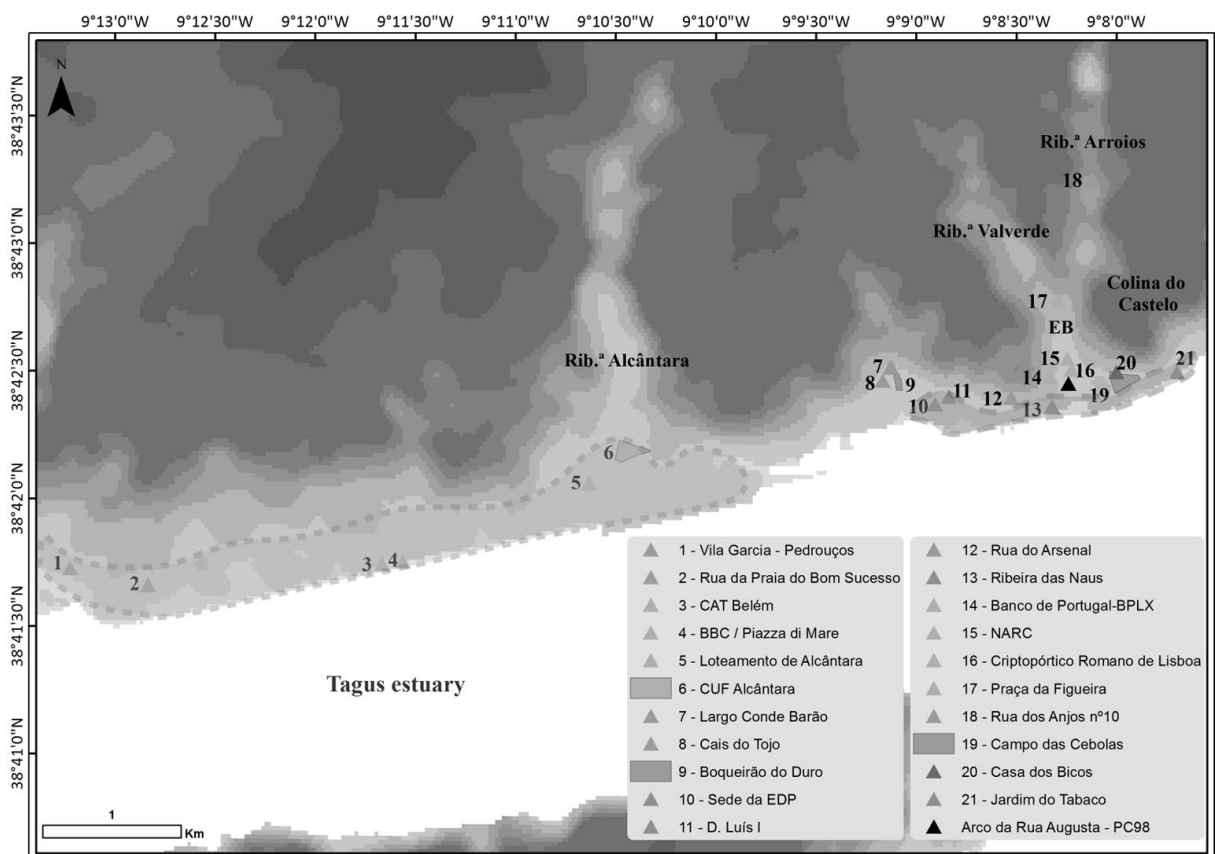


Fig. 3 — Caracterização dos ambientes litorais na margem estuarina de Lisboa. Localização dos sítios com vestígios arqueológicos onde foram recolhidas amostras de sedimento no âmbito do projeto «Lisbon Stories». Na área sombreada a oeste da Ribeira de Alcântara (sítios arqueológicos 1 a 6) os sedimentos são essencialmente arenosos; na área sombreada a sul do Esteiro da Baixa (EB; sítios arqueológicos 10, 11, 13, 19 e 21) os sedimentos são essencialmente vasosos. Adaptado de Costa et al., 2020.

4. Uma Leitura Diacrónica da Ocupação Humana

4.1. Paleolítico

É conhecida a extraordinária abundância de materiais paleolíticos, de todas as épocas, especialmente do Mustierense, existentes nas áreas limítrofes de Lisboa, colhidos à superfície dos solos do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra, que se desenvolvem, em arco, de Cascais a Loures. Pertence ao concelho de Loures aquela que foi a primeira estação a ser localizada — o Casal do Monte —, continuando ainda hoje a ser considerada a mais importante de todas, conforme foi evidenciado por estudo de síntese respeitante a esta notável mancha paleolítica (Cardoso, Zbyszewski & André, 1992).

No concelho de Lisboa, os terrenos basálticos ocupam principalmente a área oriental do mesmo, abrangendo a maior parte do Parque Florestal de Monsanto, tanto da encosta voltada a sul e a poente, como da voltada a norte, prolongando-se para oriente até Sete Rios (fig. 4), de onde provêm alguns belos bifaces acheulenses.

Em nenhum dos locais que denunciaram maiores concentrações de achados se evidenciaram vestígios de estratigrafia, correspondendo estas ocorrências a materiais com uma longa história de transporte e de sucessivas deposições, que explicam em parte a sua assinalável dispersão, embora seja possível a identificação de algumas áreas onde a concentração é mais manifesta, atingindo milhares e milhares de peças. Tais áreas têm sido consideradas como verdadeiras estações arqueológicas, encontrando-se devidamente cartografadas desde o início do século XX, tendo em muitos casos merecido publicação. Atuadas pela gravidade, as peças acumular-se-iam a meia encosta, enquanto nos morros afloravam as rochas do substrato basáltico e, no fundo dos vales, os sedimentos finos, cobrindo os níveis mais antigos contendo materiais paleolíticos: deste modo, os materiais estariam, na generalidade dos casos, em posição derivada, isto é, fora dos espaços onde foram primitivamente abandonados pelo homem pré-histórico. Assim se poderá explicar a ausência de estratigrafia que caracteriza tais ocorrências, mas não o carácter circunscrito que muitas delas ainda evidenciavam na altura da sua localização. Com efeito, apesar dos intensos trabalhos agrícolas efetuados ao longo de muitos séculos, não só a distribuição das estações, vistas globalmente, não é aleatória, evidenciando nítida concentração de cerca de duas estações por km² na região entre Carnaxide e Queluz, passando pela Damaia e pela parte meridional da Amadora, prolongando-se depois até Alfragide e à Buraca, como a disposição dos respetivos materiais pode ser, em cada caso, delimitada no terreno.

Tais materiais têm sido classificados tendo em consideração a sua tipologia e técnica de talhe, conjugada com o estado físico, evidenciado pelo desgaste superficial (método das pátinas). À falta de outro mais rigoroso, este critério, introduzido por Henri Breuil aquando da sua estada em Portugal em 1941/1942 (Breuil & Zbyszewski, 1942), tem conduzido ao estabelecimento de séries de longa diacronia, com início no Paleolítico Inferior, para só terminar em tempos pós-paleolíticos, com especial incidência no Paleolítico Médio (Mustierense).

Tal abundância de artefactos lascados explica-se pela excecional riqueza de sílex, disponível nos calcários recifais do Cenomaniano Superior que constituem o núcleo da

Serra de Monsanto sob a forma de nódulos e de placas, já então intensamente aproveitados, a par de seixos rolados de quartzito e de quartzo pertencentes a antigas coberturas sedimentares plio-pleistocénicas muito desmanteladas.

Por outro lado, a superfície dos terrenos basálticos, em geral de relevo pouco acidentado, seria propícia à circulação de grupos de caçadores-recolectores ao longo de todo o Paleolítico, possuindo aquíferos a pouca profundidade e dando origem a um coberto vegetal variado, como espaços abertos onde pontuavam bosques, nos quais abundaria a caça. Esta seria por certo mais escassa nos terrenos calcários cretácicos e, sobretudo, nas formações cenozoicas que ocupam a área oriental do concelho de Lisboa, explicando a nítida assimetria na distribuição geográfica das estações paleolíticas (Cardoso, 2011a).

Tal não significa que nos terrenos de idade paleogénica (Formação de Benfica) e neogénica (correspondentes a diversos andares do Miocénico) não sejam conhecidas raras ocorrências de exemplares de sílex, de tipologia sobretudo mustierense, tal qual se observa em vários locais da Serra de Monsanto onde afloram os calcários cretácicos e áreas limítrofes: é o caso de uma grande «limande» acheulense, de sílex, recolhida na encosta cretácica de Sete Moinhos (Figueiredo, 1922, fig. 1), a que H. Breuil faz menção, conjuntamente com metade de outra, ainda maior (Breuil, 1918, p. 35), conservada no Museu Nacional de Arqueologia.

As ocorrências de peças paleolíticas nos depósitos cenozoicos que ocupam a área setentrional e oriental do concelho de Lisboa, sempre escassas e excepcionais, condizem

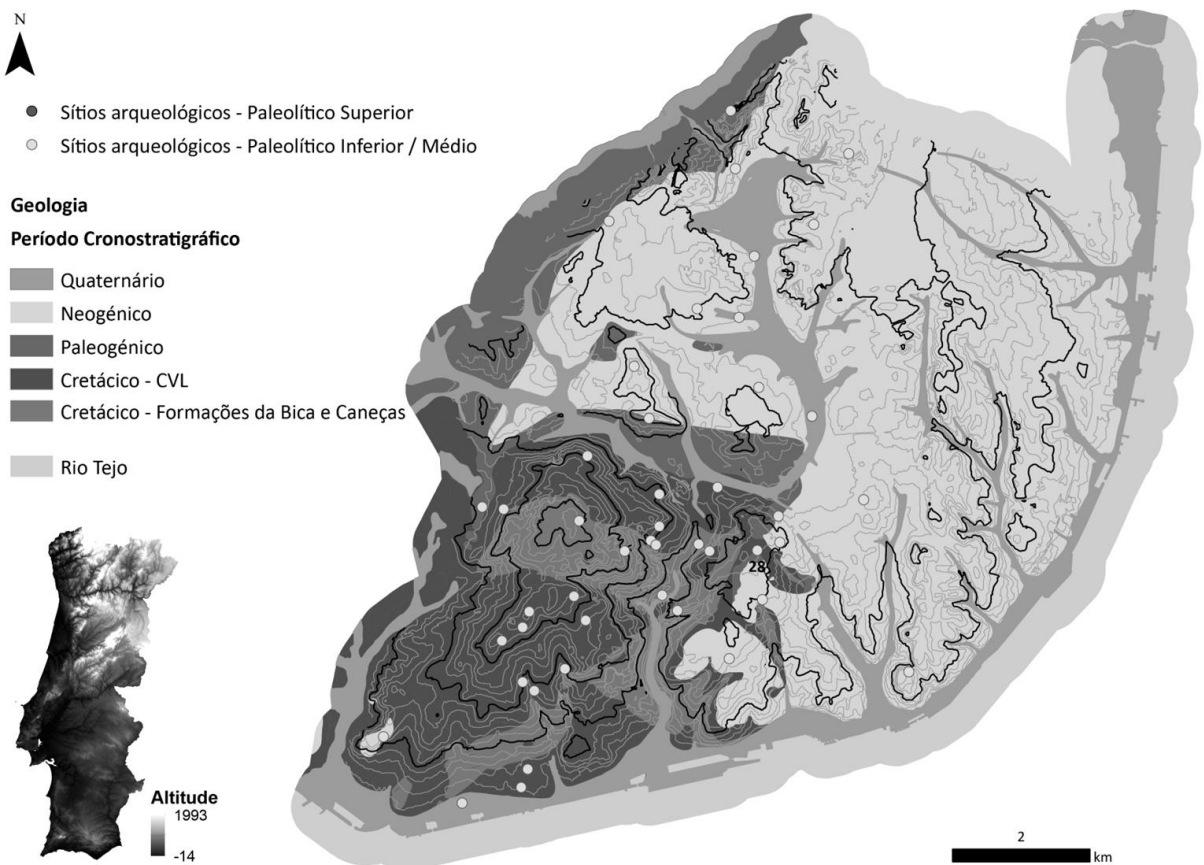


Fig. 4 — Distribuição dos sítios com vestígios de ocupação paleolítica no concelho de Lisboa.

com a secura dos solos, salvo os escassos cursos de água ali existentes ao longo dos quais se depositaram sedimentos essencialmente finos, podendo relacionar-se com materiais derivados como os recolhidos no Campo Grande e junto ao antigo Estádio de Alvalade, entre outros.

Muito embora as séries mais modernas da sequência geral definida para o Paleolítico do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra incluam exemplares que têm sido considerados como do Paleolítico Superior ou do Mesolítico, apenas raras peças podem inscrever-se de forma inquestionável em qualquer destas épocas, como é o caso de um fragmento de ponta Parpalló, recolhido em depósitos modernos existentes nas traseiras da Penitenciária de Lisboa (Zilhão, 1997).

4.2 Neolítico Antigo e Médio (Segunda Metade do 6.º Milénio/ 3.º Quartel do 4.º Milénio BC)

A leitura diacrónica da ocupação antrópica holocénica reveste-se de grande dificuldade, tendo presente também o reduzido número de datações absolutas disponíveis.

Não está comprovada a presença de ocupação dos últimos caçadores-recoletores do Mesolítico no território da cidade de Lisboa, embora aquando da escavação do Palácio dos Lumiares se tenha colocado a hipótese de se tratar de uma ocupação mesolítica, atendendo à abundância de recursos aquáticos e à cultura material, concretamente raspadeiras em leque e um geométrico subtriangular produzido sobre lamela (Valera, 2006, p. 92-93).

A ocupação mesolítica da península de Lisboa regista assinalável importância de contextos de tipo concheiro na frente atlântica. A maior parte destes contextos apresenta uma cronologia antiga, do Holocénico Inicial (Araújo, 2012), com a exceção do núcleo C do concheiro de S. Julião (Mafra), já do Mesolítico Final, com cronologia da transição 7.º/6.º milénio BC (Sousa & Soares, 2016). Atendendo às condições estuarinas na frente ribeirinha de Lisboa que se desenvolvem, pelo menos, desde o início do Holocénico (ca. 12 000 anos atrás; Vis et al., 2008), seria expectável que surgissem, também nesta área, contextos de exploração aquática de tipo concheiro. Refere-se frequentemente a presença de acumulações conquíferas (Alto da Serafina; Rua de Pedrouços, n.º 29; Sete Moinhos), mas tudo indica que se trata de estratos de ocupação neolíticos e calcolíticos.

Na margem norte do Tejo, e particularmente no município de Lisboa, a maior parte das áreas onde certamente se desenvolveram praias e outros ambientes estuarinos (e. g. sapais, rasos de maré) está, atualmente, aterrada, sendo apenas visível durante as obras que nos últimos anos têm decorrido na cidade. No decorrer daquelas, e em profundidade, são retirados os aterros e expostos os sedimentos, abrindo pequenas janelas que nos permitirão caracterizar estes ambientes antigos. Contudo, não existem ainda dados para reconstruir uma imagem da margem estuarina durante a Pré-História nem compreender a sua evolução.

Dados preliminares do projeto «Lisbon Stories» parecem apontar para uma diferença na granulometria dos materiais depositados na margem (fig. 3), com a ocorrência de sedimentos essencialmente compostos por areias entre Algés e Alcântara e sedimentos

arenovastos e vasos entre Alcântara e o Jardim do Tabaco, com exceção das áreas junto à foz das ribeiras, onde também parecem acumular-se materiais mais grosseiros (Costa et al., 2020). No entanto, os sedimentos arenosos expostos recentemente na foz da Ribeira de Alcântara, por exemplo, na área do Hospital CUF Tejo (Avenida 24 de Julho/Avenida da Índia) e na do Loteamento de Alcântara Poente (Avenida da Índia), parecem corresponder a praias recentes que se desenvolviam nas margens estuarinas antes da construção dos grandes aterros, considerando as estruturas históricas aí identificadas. A foz da Ribeira de Alcântara apresenta um vale bastante profundo, preenchido por sedimentos com uma espessura superior a 40 m (Matildes et al., 2011) e cuja história holocénica ainda é desconhecida. Ambientes estuarinos mais antigos poderão estar preservados abaixo destes depósitos, numa área mais a norte das obras mencionadas e/ou mais a montante, no vale da própria ribeira.

A ocupação das primeiras fases do Neolítico tem vindo discretamente a ser identificada, quantificando-se 12 sítios nas freguesias de Ajuda, Arroios, Belém, Campolide, Misericórdia, Santa Maria Maior e São Domingos de Benfica (fig. 5).

Há um claro acréscimo na quantidade e qualidade da informação relativa aos sítios conhecidos há várias décadas face aos identificados recentemente no âmbito da arqueologia preventiva. Nos povoados de Montes Claros, Vila Pouca e Alto das Perdizes, a identificação de uma ocupação datável do Neolítico Antigo tem sido feita com base na valorização de determinados registos materiais, com significado cronocultural intrínseco, que

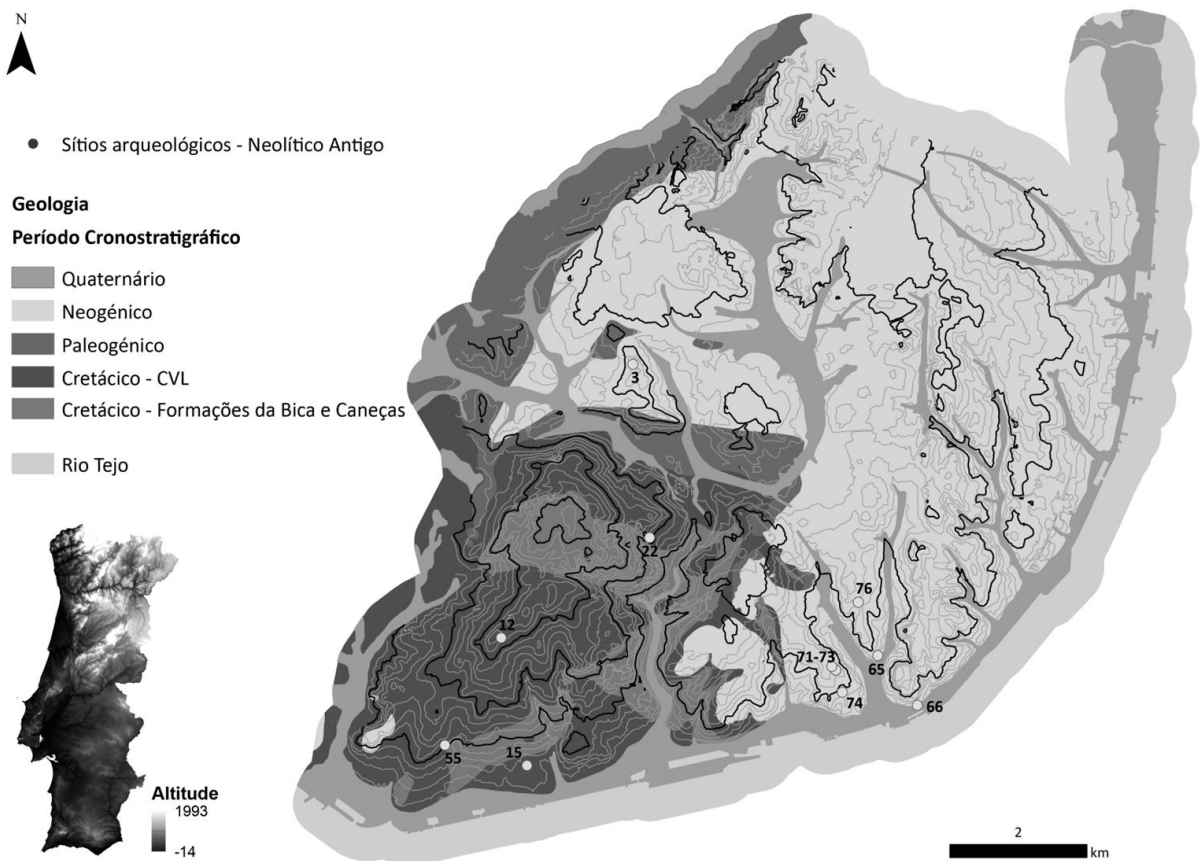


Fig. 5 — Distribuição dos sítios arqueológicos com vestígios de ocupação do Neolítico Antigo.

aí foram exumados. É o caso das típicas decorações impressas e «falsa folha de acácia», a que podem estar associados outros elementos de prensão, mas também os crescentes sobre lamela (Jalhay & Paço, 1947; Moita, 1967; Cardoso & Carreira, 1995). No entanto, estes registos são identificados a partir de critérios tipológicos, não tendo sido realizada, até ao momento, qualquer datação absoluta. Verifica-se uma dificuldade acrescida quando não existe qualquer registo gráfico, mas apenas o relato dos escavadores, como é o caso da Junqueira (Vaultier & Zbyszewski, 1947) e da Cerca dos Jerónimos (Correia, 1913). De qualquer forma, os elementos mencionados deverão estar relacionados com o horizonte do Neolítico Antigo Evolucionado, que se encontra bem definido à escala da Estremadura, com um enquadramento cronológico situado no final do 6.º e início do 5.º milénio BC (Cardoso, 2015; Sousa, 2017).

A informação proveniente dos contextos identificados há pouco tempo é naturalmente distinta, mesmo tendo em conta os constrangimentos que são colocados em intervenções deste género. Algumas das equipas envolvidas nas ações preventivas têm efetuado um esforço de publicação de resultados (Valera, 2006; 2014; Reis et al., 2017; Cardoso et al., 2017; Neto, Rebelo & Cardoso, 2019), incluindo datações absolutas (Valera, 2006; Cardoso et al., 2018), estudos geoarqueológicos (Angelucci et al., 2007) e análises traceológicas (Ferreira, 2015).

A existência de dois polos de ocupação do Neolítico Antigo pode antever a complementaridade de uma rede de povoamento estratégica na zona de Monsanto, com a exploração dos recursos agropastoris e cinegéticos, e no Esteiro da Baixa, com enfoque nos recursos aquáticos.

A Ocupação Neolítica na Área Envolvente do Esteiro da Baixa¹

A primeira evidência de ocupação do Neolítico Antigo nesta área foi detetada pela equipa da CML na Encosta de Sant'Ana em 2002 e as ocorrências têm-se sucedido. Atualmente, podemos já considerar que é especialmente relevante a concentração de ocorrências nas proximidades da Ribeira do Vale do Pereiro, da Ribeira de Arroios e do Esteiro da Baixa, onde em quatro núcleos surgem vestígios datados do Neolítico Antigo, podendo as ocupações, em alguns casos, estender-se pelo Neolítico Médio: 1) Encosta de Sant'Ana; 2) Bairro Alto; 3) Campo dos Mártires da Pátria; 4) Armazéns Sommer.

Nesta área, muitos dos materiais exumados encontram-se em depósitos aluvionares ou coluvionares, por vezes em posição secundária. Atendendo às reduzidas áreas amostradas, é difícil reconstruir o espaço ocupado por cada um dos sítios.

A sua implantação reforça a importância da presença humana nas proximidades dos vales das ribeiras do Vale do Pereiro e de Arroios e do Esteiro da Baixa, que na altura ainda estariam provavelmente sob a influência das águas estuarinas (Reis et al., 2017). Contudo, a reconstituição paleoambiental destes afluentes do Tejo reveste-se de grande dificuldade, sendo necessária a colheita de mais amostras de sedimento, assim como a realização de mais análises e datações absolutas aos sedimentos já recolhidos para definir

¹ Território que inclui a Encosta de Sant'Ana, a encosta de Alfama e a zona marginal próxima do estuário do Tejo.

as balizas cronológicas da respetiva evolução. Dados geotécnicos e informação geológica permitiram caracterizar o Esteiro da Baixa como um vale profundo (Almeida et al., 2009; Matildes et al., 2011) que atinge ca. 10 m abaixo do NMM na Praça da Figueira (Almeida, 2004), encaixado no substrato miocénico. O seu preenchimento sedimentar é espesso tendo em conta o estudo multidisciplinar realizado (Matildes et al., 2011), que inclui informação topográfica, geotécnica, arqueológica, cartografia atual e histórica, e fotografia aérea da área, mas a sua história ambiental ainda é desconhecida. Dados preliminares obtidos numa sondagem realizada na Praça da Figueira parecem apontar já para a formação de praias fluviais numa data anterior a ca. 6300 cal BP no que seria a margem da Ribeira de Arroios (Costa & Freitas, 2020), coincidente com a ocupação do Neolítico Antigo.

Neste tipo de ambientes, compreende-se a importância dos recursos marinoestuarinos na economia destas comunidades, com uma forte componente recoleitora.

Encosta de Sant'Ana

A intervenção no sítio da Encosta de Sant'Ana, implantado no sopé do monte com aquele nome e junto à Ribeira de Arroios, na confluência com o Esteiro da Baixa, veio trazer importantes evidências relativamente às primeiras comunidades agropastoris no atual território de Lisboa, tendo sido a primeira grande intervenção recente em contextos antigos do Neolítico da responsabilidade da equipa municipal de arqueologia (Muralha, Costa & Calado, 2002; Leitão & Henriques, 2014). Do ponto de vista da exploração do território, o sítio está localizado numa área de transição ambiental, que permitia o aproveitamento simultâneo dos recursos marinoestuarinos e dos florestais, como demonstra a identificação de restos de *Ostrea edulis*, *Venerupis decussata* e *Patella vulgata*, mas também de espécies de mamíferos selvagens, como *Cervus elaphus* (Cardoso, Filipe & Leitão, 2023). A presença significativa de espécies domésticas no registo faunístico, como é o caso dos ovinos e caprinos, deve ser realçada, considerando a sua importância para a caracterização paleoeconómica destes grupos. As estruturas passíveis de relacionar com a ocupação do Neolítico Antigo são compostas por lareiras, fossas, uma cabana estruturada de forma subcircular e um possível buraco de poste (Leitão, Cardoso & Martins, 2021), indicando uma importante ocupação do sítio. Relativamente à cerâmica decorada, utilizada como fóssil-diretor para definir as várias fases cronoculturais do Neolítico Antigo, destaca-se a técnica da impressão, com motivos em boquique e «falsa folha de acácia», mas também a incisão (Leitão, Cardoso & Martins, 2021). Registou-se apenas um fragmento com decoração cardial. A indústria de pedra lascada confirma a atividade do talhe no local, sendo composta por elementos típicos como as lamelas de dorso, os micrólitos geométricos e uma produção de suportes alongados de tendência lamelar.

Os estudos geoarqueológicos (Angelucci et al., 2007) evidenciaram dinâmica sedimentar no Holocénico Médio, registando-se a formação de solo entre a ocorrência de dois episódios climáticos (Bond 5 [8.2ky] e Bond 4 [5.9ky]) com características climáticas (quente e húmido) favoráveis ao desenvolvimento de solos. A ocupação neolítica surge sobre o paleossolo. Estes níveis de ocupação foram posteriormente afetados por processos erosivos e selados pelas ocupações posteriores da Idade do Bronze e Período Romano (Muralha, Costa & Calado, 2002). Na Encosta de Sant'Ana foi possível observar uma área

extensa, num perfil com mais de 32 m, o que contrasta com o que sucede com outras sondagens (como no núcleo do Bairro Alto) onde as áreas intervencionadas são reduzidas. As extensas escavações ali realizadas entre 2004 e 2006, recentemente publicadas (Leitão, Cardoso & Martins, 2021), vieram reforçar a importância ímpar deste sítio, no qual, às estruturas de carácter habitacional, se veio juntar importantíssimo conjunto lítico, de pedra lascada e de pedra polida, a par de espólios cerâmicos abundantes. Estas evidências remetem inquestionavelmente para o Neolítico Antigo evolucionado, conclusão reforçada pelos resultados das duas datas obtidas por AMS sobre restos ósseos, situáveis entre 5200 e 4900 cal. BC (2 sigma).

Bairro Alto

As intervenções de reabilitação urbana no Bairro Alto têm vindo sucessivamente a propiciar a deteção de contextos com evidências de ocupação do Neolítico Antigo, correspondendo provavelmente a um povoado intervencionado de forma parcelar por várias equipas: Palácio Ludovice — Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 39/4 (CNS 37477); Palácio dos Andrades/Palácio dos Lumiares (CNS 17732); Rua dos Mouros, n.º 10 a 14 (CNS 37990); e Rua da Misericórdia, n.º 41 a 47 (CNS 18136). Estas intervenções foram executadas por equipas de diferentes empresas (Valera, 2014; Reis et al., 2017; Simões et al., 2020), tendo sido publicadas separadamente.

Apesar de terem sido intervencionados em tempos e âmbitos distintos, a proximidade entre estes sítios, a homogeneidade da cultura material recolhida e, principalmente, o facto destas evidências se relacionarem com o mesmo depósito coluvionar são fatores que sugerem um único povoado (fig. 6). De forma a obter uma leitura mais unificada desta realidade, propõe-se a designação única de povoado do Bairro Alto, integrando os referidos núcleos ou *loci*.



Fig. 6 — Distribuição dos contextos pré-históricos no Bairro Alto. Ver legenda da fig. 1 para denominação dos sítios.

Já em local muito distinto dos anteriores, sobre o litoral antigo, situa-se o Palácio do Conde Barão de Alvito, no Largo do Conde Barão, n.º 43 a 47 (CNS 36188).

Relativamente às estruturas identificadas, o Palácio dos Lumiares registou apenas uma lareira e alguns buracos de poste estruturados (Valera, 2014). No Palácio Ludovice foram também registados um buraco de poste, uma lareira e um pequeno canal — cuja extensão não foi possível averiguar — escavado no substrato miocénico (Reis et al., 2017). Relativamente ao sítio da Rua dos Mouros, n.º 10 a 14, foram identificados contextos neolíticos em posição primária e registada uma sequência estratigráfica semelhante à verificada no Palácio dos Lumiares, incluindo estruturas com fortes indícios de combustão (empedrado, lareiras em *cuvette* e estruturas de argila) (Simões et al., 2020).

Nesta intervenção foi identificada uma inumação em fossa de um indivíduo em posição fetal, acompanhado de um vaso decorado quase completo, o qual foi colocado por cima do dito enterramento. O recipiente (Simões et al., 2020, fig. 7 e 8) é muito semelhante ao conhecido vaso do povoado das Salemas, conforme se assinala no referido artigo, o qual poderá ter tido também um uso funerário, pelo que é desta forma que se poderá explicar a ocorrência, aparentemente descontextualizada, de muitos vasos completos ou mesmo intactos do Neolítico Antigo do centro e sul do território português (Simões et al., 2020; Cardoso et al., 2022).

Na intervenção na Travessa da Boa Hora identificou-se um nível de coluvião similar ao que embala os materiais arqueológicos presentes em todos os outros núcleos. No sítio da Rua da Misericórdia, n.º 41 a 47, foi identificado um depósito similar. Apresentava-se bem mais espesso e com menos densidade de material arqueológico. Localiza-se na mesma encosta do Palácio dos Lumiares, mas a cota é inferior (400 m para sul), pelo que poderá ter correspondência com a realidade sedimentar já comentada (Valera, 2006, p. 93).

Do ponto de vista artefactual, entre as escassas cerâmicas com significado cronocultural, destacam-se impressões espinhadas de desenvolvimento horizontal, boquique, e ungulações, mas também linhas incisais, por vezes formando reticulado, e aplicações plásticas. Os inventários são dominados pela indústria de pedra lascada, sobre sílex de origem local (Simões et al., 2020), de tendência microlaminar, incluindo lamelas de dorso e geométricos — no caso do Palácio dos Lumiares exclusivamente crescentes, tal como sucede em S. Pedro de Canaferim (Simões, 1999).

Campo dos Mártires da Pátria (Palácio Vaz de Carvalho)

Aqui foram identificadas diversas valas antrópicas e uma fossa escavadas no substrato miocénico, as quais se encontravam preenchidas por depósito de cronologia pré-histórica, relacionado com sucessivos episódios coluvionares difíceis de distinguir estratigraficamente (Reis et al., 2017). Os materiais recolhidos correspondem a várias fases cronoculturais. Relativamente à cerâmica, os fragmentos decorados resumem-se a caneluras, campaniforme pontilhado e um reticulado. O único elemento passível de remontar ao Neolítico corresponde a um elemento de preensão. Pelo contrário, a indústria de pedra lascada apresenta os típicos elementos do Neolítico Antigo na região, como são os núcleos de lamelas (com tratamento térmico), crescentes e a componente microlaminar. Curiosamente, não foram identificados quaisquer elementos característicos das fases

mais tardias e que acompanham, genericamente, as decorações cerâmicas já mencionadas, como é o caso de grandes lâminas ou pontas de seta. De qualquer forma, é o registo de uma ocupação que estará relacionada com o Esteiro da Baixa e as ribeiras do Vale do Pereiro e de Arroios, sendo provável que surjam novos contextos neolíticos em intervenções nesta zona.

Armazéns Sommer

Os trabalhos que decorreram nos antigos Armazéns Sommer evidenciaram sucessivas ocupações bem demonstrativas da forma como a cidade foi ocupada ao longo do tempo. O contexto mais antigo identificado consiste numa inumação em fossa, datada pelo radiocarbono da transição do 6.º para o 5.º milénio BC.

Apesar das intensas perturbações posteriores que se verificaram no sítio, foi possível identificar uma fossa sepulcral, de contorno elipsoidal e com apenas 10 cm de potência (Cardoso et al., 2018), em resultado do enchimento superior da mesma ter sido anteriormente removido. Por sorte, o fundo da fossa manteve-se intacto, revelando a existência de inumação de um indivíduo com mais de 17 anos e de sexo indeterminado, em conexão anatómica e na posição de decúbito lateral direito. Encontrava-se associado a um vaso com forma paraboloide, com decoração boquique formando linhas horizontais, linhas de grinaldas paralelas e linhas verticais, sendo munido de duas asas com perfuração horizontal. No enchimento da fossa foram recolhidos elementos de pedra lascada e fauna cuja associação com o depósito funerário pode estar relacionada com a atividade doméstica num local próximo.

Deve ser referido que J. L. Vasconcelos publicou um machado de pedra polida, ali encontrado, quando se realizaram escavações no Chafariz d'El-Rei (Vasconcelos, 1937; Cardoso, 2009). O enterramento neolítico identificado nos Armazéns Sommer, que pode não ter sido o único ali efetuado no Neolítico Antigo, deve estar relacionado com a existência de um povoado neolítico, profundamente afetado pelas sucessivas ocupações proto-históricas e históricas verificadas no local.

Esta foi a primeira inumação em fossa do Neolítico Antigo identificada em Lisboa (e no atual território português), mas a recente descoberta e publicação de outra inumação no Palácio Ludovice, acima descrita, parece indicar que esta prática tenha sido recorrente na Baixa Estremadura, bem como em todo o sul do país (Cardoso et al., 2022), apesar de existirem indícios de sepultamentos em espaços domésticos da mesma época, mas de tipologia muito diferente das duas tumulações em fossa acima referidas, visto aproveitarem as cavidades cársicas existentes nos calcários então aflorantes em outros povoados, como os de Lameiras, Sintra (López Dóriga & Simões, 2015) e Salemas, Loures (Cardoso et al., 1996).

Uma Leitura Diacrónica

Apesar de estarem reportadas 12 ocorrências de sítios do Neolítico Antigo, correspondendo a nove *habitats*, apenas se dispõe de datações absolutas para três sítios arqueológicos: Armazéns Sommer, Encosta de Sant'Ana e Palácio dos Lumiares (tabelas 1 e 2).

A data mais antiga — e também a mais fiável, pois foi obtida diretamente sobre osso humano cuja posição estratigráfica e contexto é bem conhecido — foi alcançada para a inumação nos Armazéns Sommer, correspondendo à transição do 6.º para o 5.º milénio BC. Esta data corresponde a uma fase avançada do Neolítico Antigo, o que está de acordo com a tipologia do recipiente cerâmico associado.

No que se refere às datações obtidas para a Encosta de Sant’Ana, dispomos apenas de duas séries. Os níveis arqueológicos (U.E. 4 e 5) foram datados através de duas amostras de carvão de espécie não determinada (Sac-1893; Sac-1894) e de uma amostra de concha de *Mytilus* sp. (Sac-1990), indicando uma cronologia da segunda metade do 5.º milénio BC. O paleossolo foi datado através de duas amostras (Sac-2004, Sac-2002), situadas entre o último quartel do 7.º e o primeiro quartel do 6.º milénio BC. O facto de a camada correspondente ao Neolítico Antigo estar coberta por uma espessa camada sedimentar que acabou por selar o solo da ocupação (Angelucci et al., 2007) e de não ter sido detetada qualquer indicação de bioturbação evidencia que os contextos apresentam condições para a sua datação, não fosse o caso das datas deste estrato terem sido obtidas sobre restos carbonosos cuja natureza se desconhece. Assim sendo, não pode excluir-se a possibilidade de ocorrência do efeito de «madeira fóssil», por um lado, e, por outro, a eventual origem exógena e, eventualmente, mais antiga, dos materiais carbonosos constituintes do paleossolo, apesar de este se apresentar, aparentemente, sem perturbações. Assim sendo, não é possível, dadas as limitações apontadas, propor de momento uma cronologia fiável para a referida ocupação. As datações por MAS de amostras ósseas fixaram a cronologia da ocupação neolítica na transição do 6.º para o 5.º milénio BC como acima se referiu (Leitão, Cardoso & Martins, 2021).

Sítio	Referência	Amostra	Data C14	Cal 2σ BC	Referência
Enterramento Sommer	Wk-45573	Homo	6315±24	5341-5221	Cardoso et al., 2018
Encosta de Sant’Ana	Sac-1893	Carvão	5420±45	4355-4075	Muralha & Costa, 2006
	Sac-1894	Carvão	5140±140	4310-3654	
	Sac-1990	<i>Mytilus edulis</i>	6070±60	4693-4398	Angellucci et al., 2007
	Sac-2004	<i>Solo</i>	6880±70	5970-5640	
	Sac-2002	<i>Solo</i>	7310±90	6380-6020	
	Beta – 546876	<i>Cervus elaphus</i>	6090±30	5074-4909	Leitão, Cardoso & Martins, 2021
	Beta – 546877	<i>Ovis capra</i>	6120±30	5208-4961	

Tabela 1 — Datações radiocarbónicas do Neolítico Antigo e Médio para Lisboa.

Sítio	Referência	Amostra	Idade	Erro	Referência
Palácio dos Lumiares	ITN-Lum-30	Sedimento	6000	±4	Valera, 2006
	ITN-Lum-31	Sedimento	6000	±3	
	ITN-Lum-50	Sílex	6007	±14	
	ITN-Lum-51	Sílex	6000	±14	

Tabela 2 — Datações de termoluminescência.

As datações de termoluminescência para o Palácio dos Lumiares correspondem igualmente ao paleossolo, exibindo também problemas relacionados com o último encobrimento dos grãos de quartzo, podendo não apresentar um relógio aferido a zero (Cardoso, 2010) datando o paleossolo, não a ocupação, pelo que, também neste caso, a cronologia absoluta não pode ser proposta com segurança. No entanto, a cultura material ali identificada é compatível com o Neolítico Antigo Evolucionado. É também com base neste critério que se situou nesta época o enterramento identificado no Palácio Ludovice, dada a não-preservação do colagénio nas duas amostras de osso enviadas para dois laboratórios distintos (Simões et al., 2020).

Em conclusão, pode referir-se que, com base nos escassos elementos cronométricos seguros presentemente disponíveis, não foram identificados na região de Lisboa contextos tão antigos como os do Maciço Calcário Estremenho (Carvalho, 2018) ou o das Lameiras, Sintra (López Dóriga & Simões, 2015; Davis, Gabriel & Simões, 2018), que datam do início do Neolítico no atual território português (meados do 6.º milénio BC). Contudo, e considerando as surpresas que as intervenções de prevenção têm sistematicamente revelado nos últimos anos, esta situação pode alterar-se. Com efeito, para tal conclusão apontam já os resultados da datação obtida na gruta do Correio-Mor, Loures, do início da segunda metade do 6.º milénio BC, remetendo, por conseguinte, a sua ocupação neolítica para momento imediatamente ulterior à das Lameiras (Cardoso, 2010), embora um pouco mais antiga que a cronologia do povoado do Carrascal, no vizinho concelho de Oeiras, cuja cronologia decerto se situa no último quartel do 6.º milénio BC

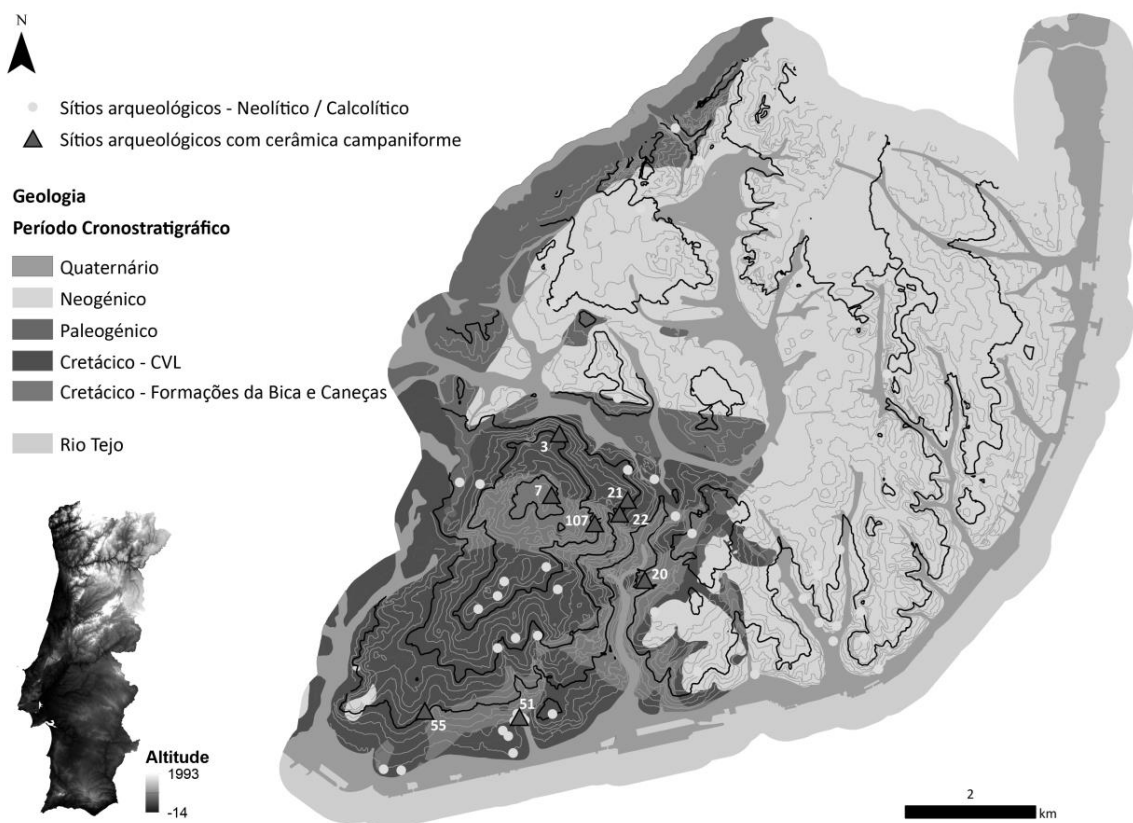


Fig. 7 — Distribuição dos sítios arqueológicos com vestígios do 4.º e 3.º milénios BC, indicando-se os sítios com campaniforme.

(Cardoso, 2011b), conforme indica o conjunto das datações de radiocarbono realizadas por AMS sobre ossos de animais. Com efeito, a cerâmica cardial, tradicionalmente identificada com as primeiras comunidades neolíticas deste território, está praticamente ausente destes contextos domésticos ou funerários, tendo sido recolhido apenas um fragmento na Encosta de Sant'Ana e outros cinco no povoado do Carrascal.

O Neolítico Médio afigura-se até ao momento uma época de muito difícil caracterização na região de Lisboa, pela ausência de materiais característicos, dos escassos que se sabe integrarem a panóplia daquelas produções, como os vasos decorados com sulco abaixo do bordo. A esta ausência soma-se a falta de datações absolutas compatíveis com a cronologia que tem vindo a ser atribuída àquela etapa cronocultural no centro e sul do território português (Cardoso, 2015; Neves, 2018).

4.3. Neolítico Final/Calcolítico

As fases mais avançadas do Neolítico e o Calcolítico encontram-se bem representados através de informação documental assinalável indicadora de um importante povoamento entre os finais do 4.º e os finais do 3.º milénio BC (fig. 7). Foram reportadas, ainda que com importância muito desigual, 76 ocorrências, distribuídas pelas freguesias de Ajuda (12), Alcântara (3), Alvalade (2), Arroios (3), Avenidas Novas (2), Beato (1), Belém (3), Benfica (6), Campo de Ourique (2), Campolide (8), Carnide (1), Estrela (1), Lumiar (5), Marvila (1), Misericórdia (5), Santa Clara (1), Santa Maria Maior (6), Santo António (2), S. Domingos de Benfica (3) e Telheiras (1).

Em muitos casos, a classificação cronológica é vaga, podendo corresponder a um vasto período de quase três mil anos, entre o Neolítico Antigo e a Idade do Bronze. A circunstância de muitos dos sítios corresponderem a recolhas avulsas, resultado de prospeções antigas ou de acompanhamentos de obra, também limita a informação. É ainda de realçar que são muito escassos os estudos resultantes de escavações recentes, com os inerentes estudos de materiais, limitando-se aos contextos de Monsanto (Cardoso & Carreira, 1995) e agora às importantes intervenções da Travessa das Dores (Neto et al., 2017; 2019), a que se somam os resultados, muito mais limitados, obtidos em área próxima (Basílio & Pereiro, 2017).

Apesar do elevado número de sítios de cronologia calcolítica, não existe de momento nenhuma datação absoluta publicada.

As mais importantes ocorrências situam-se na parte ocidental do concelho de Lisboa: Travessa das Dores/Rio Seco (Ajuda) e Monsanto. No caso da primeira área, a ocupação atual do solo é de natureza urbana, o que dificulta muito a obtenção de uma informação global, limitada apenas às áreas de escavação proporcionadas nos últimos anos. Pelo contrário, no caso de Monsanto a maior parte do solo apresenta uso florestal, sendo aí as limitações de outra ordem, designadamente da maior ou menor perturbação que os terrenos conheceram no decurso da sua história recente. É de assinalar que na área da Baixa/Bairro Alto, onde se registou um importante núcleo de povoamento do Neolítico Antigo, são muito escassos os indícios concretos de ocupação do 4.º e 3.º milénios BC.

A Área da Travessa das Dores/Rio Seco

Quando em 2013 foram identificados importantes contextos neolíticos e calcolíticos na Travessa das Dores, existiam já recolhas antigas efetuadas por G. Zbyszewski em zona adjacente, situada a cotas mais baixas da mesma encosta voltada ao Tejo, a qual foi então designada de Rio Seco, correspondente aos materiais depositados no Museu Geológico do LNEG (Vaultier & Zbyszewski, 1947). Também neste entorno deve ser mencionada a estação da Junqueira e o Campo das Salésias (Amaral, 1960, p. 114): aquando da construção de um campo de futebol, Isabel Amaral assinala cartograficamente a área de recolhas (possivelmente realizadas por Bandeira Ferreira).

Na última década sucederam-se as intervenções onde foram identificados contextos arqueológicos do Neolítico Final e Calcolítico nesta área:

- Rua Alfredo da Silva, n.º 8 a 10/Rua dos Quartéis, n.º 31 a 35/51 a 55 (CNS 37784);
- Loteamento do Rio Seco — Calçada da Boa Hora, n.º 142/Travessa das Dores, n.º 2 a 10/Rua da Aliança Operária/Rua Diogo Cão (CNS 37785);
- Calçada da Boa Hora, n.º 164 a 166 (CNS 37834);
- Calçada da Boa Hora, n.º 176 a 178^a (CNS 37835);
- Rua Alexandre Sá Pinto — Campo das Salésias (CNS 37837).

Em termos orográficos, a ocupação pré-histórica correspondente estende-se pela encosta da Serra de Monsanto voltada a sul, entre os 10 e os 20 m de altitude, associada a antigas linhas de água afluentes da margem direita do Rio Tejo. Entre estas linhas de água refira-se o Rio Seco, localizado a cerca de 160 m para oeste da intervenção na Travessa das Dores. Em termos geológicos, estas ocorrências estão localizadas na Formação da Bica, constituída por sedimentos mais margosos na área em questão.

A «aglutinação» destes espaços num único espaço habitado constitui possibilidade importante, referenciando um povoado do Neolítico Final e do Calcolítico de grande valor regional, cuja caracterização global se impõe (fig. 8).

Considera-se a designação mais apropriada como a de «povoado do Rio Seco», atendendo a que foi a primeira designação utilizada e também porque se relaciona com um topónimo orográfico, ainda existente, afigurando-se por isso mais adequado e preferível à designação toponímica urbana da atualidade. Esta designação foi também recentemente adotada pela Direção-Geral do Património Cultural.

O sítio da Travessa das Dores corresponde a um sector daquele espaço habitado e até agora o mais bem conhecido de toda a vasta área por ele abrangida; revelou-se fundamental para compreender a importância do sítio, conforme evidenciam as várias publicações a ele dedicadas (Neto et al., 2015; 2017; 2019).

Identificado em 2013 e intervencionado por duas entidades empresariais distintas, os trabalhos efetuados no decurso da segunda intervenção providenciaram importantes testemunhos das comunidades que, entre o Neolítico Final e o Calcolítico, o habitaram. Com efeito, pela primeira vez na área do concelho de Lisboa, foram ali amplamente registadas estruturas arqueológicas diretamente relacionadas com as referidas cronologias, associadas a conjuntos artefactuais estratigrafados. A intervenção arqueológica, constrangida pelos limites de afetação da empreitada que a determinou, conduziu à identificação

de uma estratigrafia complexa, mas cuja aparente integridade, isto é, o facto de os estratos antrópicos se encontrarem preservados, permitiu adiantar uma sequência para as sucessivas ocupações representadas no registo arqueológico (Neto et al., 2015; 2017; 2019).

A primeira fase de ocupação da Travessa das Dores é caracterizada pela escavação no substrato geológico margoso do Cenomaniano Superior, e subsequente colmatação, de um numeroso conjunto de fossas/silos de morfologia variável. A colmatação destas estruturas negativas caracterizou-se por assinalável diversidade artefactual, por vezes com forte presença de fauna malacológica (Neto et al., 2017). Numa fase posterior, foi aberto no substrato geológico um fosso, largo e profundo, de orientação geral norte-sul na área intervencionada, que abrangeu cerca de 10 m do seu comprimento. A abertura desta estrutura, situável ainda no Neolítico Final, seccionou claramente algumas das fossas anteriormente executadas (Neto et al., 2019, fig. 10). Encostada à parede do fosso foi identificada uma série de panos verticais de alvenaria constituídos predominantemente por blocos calcários, com alguns elementos basálticos, adossados à parede do fosso, destinados à regularização daquela mesma série.

A colmatação do fosso, sendo também um processo de complexa interpretação, apresenta materiais do Neolítico Final e do Calcolítico Pleno/Final, com exclusão das produções campaniformes assim como de estruturas de combustão e, inclusive, um piso de terra batida, indício da continuidade da ocupação humana no local, numa época em que esta estrutura já não se encontrava ativa.

O abundante espólio recolhido da etapa de ocupação mais antiga é caracterizado pela associação «bordos denteados/taças carenadas», característica dos contextos domésticos do Neolítico Final da Estremadura, conforme ficou claramente demonstrado em Leceia, com base na informação estratigráfica e de cronologia absoluta ali obtida (Cardoso, 2006). Os contextos mais modernos indicam o Calcolítico Pleno/Final da Estremadura, ilustrados pelas produções cerâmicas do grupo «folha de acácia», reportadas à fase de colmatação do fosso e associadas a algumas das estruturas identificadas no seu interior. As cerâmicas caneladas que caracterizam o Calcolítico Inicial da Estremadura estão quase ausentes, indício de que o local, nesta época, se encontrava abandonado, ou quase. Não se registaram, nestes níveis, claras evidências materiais de cerâmica campaniforme, as quais foram, no entanto, coevas na região das produções do grupo «folha de acácia» (Cardoso, 2014, 2017), o que significa, simplesmente, que a comunidade então ocupante do local as não utilizou no seu quotidiano.

A divulgação, em tempo útil, dos resultados obtidos através da intervenção arqueológica realizada na Travessa das Dores foi essencial para a arqueologia urbana em Lisboa, pois correspondeu ao mais importante sítio pré-histórico citadino até ao presente publicado, fornecendo, por outro lado, indicações para o melhor enquadramento destes dados em outras intervenções efetuadas na mesma área da urbe.

Foi o caso da intervenção efetuada, já em 2017, respeitante a sondagens de diagnóstico realizadas na Rua dos Quartéis, a pouco mais de uma centena de metros da escavação realizada na Travessa das Dores; ali se identificaram outras evidências, destacando-se a escavação de parte de uma provável cabana de planta circular e de um derrube de muro estruturado, de cronologia neocalcolítica (Basílio & Pereiro, 2017).

A proximidade geográfica justificou o exercício de relacionamento destes dois contextos da freguesia da Ajuda. A produção cerâmica constitui uma base sólida para tal exercício, com a presença da já referida associação típica do Neolítico Final, a par de componentes mais tardios, como os pratos de bordo espessado e um fragmento de cerâmica campaniforme. No entanto, a escassez da amostra não permite concluir que se trata necessariamente de uma ocupação que conheceu o seu momento mais intenso no Calcolítico, ao contrário do verificado na Travessa das Dores, devido às limitações da amostra.

No espaço ocupado pelo antigo Quartel do Rio Seco, situado em área adjacente à Travessa das Dores, realizou-se recentemente a escavação de uma vasta área, ainda que não em profundidade (Rocha & Teixeira, 2018); os resultados obtidos, quando forem divulgados, revelar-se-ão essenciais para a compreensão global da dinâmica de ocupação habitacional desta vasta área da encosta voltada para o Tejo, no Neolítico Final, com prolongamento pelo Calcolítico, designada genericamente por Rio Seco.

A circunstância desta área da freguesia da Ajuda ter um historial de uso rural do solo até inícios do século XX terá favorecido a conservação destes tão importantes contextos, os quais, por via da requalificação urbana, têm vindo agora a ser paulatinamente postos a descoberto.

A deteção de um fosso na Travessa das Dores (Neto et al., 2019) indica a existência de um recinto, cuja relação funcional com a globalidade do espaço ocupado ainda se não



afigura clara, face aos elementos até agora publicados. Os resultados obtidos no estudo já realizado sugerem que o vasto espaço do Rio Seco seria ocupado por talhões agrícolas, delimitados por muretes de pedra seca, conforme conclusão de um dos signatários (J. L. C.) de artigo presentemente no prelo.

Tratando-se de partes constituintes de um único espaço habitado, importa atender às dinâmicas de expansão e contração de um mesmo local ao longo da sua história. Esta realidade pode também ser aferida a uma escala mais abrangente, como na Serra de Monsanto. Com efeito, a distribuição geográfica das ocorrências do Neolítico Final e do Calcolítico do atual concelho de Lisboa demonstra a grande diversidade das modalidades do povoamento então ali vigente, provavelmente relacionada com as atividades económicas que se praticavam: sítios em cotas baixas, relacionados com o rio, os seus afluentes e os seus recursos, contrastando com sítios em cotas elevadas, associados ao domínio da paisagem circundante e às atividades agropastoris, ainda que em estreita relação visual com o estuário, que pontuou sempre, de forma decisiva, o quotidiano daquelas populações.

Monsanto

A área de Monsanto, que presentemente constitui o único espaço de uso florestal no território de Lisboa, desde cedo foi objeto de pesquisas arqueológicas.

Em finais do século XIX, António Mendes, da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal, encontrou uma «faca paleolítica», no local da Capela de Santa Ana, em Monsanto (Vasconcelos, 1922). Durante a primeira metade do século XX sucederam-se as recolhas, em diversos locais de interesse arqueológico de Monsanto, incluindo o esporão de Sete Moinhos, já na margem esquerda da Ribeira de Alcântara, acompanhadas por vezes de escavações mais ou menos sistemáticas, como as realizadas em Montes Claros (Correia, 1912a; Figueiredo, 1922; Jalhay, Paço & Ribeiro, 1944; França, 1949); mais recentemente, realizaram-se escavações no povoado do Neolítico Final de Vila Pouca (Moita, 1967) e, de novo, no de Montes Claros, confirmando a sua ocupação no Neolítico Final, sucedida por importante presença campaniforme (Cardoso & Carreira, 1995), antecedida por uma ocupação do Neolítico Antigo, também identificada em Vila Pouca (fig. 7).

Face ao exposto, pode concluir-se que, ainda antes da etapa correspondente à realização das recentes intervenções arqueológicas de salvaguarda obrigatórias, os achados de Monsanto eram prova concludente de uma importante ocupação neolítica e calcolítica do espaço correspondente ao concelho de Lisboa. Desde 1994, data da exposição «Lisboa Subterrânea», não se obtiveram, porém, substanciais novidades, mas o avanço no conhecimento de outras áreas de Lisboa (Ajuda, Baixa) e das presenças humanas que foram sendo reconhecidas e estudadas na Baixa Estremadura permite novas perspetivas interpretativas.

Trata-se de uma área com excelentes condições de habitabilidade, pela proximidade de recursos estuarinos relacionados com o Tejo e afluentes, pela disponibilidade de sílex e pela aptidão agrícola dos solos do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra, os quais pas-

saram a ter interesse agrícola sobretudo a partir do Neolítico Final, com a adoção do arado e da tração animal, permitindo, pela primeira vez, o trabalho dos pesados solos argilosos resultantes da alteração das rochas basálticas, de elevada produtividade cerealífera.

O carácter disperso das intervenções, as sucessivas destruições, devido sobretudo à lavra das pedreiras, e também a intensa agricultura dos solos, realizada até à instalação do Parque Florestal de Monsanto, limitaram a qualidade e representatividade da informação disponível, dificultando a sua interpretação. No conjunto constituído pelos sítios de Monsanto, foi considerada a existência de três grandes núcleos de concentração de ocorrências que correspondem, aliás, a outras tantas freguesias: 1) o núcleo de Benfica, situado a norte; 2) o núcleo de Montes Claros, a sul; e o 3) núcleo do vale de Alcântara/Campolide, localizado a este.

Núcleo de Benfica:

Núcleo central/topo: Alto das Perdizes (CNS 18781)

Área anexa/topo e encosta: Monsanto 1/Santana (CNS 2150/11801); Moinho da Carrasqueira (CNS 18788); Lisboa — Moinho das Cruzes (CNS 2303); Serra de Monsanto/Avenida 24 de Janeiro/Forte de Monsanto (CNS 1533)

Núcleo de Montes Claros:

Núcleo central/topo: Montes Claros (CNS 2742)

Área anexa/encosta: Parque Infantil do Alvito (CNS 18789); Moinho do Alferes (CNS 18786); Tapada da Ajuda 1 (CNS 18790)

Núcleo do vale de Alcântara/Campolide:

Núcleo central/encosta: Vila Pouca (CNS 3728); Quinta das Pimenteiras (CNS 38613); Avenida de Ceuta (CNS 3861)

Área anexa/topo e encosta: Lisboa — Sete Moinhos (CNS 6642); norte do Viaduto Duarte Pacheco (CNS 38614)

Em cada um dos núcleos considerados — cuja efetiva importância arqueológica nalguns casos é muito discutível — parece coexistir a ocupação do topo das colinas (Montes Claros, Sete Moinhos, Alto das Perdizes) com a ocupação das encostas, situação especialmente evidente em Vila Pouca.

Considerando a topografia da zona, a individualização de cada um dos núcleos altos considerados parece ser, por um lado, indiscutível, ao contrário do verificado em alguns sítios de encosta, onde a natureza e a importância da ocupação neolítica e calcolítica carecem presentemente de confirmação, como é o caso da Tapada da Ajuda e do Moinho do Alferes, embora alguns sítios de encosta, como Vila Pouca, tenham revelado estruturas de natureza doméstica (Moita, 1967).

Por outro lado, o estabelecimento de relações funcionais entre os diversos sítios encontra-se dificultado pela natureza da informação disponível, embora possa ter interesse registar que, enquanto Montes Claros e Vila Pouca foram ocupados no decurso do Neolítico Final, como se comprova pelo registo material disponível, Sete Moinhos só evidencia assinalável presença no Calcolítico, como demonstrado, sobretudo, pela ocorrência de produções cerâmicas do grupo «folha de acácia/crucífera» (Carreira, 1995), época em que os dois primeiros locais se encontravam abandonados.

A existência de sítios próximos com ocupação diferenciada do Neolítico-Calcolítico está documentada na península de Lisboa, nomeadamente no vale da Ribeira de Cheleiros (Sousa, 1998) e também no vale da Ribeira de Barcarena (Cardoso & Cardoso, 1993; Cardoso et al., 2015). Situação idêntica à observada, neste caso relativo à dinâmica de ocupação de uma região no decurso do Calcolítico, foi registada na península de Setúbal: assim, enquanto, no Calcolítico Inicial, o povoado do Pedrão regista importante ocupação, no Calcolítico Pleno/Final o mesmo foi abandonado, em benefício dos vizinhos povoados da Rotura e de Chibanes, os quais, em contrapartida, não revelam presenças significativas nos primeiros momentos do Calcolítico (Soares & Silva, 1975).

Atendendo à reduzida informação relativa aos sítios de Monsanto, verifica-se ser difícil avançar explicação cabal para a génese e evolução dos mesmos. Pode considerar-se como hipótese que as ocupações das colinas de Montes Claros, Sete Moinhos e Alto das Perdizes se tivessem constituído, em diversas épocas, como polos agregadores de uma ocupação das encostas adjacentes, a qual, no entanto, é apenas claramente evidenciada em Vila Pouca, que corresponde a uma situação excecional neste contexto.

A dinâmica de povoamento sugerida pelos escassos sítios identificados deve ser compaginada com a reduzida intensidade neles revelada, ainda que em casos excecionais, como Montes Claros, se tenham evidenciado recorrentes ocupações do mesmo espaço, do Neolítico Antigo, Neolítico Final e do Campaniforme, como revelaram os diversos trabalhos de escavação ali realizados.

As estruturas identificadas são pouco significativas, contrastando com a importância das recentemente escavadas na Travessa das Dores, o que pode resultar apenas de deficiente registo dos trabalhos arqueológicos antigos e das limitadas áreas então investigadas. Em Montes Claros são referidos fundos de cabana (Jalhay & Paço, 1947), também referenciados em Vila Pouca (Correia, 1912b; Roche, Ferreira & Zbyszewski, 1959; Moita, 1967). Em nenhum dos sítios foram identificadas estruturas de amuralhamento ou de carácter negativo.

A existência de sítios especializados é suportada por diversas evidências; é o caso da oficina de Santana, sítio parcialmente destruído pela abertura de uma grande pedreira (com ca. 400 m de comprimento e ca. 20 m de altura). As sucessivas recolhas ali realizadas por José Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira e Virgílio Correia (Correia, 1912a) parecem indicar uma área de exploração primária de sílex, conservando-se aqui uma oficina de talhe, provavelmente explorada ao longo de uma grande diacronia (Cardoso, 2009). Outro sítio de natureza especializada corresponde às galerias de exploração de sílex identificadas junto à entrada do túnel do Rossio do lado de Campolide, seccionadas aquando da sua abertura, o que permitiu a identificação das mesmas (Choffat, 1889; 1907). Embora uma interpretação contrária tenha sido recentemente apresentada no

respeitante a esta estação arqueológica (Leitão, Didelet & Cardoso, 2017), é inquestionável a autenticidade das evidências aduzidas por Paul Choffat, a que não faltam os martelos dos mineiros encontrados no interior dos espaços minerados, constituídos por blocos de basalto com as superfícies intensamente percutidas, conferindo-lhes formato esferoidal, algumas delas cobertas com crostas estalagmíticas carbonatadas.

Outros contextos da Baixa Estremadura configuram modalidades distintas de exploração do sílex no decurso do Neolítico e do Calcolítico: sítios de exploração mista, residencial e de talhe do sílex, como Carrascal, Oeiras (Cardoso, Sousa & André, 2015), e Monte do Castelo, Oeiras (Cardoso, Carreira & Ferreira, 1996); e oficinas especializadas como Barotas, Oeiras (Cardoso & Costa, 1992), Casal Barril, Mafra (Sousa & Gonçalves, 2011). Estão documentados outros sítios onde se realizaram colheitas de superfície na Baixa Estremadura, mas a sua integração cronocultural oferece mais dúvidas, documentando a extração de sílex a céu aberto (Andrade & Cardoso, 2004; Andrade, Lopes & Vilela, 2014; Andrade & Matias, 2013). Sem dúvida que a abundância desta matéria-prima constituía então um recurso estratégico da Baixa Estremadura e permitia permuta com outras regiões onde aquela escasseava, desde o Neolítico Médio até ao final do Calcolítico, num processo crescente que se explica pela própria intensificação da interação económica observada ao longo daquele intervalo de tempo (Cardoso, 2004; Cardoso, 2020).

Contextos Funerários?

No Neolítico Final e no Calcolítico é nítida a desproporção, frequentemente observada, entre o número de espaços da vida e da morte, dominando numas regiões os primeiros sobre os segundos e observando-se a situação inversa noutras. Em Lisboa há escassa informação de contextos funerários, contrastando com a relativa a contextos domésticos; a invisibilidade do mundo funerário poderá estar, neste caso, em parte relacionada com as dinâmicas do crescimento urbano, que os terão destruído, mas as duas relevantes tumulações do Neolítico Antigo acima referidas são a prova da eficácia dos instrumentos de gestão presentemente disponíveis; o facto de as mesmas não terem equivalente em contextos do Neolítico Final e do Calcolítico sugere que a informação é ainda demasiado escassa.

Na Quinta da Farinheira (CNS 37800), na década de 50 do século XX, numa saibreira em exploração, atual Largo Broma (Chelas/Marvila), M. César da Silva Baptista e E. Leal dos Santos recolheram uma placa de xisto decorada em bom estado de conservação. Esta placa poderia estar associada a uma estrutura funerária de cronologia neolítica/calcolítica, eventualmente destruída durante a exploração da referida saibreira (Zbyszewski, 1950; 1957). A face principal apresenta olhos radiados, sobrancelhas, nariz e faixas de triângulos. No reverso identificam-se duas faixas de triângulos, uma no topo e outra na base e duas bandas verticais retículas que podem corresponder a tranças (Gonçalves, 1992). No conjunto, a decoração desta placa é estreitamente comparável à de um exemplar recolhido em monumento dolménico da região de Huelva, tendo ambas sido provavelmente fabricadas pelo mesmo artífice, denunciando a circulação das próprias peças,

ou das ideias relacionadas com a sua conceção, o que poderá envolver mesmo a deslocação de quem as fabricava (Cardoso, 2004), realidade recentemente ilustrada pela presença no povoado fortificado do Outeiro Redondo, Sesimbra, de lâminas de sílex oolítico cuja origem se pode situar nas Cadeias Béticas (Cardoso, Andrade & Martins, 2018).

Nos anos 90 foram recolhidos na Quinta da Noiva (CNS 12589), Alvalade, num talude, restos humanos associados a alguns blocos que a erosão pôs a descoberto, e a um vaso esférico liso (DGPC — 95/1/25), depositado no Museu de História Natural, conjunto que é compatível com sepultamento pré-histórico de época indeterminada.

Também em Vila Pouca se registaram ossos de um indivíduo do sexo masculino (22 a 50 anos), relativo a um «cadáver insepulto» (Antunes e Cunha, 1994, p. 36), evidência que seria interessante datar.

Podemos ainda considerar que muitas grutas, hoje destruídas, tenham servido como espaço sepulcral, como aliás é frequente na Estremadura. Encontrando-se algumas grutas referenciadas desde o princípio do século XX por Vergílio Correia, os processos de laboração das pedreiras de calcário terão «apagado» aqueles vestígios.

Nas grutas do vale de Alcântara, também designadas por Furnas do Sertão, a situação é mais pacífica, pois verificou-se a ausência de qualquer espólio pré-histórico, afastando assim a utilização das grutas naquela época. Aquando da sua descoberta, em janeiro de 1938, o potencial arqueológico deste sistema cársico foi largamente divulgado pela imprensa diária (nomeadamente no *Diário de Notícias*, mas também n' *O Século*), com um entusiasmo de tal ordem que este foi um assunto noticiado durante uma semana inteira. A intervenção de Manuel Heleno veio evidenciar as escassas evidências arqueológicas (Amaral, 1960, p. 164).

Em 1879 foi noticiada a identificação de uma sepultura na Tapada da Ajuda (Silva, 1879, p. 177), de «(...) de tempos pré-históricos (...)», na sequência dos trabalhos de abertura de um caminho. A atribuição de uma cronologia pré-histórica baseava-se na presença de uma ponta de seta de sílex, mas uma revisão da tipologia da sepultura, correspondente a uma caixa retangular com o corpo depositado em decúbito dorsal, parece apontar para uma cronologia da Antiguidade Tardia (Cardoso, Amaro & Batalha, 2018).

Outros indicadores, nomeadamente toponímicos, poderão ser relevantes, como a denominação de Outeiro das Arcas (Lumiar) ou Cova da Moura (Pampulha).

Pode colocar-se a hipótese de as necrópoles de Lisboa estarem geograficamente apartadas dos principais núcleos de povoamento, como sucede em outras regiões da península de Lisboa, nomeadamente em Cascais, onde existe real separação entre as importantes necrópoles dos 4.º/3.º milénios BC e a localização dos espaços habitados, sempre de fraca expressão (Sousa, 2005), ou em Mafra, onde avultam os *habitats* e o número de necrópoles é muito reduzido. A avaliar pelos indicadores de Chelas, da Quinta da Noiva ou mais recentemente do Convento do Beato — Edifício dos Ensacadores, no qual se identificou um hipogeu escavado no arenito (Penisga et al., 2019), pode considerar-se a hipótese das necrópoles se terem localizado sobretudo na área oriental do concelho de Lisboa, onde justamente abundam solos facilmente escaváveis, propícios à construção de grutas artificiais.

Uma Leitura Diacrónica

Sítios	Bordos denteados Cerâmicas carenadas	Copos e taças caneladas	Cerâmica com decoração «folha de acácia»	Cerâmica campaniforme
Pós-1994				
Rio Seco — Travessa das Dores	X	X*	X	
Rio Seco — Quartéis	X		X	X
Rio Seco — Antigo Quartel				
Palácio Vaz de Carvalho				X
Pré-1994				
Praça da Figueira				X
Alto das Perdizes	X			X
Montes Claros	X	X*		X
Monsanto 1/ Santana				X
Sete Moinhos	X	X*	X	X
Vila Pouca	X			X
Alto do Duque	X			
Cerca dos Jerónimos				X
Pedrouços				X
Junqueira				X

* Residual

Apesar de não dispormos de datações absolutas para os 4.º e 3.º milénios BC, alguns indicadores permitem uma leitura diacrónica do povoamento no concelho de Lisboa.

A associação «taças carenadas/bordos denteados» permite situar no Neolítico Final os sítios onde a mesma ocorre, concentrando-se na área do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra, nos núcleos de Monsanto e Rio Seco.

Tomando a presença de cerâmica canelada (copos e taças) como indicador de ocupação durante a primeira metade do 3.º milénio BC (Calcolítico Inicial), verifica-se que existe uma nítida contração do povoamento face ao observado no Neolítico Final, dado que os escassos elementos identificados se afiguram residuais, tanto na Travessa das Dores (Neto et al., 2019), como em Sete Moinhos e Montes Claros.

A contração do povoamento observada na primeira metade do 3.º milénio BC encontra-se documentada em outras áreas da Baixa Estremadura, como na Ribeira de Cheleiros (Sousa, 2010). Neste caso existe uma concentração em povoados de altura murados, como no Penedo do Lexim e Olelas, passando provavelmente de um povoamento disseminado de pequenos núcleos para a agregação em núcleos de maior escala. Pode, contudo, no caso de Lisboa, considerar-se a existência de um povoado fortificado

oculto pelo casco histórico. Na zona do Castelo de S. Jorge, que tem um elevado valor estratégico de implantação, não existe nenhuma evidência de ocupação calcolítica, mas esta ausência deve ser considerada com prudência face às sucessivas e intensas fases de construção nesta área, que poderão ter obliterado tal possível preexistência.

As produções do grupo «folha de acácia/crucífera», cuja capacidade de diagnóstico da idade das ocupações se dissipou a partir do momento em que se comprovou serem coevas, ao longo de toda a sua existência na segunda metade do 3.º milénio BC e na região em causa das cerâmicas campaniformes (Cardoso, 2014, 2017), são igualmente muito escassas nas estações do concelho de Lisboa, ocorrendo apenas de forma evidente no sítio da Travessa das Dores/Rio Seco e no povoado de Sete Moinhos, como anteriormente se referiu.

As produções campaniformes registam presença disseminada em vários tipos de implantação e em diferentes unidades paisagísticas, correspondendo a povoamento aparentemente disperso (fig. 7), observando-se a reocupação de sítios que terão sido abandonados desde o Neolítico Final, representadas por cerâmicas campaniformes incisais. Em Sete Moinhos, tal como em outras estações, a reduzida potência estratigráfica e as afetações do uso do solo impediram a conservação da estratigrafia original, como foi patente nas mais recentes escavações de Montes Claros (Cardoso e Carreira, 1995). Aqui são exclusivas, no conjunto das produções decoradas calcolíticas, as cerâmicas campaniformes; de entre estas é dominante o campaniforme inciso (Cardoso, 2009), sendo residual os vasos de estilo marítimo; com efeito, a extraordinária abundância daquelas produções no sítio em causa já em 1977 tinha sido devidamente assinalada (Harrison, 1977).

4.4. Idade do Bronze

O Bronze Pleno

Um dos achados de maior interesse da Pré-História lisiponense respeita à recolha de um vaso com origem na região correspondente à cultura do Bronze do Sudoeste, que ocorre no Alto e Baixo Alentejo e no Algarve (Leitão & Cardoso, 2014). Encontrava-se fraturado *in situ*, nos depósitos acumulados na base da Encosta de Sant'Ana, do lado poente da Praça do Martim Moniz, sendo possível que provenha da parte superior da encosta ou, pelo contrário, se associe a uma ocupação coeva do local onde foi recolhido. Conjuntamente com o punhal de rebites recolhido nas escavações realizadas no Palácio Ludovice, mas em posição derivada (Reis et al., 2017, fig. 3), corresponde ao único testemunho desta época até agora publicado do concelho de Lisboa, muito provavelmente em continuidade com as derradeiras produções campaniformes, como sugere a datação obtida para o povoado do Catujal, Loures, onde tais presenças meridionais constituíam, de igual forma, realidade evidente (Cardoso, 2004). Correspondem, deste modo, a um prolongamento para norte do Tejo das manifestações materiais características daquela cultura do sudoeste peninsular.

A cronologia da ocupação do povoado do Catujal, hoje totalmente destruído, foi determinada por uma data de radiocarbono obtida sobre osso humano. O intervalo

obtido, a dois *sigma*, depois de calibrado (Stuiver & Reimer, 1993), foi de 2028-1752 cal. BC (ICEN — 843), com intersecção em 1892 cal. BC (Cardoso, 1994). Este resultado indica cronologia recuada para o Bronze Pleno regional, correspondente a época em que as cerâmicas campaniformes já não faziam parte dos espólios da região, como se pode concluir pelas características do conjunto cerâmico ali recolhido. Assim sendo, o fim do uso de recipientes campaniformes na Estremadura pode considerar-se anterior ao verificado no interior e no norte do país, onde é aceitável uma sobrevivência da produção de vasos campaniformes (incluindo o estilo «marítimo») ainda no decurso do primeiro quartel do 2.º milénio BC. Outra conclusão a reter é a da maior antiguidade das taças de tipo Santa Vitória, até agora utilizadas como «fóssil diretor» para a fase mais tardia daquela cultura, designada por Bronze II do Sudoeste; pode-se até questionar — o que parece razoável — a partição entre o Bronze I e o Bronze II do Sudoeste, com base em aspetos arqueográficos que poderão ser reflexo, sobretudo, de particularismos e diferenças de ordem geográfica, aliás bem conhecidos.

O Bronze Final

No concelho de Lisboa, a presença de testemunhos do Bronze Final é escassa, correspondendo em geral a produções dispersas (fig. 9). É exceção o povoado da Tapada da

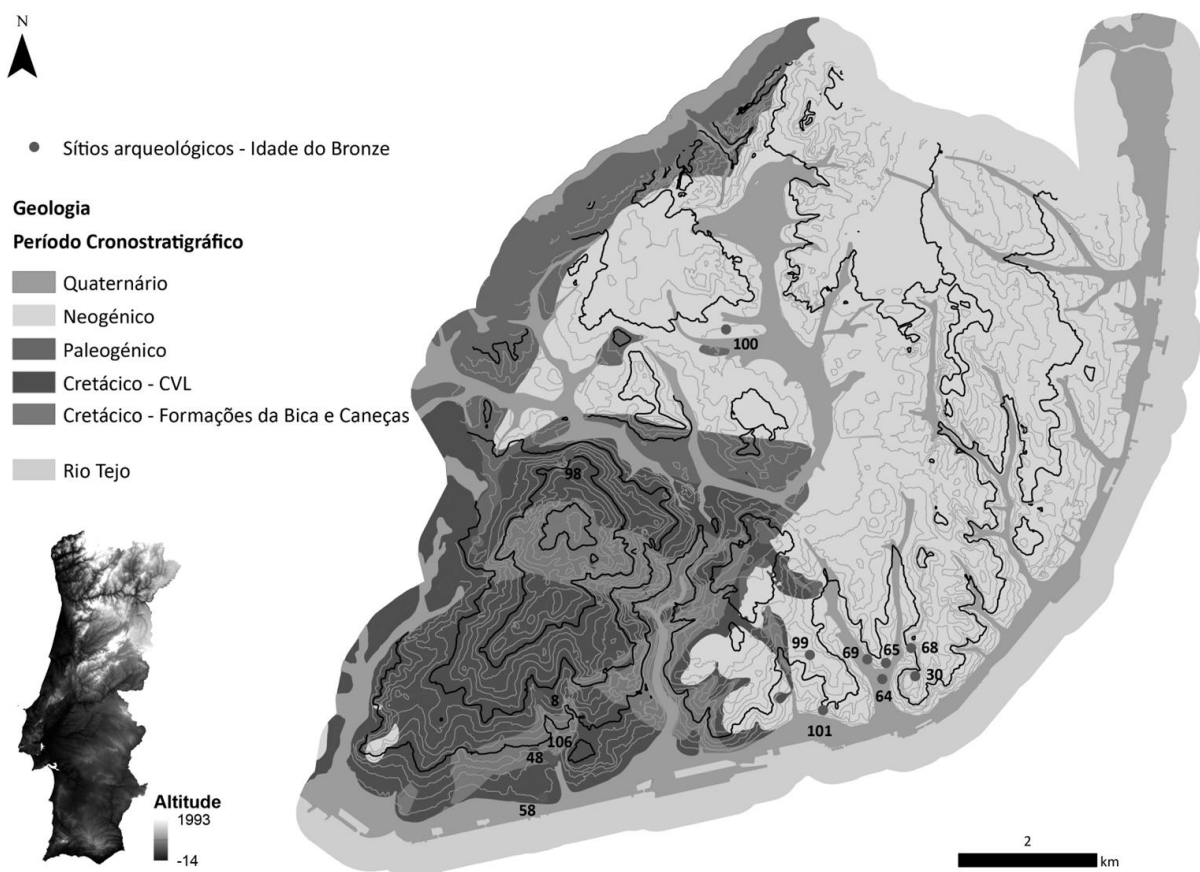


Fig. 9 — Distribuição dos sítios arqueológicos com ocupação da Idade do Bronze. Ver legenda da fig. 1 para denominação dos sítios.

Ajuda (Cardoso, 1987; Cardoso et al., 1986; Cardoso & Silva, 2004; Cardoso, 2004). Apesar das sucessivas campanhas de escavações realizadas entre 1983 e 1987, a área escavada foi arrasada sem aviso prévio, no decurso das próprias escavações, o que inviabilizou o registo das estruturas postas a descoberto. Entre estas, destacava-se uma cabana de planta elipsoidal, com embasamento constituído por blocos basálticos irregulares, ocorrência única na região, mas com paralelos da mesma época tanto no Norte (Citânia de S. Julião, Vila Verde) como no Sul (cabanas de Neves, Castro Verde), como ainda na própria região do Baixo Tejo (cabanas de Santa Sofia, Vila Franca de Xira). Tratava-se de uma comunidade agropastoril, configurando um pequeno povoado aberto que se espalhava por diversas unidades domésticas e ocupando encosta suave voltada para o estuário do Tejo.

A especialização na produção cerealífera — como indicam as centenas de elementos de foice sobre lascas denticuladas de sílex recolhidas —, realizada com carácter intensivo, ultrapassava as necessidades alimentares da comunidade. Assim sendo, os excedentes, que correspondiam ao grosso do que era produzido, destinavam-se à comercialização, integrando circuitos de âmbito regional ou mesmo suprarregional (Cardoso, 1995), que provavelmente seriam controlados por elites sediadas em sítios de altura, como alguns dos identificados na região. Tal realidade é anterior ao fim do Bronze Final, como é indicado pela total ausência de cerâmicas de ornatos brunidos e é confirmado pelo resultado estatístico das diversas datações de radiocarbono obtidas, situando esta ocupação cerca de 1300-1200 anos cal. BC. Assim sendo, pode concluir-se que a existência da hierarquização social sugerida na Tapada da Ajuda tem um antecedente observado na mesma região cerca de mil anos antes, no decurso do Campaniforme (Cardoso, 2014). Já então se observou, no registo arqueológico, a dicotomia entre povoados de altura e sítios abertos de encosta, tanto povoados como apenas «casais agrícolas» dedicados de forma intensiva e extensiva à atividade agropastoril.

A alimentação era completada pela criação de gado e pela recolha de moluscos no estuário, o qual possuía então na zona adjacente à estação uma reentrância, correspondendo à confluência com a ribeira que desaguava na Junqueira. Assim se explica a dominância da ostra, espécie então ali particularmente abundante.

Esta estação, dedicada à exploração intensiva dos férteis solos basálticos, particularmente aptos às culturas cerealíferas, tem equivalente em muitas outras estações da mesma época da região de Lisboa, designadas por «casais agrícolas» (Marques & Andrade, 1974), administradoras de territórios cujos limites se encontravam, a nível geográfico, bem definidos.

Para além da integração económico-social desta ocorrência, importa considerar o seu enquadramento cultural no âmbito do Bronze Final do ocidente peninsular, onde as influências atlanto-mediterrâneas se mesclavam nesta finisterra debruçada sobre o oceano, mas ao mesmo tempo estreitamente ligada a influxos culturais oriundos do interior peninsular. É o que se comprova pelo achado de um alfinete de bronze, cuja tipologia indica filiação em exemplares centro-europeus (Melo, Cardoso & Giumlia-Mayr, 2017), aqui chegado, provavelmente, ao longo da via de circulação de produtos, de ideias e de pessoas que o vale do Tejo, o maior rio peninsular, desde sempre constituiu (Vilaça & Cardoso, 2017).

5. Em Conclusão...

No presente trabalho procurou-se apresentar uma interpretação das características dominantes das sucessivas ocupações humanas verificadas no território presentemente pertencente ao concelho de Lisboa, desde o Paleolítico Inferior ao Bronze Final. Tratou-se de exercício baseado na compilação exaustiva das ocorrências pré-históricas presentemente conhecidas com base na bibliografia antiga e na informação dispersa nos relatórios técnicos conservados no Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa, da Direção-Geral do Património Cultural. Esta recolha de informação permitiu aumentar significativamente o número de ocorrências registadas no Sistema de Informação Endo-vélico, tendo passado de 57 para 106 ocorrências, que não correspondem certamente a igual número de sítios, uma vez que muitos dos registos respeitam a achados isolados ou a referências individuais que devem ser agregadas a outras.

«Unir os pontos», independentemente da época das intervenções arqueológicas efetuadas, é exercício a que importa dar continuidade para a Pré-História de Lisboa. Os resultados apresentados para o Rio Seco e para o Bairro Alto evidenciam a importância de articular os dados fornecidos pelas diferentes equipas que presentemente e no futuro realizem intervenções de arqueologia preventiva, objetivo que se afigura apenas possível com a rápida disponibilização da informação em termos de relatórios técnicos e das consequentes publicações. Com efeito, para que a articulação espacial se efetue com a indispensável qualidade é essencial dispor de informação completa, a qual, por outro lado, nem sempre é proporcionada pelos resultados obtidos através das intervenções arqueológicas, seja pelas limitações inerentes aos sítios (estado de conservação) ou às próprias intervenções (características da intervenção inerentes à natureza, características e dimensões do empreendimento que esteve na sua origem).

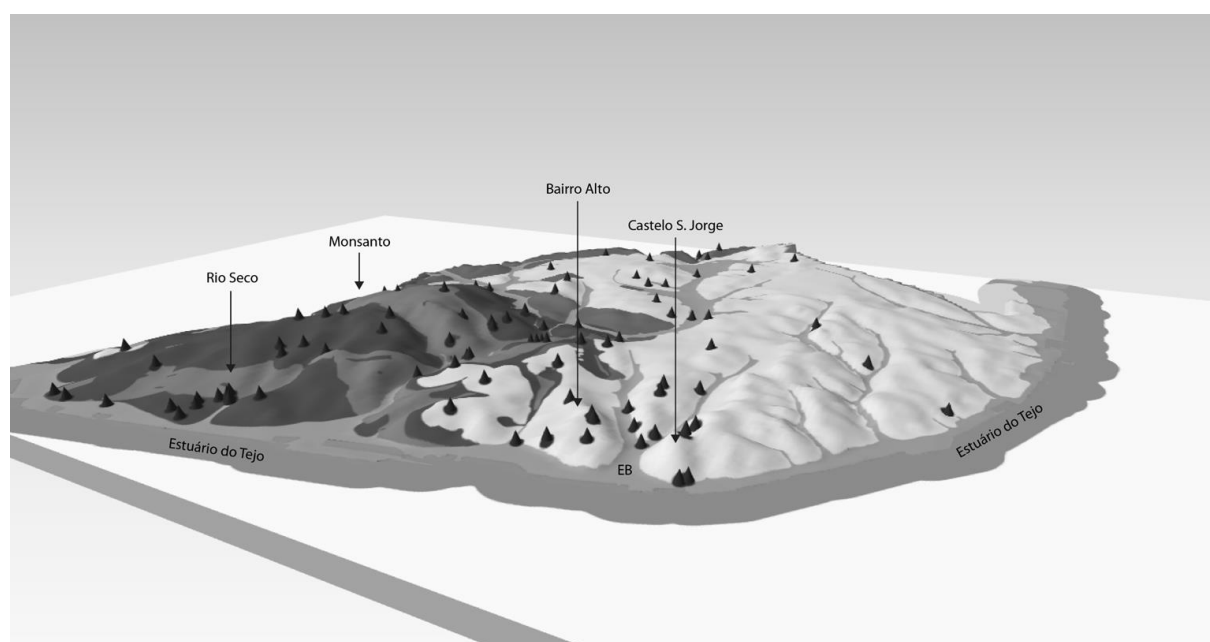


Fig. 10 — Localização dos sítios pré-históricos de Lisboa num visualizador 3D. Sobre-elevação 3x realizada sobre MDL disponibilizado pela CML. Imagem produzida no *software* QGIS.org (2020). QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. <http://qgis.org> e o *plugin* Qgis2threejs.

Numa leitura preliminar, verificamos que a área ocidental do município parece ter sido mais densamente ocupada do que o sector oriental do mesmo, conclusão condizente com os recursos naturais disponíveis, designadamente a aptidão dos solos e a disponibilidade de água, a par de a topografia ser, nesta segunda zona, mais diversificada, propícia a um povoamento de sítios implantados tanto no topo de colinas como de encosta (fig. 10).

Mas as lacunas observadas no sector de menor densidade de dados podem ficar a dever-se não apenas a causas naturais como as apontadas. Por um lado, os testemunhos podem em parte ter sido irremediavelmente destruídos em épocas recuadas, sobretudo no casco histórico. Por outro, o vazio da área oriental do município pode ainda ser acentuado, de alguma forma, pelas limitações dos próprios instrumentos de gestão do território, uma vez que o PDM de Lisboa tem grandes assimetrias dos níveis de proteção e acompanhamento arqueológico em função das áreas de intervenção. Registar as ausências poderá ser uma ferramenta importante.

O conceito de «achado isolado» pode resultar pernicioso para a gestão do território, uma vez que pode desvalorizar dados valiosos para a documentação da ocupação pré-histórica. Essa evidência ficou patente no povoado do Rio Seco, embora este sítio tenha sido bem reidentificado, independentemente de as preexistências conhecidas terem ou não sido importantes para a correta decisão da tutela na realização de escavações preventivas. Com efeito, existia já informação publicada desde a década de 1940, comprovada pelos materiais conservados no Museu Geológico do LNEG. A descoberta dos contextos pré-históricos na Travessa das Dores era, assim, de alguma forma, expectável, embora fosse impossível prever a importância arqueológica da informação que veio a ser recolhida.

No atual estado dos conhecimentos podemos encontrar tendências: assim, no Paleolítico Inferior e Médio, é nítida a preferência pela ocupação dos solos basálticos, em resultado das melhores condições por estes oferecidas no respeitante às disponibilidades de água e, conseqüentemente, de caça, face aos solos cenozoicos dominantes na área oriental do município. Mais tarde, numa fase inicial do Neolítico, a ocupação parece ter-se concentrado em torno do Esteiro da Baixa e, pontualmente, em Monsanto; no Neolítico Final passa a concentrar-se na zona ocidental, no eixo Monsanto-Ajuda-Belém. Essa mudança de estratégia de ocupação pode estar relacionada com a aptidão agrícola dos solos basálticos e também com a existência de locais com maior defensabilidade e controlo da paisagem, realidade que persistiu no decurso de todo o Calcolítico.

Já na Idade do Bronze, e em especial na sua fase final, para a qual o registo arqueológico volta a ser bem conhecido, assumiram importância as unidades agrícolas de cunho familiar, dispersas pelos solos basálticos, as quais poderiam ter a dimensão de povoados abertos de encosta, exemplarmente representados pelo da Tapada da Ajuda, e voltadas para a produção cerealífera, articulada em centros de maior importância que coordenavam a distribuição e comercialização das produções, disso retirando as conseqüentes mais-valias. Neste âmbito, faz sentido atribuir as ocorrências de materiais da Idade do Bronze conhecidas na zona ribeirinha da Baixa — sujeitas a uma necessária reapreciação — a eventuais ocupações sazonais e/ou relacionadas com a comercialização por via fluvio-marítima de produtos cerealíferos produzidos nos núcleos acima referidos. Estava-se

então na aurora de uma nova etapa da história humana na região de Lisboa, antecedente imediata da presença fenícia, e do comércio marítimo transregional, unindo o Atlântico ao Mediterrâneo.

Existem ainda poucos dados que nos permitam inferir a extensão máxima da inundação estuarina durante a subida do nível médio do mar no decurso do Holocénico, nos vales profundos dos afluentes do Tejo, com a caracterização dos ambientes marginais destas ribeiras e do estuário e a compreensão da sua evolução. A ausência destes dados acompanha alguns vazios no conhecimento da ocupação pré-histórica desta área da cidade, pelas razões atrás expostas.

Na zona oriental afloram à superfície formações geológicas miocénicas de diversas épocas: as Areolas da Estefânia, as Areias do Vale de Chelas e as Areias da Quinta do Bacalhau, constituindo solos pouco propícios ao cultivo, mas, em contrapartida, favoráveis à abertura de grutas artificiais ou de outras estruturas negativas. As escassas evidências funerárias do Neolítico Final/Calcolítico situam-se justamente nesta área, sugerindo que no passado outras ali poderiam ter existido.

O presente contributo procurou reunir toda a informação conhecida, mas profundamente dispersa, sobre a Pré-História de Lisboa: bibliografia e recolhas antigas e informação dos relatórios técnicos apresentados à DGPC. Toda a informação compulsada foi inserida no Sistema de Inventário Endovélico e georreferenciada quando possível. Esperamos que o esforço desta equipa constitua uma ferramenta de investigação e de salvaguarda arqueológica na cidade de Lisboa.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Ana Sofia Gomes, Isabel Inácio e Filipa Bragança, do inventário da DGPC, e a Maria José Sequeira, da Extensão Territorial de Arqueologia de Lisboa da DGPC, que possibilitaram a realização do inventário aqui apresentado, já disponível no Sistema de Informação Endovélico/Portal do Arqueólogo. A Filipa Neto, também da DGPC, agradecemos o apoio prestado no âmbito do projeto ARQUEOSIA. Graças à celeridade autorização concedida pelo diretor do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho, foi possível proceder a um levantamento preliminar do acervo em depósito, agradecendo-se a Luísa Guerreiro, do Serviço de Inventário de Coleções do Museu Nacional de Arqueologia, a disponibilidade e o apoio à pesquisa efetuada.

Parte deste trabalho foi realizada no âmbito do projeto «Lisbon Stories», apoiado pelo IDL — Instituto Dom Luiz (UID/GEO/50019/2019). Assim, os autores agradecem a Maria da Conceição Freitas (FCUL e IDL) e a Jacinta Bugalhão (DGPC e UNIARQ), dois pilares deste projeto. Agradecemos também à CML, em particular ao Departamento de Património Cultural, ao CAL e ao Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, pela disponibilização da cartografia de Lisboa georreferenciada e aos muitos alunos do curso de Geologia (FCUL) que ao longo do tempo têm participado neste projeto, tanto na recolha de amostras no campo como na realização das análises laboratoriais.

Bibliografia

- ALMEIDA, I. M. (2004) — Caracterização geológica do Esteiro da Baixa. *Monumentos*, 21. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 152-157.
- ALMEIDA, I. M.; ANDRADE, C.; FREITAS, M. C.; MORENO, J.; CABRAL, M. C.; CRAVEIRO, S.; MARQUES, F. (2009) — Holocene Paleoenvironmental evolution of the Lisbon downtown area as recorded in the Esteiro da Baixa Sediments — First results. *Journal of Coastal Research*. Charlotte, NC, USA. S. I, 56, p. 574-578.
- AMARAL, I. M. (1960) — *Lisboa, contribuição para o estudo das origens*. Lisboa: FLUL. Dissertação de licenciatura não publicada.
- ANDRADE, M.; CARDOSO, M. (2004) — O sítio pré-histórico da Pedreira do Aires (Ramada, Odivelas): notícia da sua identificação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 137-163.
- ANDRADE, M.; LOPES, G.; VILELA, C. (2014) — O sítio calcolítico de Cabeço dos Mouros: identificação de uma nova oficina de talhe de pontas de seta na área da Arruda dos Pisões (Rio Maior, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 113-126.
- ANDRADE, M.; MATIAS, H. (2013) — Lithic raw material procurement and consumption during the Late Neolithic/Early Chalcolithic: the case of Casal dos Matos and Cabeça Gorda I (Vila Nova de Ourém, Estremadura, Portugal). *Complutum*. Madrid. 24:1, p. 91-111.
- ANGELUCCI, D. E.; SOARES, A. M.; ALMEIDA, L.; BRITO, R.; LEITÃO, V. (2007) — Neolithic occupation and mid-Holocene soil formation at Encosta de Sant'Ana (Lisbon, Portugal): a geoarchaeological approach. *Journal of Archaeological Science*. Cambridge. 34, p. 1641-1648.
- ANTUNES, M. T.; CUNHA, A. S. (1994) — Vila Pouca: nota sobre o espólio ósseo. *Al-Madan*, Almada. — S. II, 3, p. 36-37.
- ARAÚJO, A. C. (2012) — *Une histoire des premières communautés mésolithiques au Portugal*. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de l'Université de Paris I en Préhistoire, Ethnologie et Anthropologie, Paris.
- BASÍLIO, A. C.; PEREIRO, T. (2017) — Pedacos de um passado comum: ocupações do 4.º e 3.º milénios a. C. na zona do Rio Seco/Boa Hora (Ajuda). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 12, p. 37-44.
- BREUIL, H. (1918) — Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 27/28, p. 34-39.
- BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G. (1942) — *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. I. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Comunicações; 23).
- CACHÃO, M.; FREITAS, M. C.; SILVA, C. M. (2020) — Uma cidade com os pés bem assentes na terra. In CACHÃO, M.; FREITAS, M. C.; GUERRA, A., coord. — *Território e memória. Parte. I: Terra Mater Olisiponensis*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 12-19 (Col. Lisboa Romana/Felicitas Julia Olisipo; 2).
- CARDOSO, G.; AMARO, C.; BATALHA, L. (2018) — O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan*. Almada. — II Série, 22, p. 35-40.
- CARDOSO, J. L. (1987) — *No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro*. *Arqueologia do Vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. p. 69-80.
- CARDOSO, J. L. (1994) — Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos dez anos. *Al-Madan*. Almada. — S. II, 3, p. 59-74.
- CARDOSO, J. L. (1995) — O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2004) — A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12, p. 17-332.
- CARDOSO, J. L. (2006) — As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.

- CARDOSO, J. L. (2009) — Lisboa pré-histórica: novas informações, à luz de antigos documentos. *Arqueologia e História*. Lisboa. 60/61, p. 89-117.
- CARDOSO, J. L. (2010) — O Neolítico antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos. In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F., ed. lit. — *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve. p. 23-48. (Promontoria Monográfica; 15).
- CARDOSO, J. L. (2011a) — *Arqueologia do Concelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2011b) — A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In BERNABEAU, J.; ROJO, M. A.; MOLINA, L., coord. — *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal a. C. en la Península Ibérica*. Valencia: Laboratorio de Arqueología de Valencia. p. 259-262. (Saguntum Extra; 12).
- CARDOSO, J. L. (2014) — Absolute Chronology of the Beaker Phenomenon North of the Tagus Estuary: Demographic and Social Implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71:1, p. 56-75. (DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.2014.12124>).
- CARDOSO, J. L. (2015) — Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos para um percurso pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 93-138.
- CARDOSO, J. L. (2017) — O povoamento campaniforme em torno do estuário do Tejo: cronologia, economia e sociedade. In GONÇALVES, V. S., ed. lit. — *Sinos e taças junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. p. 126-141 (Col. Estudos & Memórias; 10).
- CARDOSO, J. L. (2020) — Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras, Portugal). In VILAÇA, R.; AGUIAR, R. S., coord. — *(I)mobilidades na Pré-História. Pessoas, recursos, objectos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 91-133.
- CARDOSO, J. L.; ANDRADE, M.; MARTINS, F. (2018) — Sobre a presença de lâminas de sílex oolítico (e outras matérias-primas exógenas) no povoado calcolítico do Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal): interacção durante o 3.º milénio a. C. no Sudoeste Peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 307-366.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (1993) — Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 4.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1995) — O povoado pré-histórico de Montes Claros (Lisboa). Resultados das escavações de 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 277-298.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R.; FERREIRA, O. V. (1996) — Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 9-26.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F.; REBELO, P.; NETO, N.; SIMÕES, C. D. (2022) — Individual Vessels, Individual Burials? New Evidence on Early Neolithic Funerary practices on the Iberian Peninsula's Wester Façade. *European Journal of Archaeology*. Cambridge. 12 — 25, p. 1-19 (DOI: <https://doi.org/10.1017/ eaa.2021.64>).
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B.; SOUSA, E.; BUGALHÃO, J.; SEQUEIRA, M. J. (2017) — Caracterização mineralógica de cerâmicas da Idade do Ferro de Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 20, p. 71-82.
- CARDOSO, J. L.; COSTA, J. B. (1992) — Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L.; MARTINS, F.; LEITÃO, V. (2023) — A Encosta de Sant'Ana no quadro da economia alimentar do Neolítico Antigo da península de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 32, p. 9-42.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; CARREIRA, J. R. (1996) — Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.
- CARDOSO, J. L.; REBELO, P.; NETO, N.; RIBEIRO, R. (2018) — Enterramento do Neolítico Antigo em fossa na zona Ribeirinha de Lisboa (Antigos Armazéns Sommer). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 125-140.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. S.; MONJARDINO, J.; CARREIRA, J. R. (1986) — A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Revista Municipal*. Lisboa. — S. II, 15, p. 3-18.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) — O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 227-271.
- CARDOSO, J. L.; SOUSA, A. C.; ANDRÉ, M. C. (2015) — O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudos das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 139-234.
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G.; ANDRÉ, M. C. (1992) — O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 3, p. 15-645.

- CARREIRA, J. R. (1995) — A ocupação pré-histórica do Alto dos Sete Moinhos (Lisboa). *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 41-49.
- CARVALHO, A. F. (2018) — When the Mediterranean Met the Atlantic. A Socio-Economic View on Early Neolithic Communities in Central-Southern Portugal. *Quaternary International*. Cambridge. 470, p. 472-484 (DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2016.12.045>).
- CHOFFAT, P. (1889) — *Étude géologique du tunnel du Rocío*. Lisbonne: Commission des Travaux Géologiques du Portugal.
- CHOFFAT, P. (1907) — Exploitation souterraine du silex à Campolide aux temps néolithiques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 12, p. 338-342.
- CORREIA, V. (1912a) — Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 17, p. 275-284.
- CORREIA, V. (1912b) — *Lisboa Pré-histórica II. A estação neolítica de Vila Pouca (Monsanto)*. Lisboa: Typographia de António Maria Antunes (Notas de Arqueologia, 2).
- CORREIA, V. (1913) — Lisboa Pré-histórica III. A estação neolítica da Cerca dos Jerónimos. *A Águia*. Porto. II Série, 3:13/15 —, p. 26-29/72-76/107-110.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. C. (2020) — O lugar antes da ocupação. In ALBERTO, E., coord. — *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a Saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, p. 39-44.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. C.; BUGALHÃO, J.; CACHÃO, M.; CURRÁS, A. (2020) — O mar de Olisipo. In CACHÃO, M.; FREITAS, M. C.; GUERRA, A., coord. — *Território e memória. Parte I: Terra Mater Olisiponensis*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 20-39 (Col. Lisboa Romana/Felicitas Julia Olisipo, 2).
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. C.; LOPES, V.; BUGALHÃO, J.; CASCALHO, J.; ANDRADE, C.; ROCHA, A. (2018) — As praias fluvio-estuarinas da Idade do Ferro e do Período Romano da Baixa de Lisboa, Portugal. In BERNARDES, J. P.; ETCHVARNE, C.; LOPES, M. C.; COSTA, C., ed. lit. — *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. Faro: Universidade do Algarve — Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. p. 256-273.
- DAVIS, S. J.; GABRIEL, S.; SIMÕES, T. (2018) — Animal remains from Neolithic Lameiras, Sintra: the earliest domesticated sheep, goat, cattle and pigs in Portugal and some notes on their evolution. *Archaeofauna. International Journal of Archaeozoology*. New York. 27, p. 93-172 (DOI: <http://dx.doi.org/10.15366/archaeofauna2018.27.006>).
- DINIS, J. L.; REY, J.; CUNHA, P. P.; CALLAPEZ, P.; REIS, R. P. (2008) — Stratigraphy and alloge-netic controls of the western Portugal Cretaceous: an update synthesis. *Cretaceous Research. Cambridge*. 29, p. 772-780.
- FERREIRA, A. (2015) — Palácio dos Lumiares e Encosta de Sant'Ana: análise traceológica. Resultados preliminares. In DINIZ, M.; NEVES, C.; MARTINS, A., coord. — *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020. Perspectivas em debate*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 79-86 (Col. Monografias AAP; 2).
- FIGUEIREDO, A. M. (1922) — Nota sobre duas estações paleolíticas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 32:2, p. 191-198.
- FRANÇA, J. C. (1949) — A estação pré-histórica do Alto das Perdizes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12:1/2, p. 16-113.
- GARCÍA-ARTOLA, A.; STEPHAN, P.; CEARRETA, A.; KOPP, R.; KHAN, N.; HORTON, B. (2018) — Holocene sea-level database from the Atlantic coast of Europe. *Quaternary Science Reviews*. Cambridge. 196, p. 177-192 (DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.07.031>).
- GONÇALVES, V. S. (1992) — *Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica (Cadernos da Uniarq; 2).
- HARRISON, R. J. (1977) — *The Bell Beaker cultures of Spain and Portugal*. Cambridge (Ma): Peabody Museum.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. do (1947) — Lisboa há 4000 anos. A estação pré-histórica de Montes Claros. In *Lisboa e o seu termo. Estudos e documentos*, 1 Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 51-58.
- JALHAY, E.; PAÇO, A.; RIBEIRO, L. (1944) — Estação pré-histórica de Montes-Claros. *Revista Municipal*. Lisboa. 20/21, p. 17-28.
- LEITÃO, V.; CARDOSO, J. L. (2014) — O Bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa: o vaso da encosta de Sant'Ana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 349-360.
- LEITÃO, V.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, F. (2021) — A estação do Neolítico Antigo da Encosta de Sant'Ana (Lisboa). Resultados das campanhas de escavação de 2004 a 2006. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 28, p. 97-198.
- LEITÃO, E.; DIDELET, C.; CARDOSO, G. (2017) — As galerias de mineração de sílex de Campolide e o seu contexto europeu. Comparações e análise. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *A Arqueologia em Portugal 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 575-579.
- LEITÃO, V.; HENRIQUES, J. (2014) — Ocupação Pré-histórica na Encosta de Santana. *Rossio, Estudos de Lisboa*. Lisboa. 3, p. 16-27.

LÓPEZ-DÓRIGA, I. L.; SIMOES, T. (2015) — Los cultivos del Neolítico Antiguo de Sintra: Lapiás das Lameiras y São Pedro de Canaferim: resultados preliminares. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. S., ed. lit. — *Congresso do Neolítico Peninsular*, 5, Lisboa. — Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa UNIARQ, p. 98-107 (Col. Estudos & Memórias; 8).

MARQUES, G.; ANDRADE, C. M. (1974) — Aspectos da Proto-História do território português. 1 — Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Congresso Nacional de Arqueologia*, 3, Porto, 1973. Actas. Porto: Junta Nacional de Educação. vol. I, p. 125-148.

MATILDES, R.; ALMEIDA, I. M.; TABORDA, R.; MARQUES, F. (2011) — The contribution of GeoSIS_Lx database and geoscientific information system to the reconstruction of Lisbon's coastline. ICS2011 Proceedings. Florida: Coastal Education & Research Foundation, p. 1702-1706. (Journal of Coastal Research, Special Issue; 64).

MELO, A. A.; CARDOSO, J. L.; GIUMLIA-MAYR, A. (2017) — Tapada da Ajuda (Lisbon, Portugal) Bronze Age pin. *Materials and Manufacturing Processes*. London. 32:7-8, p. 792-797 (DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10426914.2016.1232824>).

MOITA, I. (1967) — Povoado neolítico de Vila Pouca (serra de Monsanto). *Revista Municipal. Lisboa*. 112/113, p. 49-58.

MURALHA, J.; COSTA, C. (2006) — A ocupação neolítica da Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). In BICHO, N. F.; VERÍSSIMO, H., ed. lit. — *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Congresso de Arqueologia Peninsular*, 4, Faro, 2004. Actas. Faro: Universidade do Algarve, p. 157-169. (Col. Promontoria Monográfica; 4).

MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2002) — Intervenções arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-Madan*. Almada. S. II, 11, p. 245-246.

NETO, F.; COSTEIRA, C. (2019) — Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do Projecto ARQUEOSIA. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 3:1, p. 57-76.

NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2015) — O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 235-280.

NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2017) — O Sítio Neo-Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa). In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B., coord. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa*, 1, 2015, Lisboa. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa. p. 24-37.

NETO, N.; REBELO, P.; CARDOSO, J. L. (2019) — The Final Neolithic and Chalcolithic Settlement of

Travessa das Dores (Ajuda, Lisboa). *Madriider Mitteilungen*. München. 60, p. 3-54.

NEVES, C. (2018) — *O Neolítico Médio no Ocidente Peninsular: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5.º e 4.º milénio AC*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vol. Texto policopiado.

OLIVEIRA, R. (1967) — *Contribuição para o estudo do estuário do Tejo: sedimentologia*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Col. Memória; 296).

PAIS, J.; CUNHA, P. P.; PEREIRA, D.; LEGOINHA, P.; DIAS, R.; MOURA, D.; SILVEIRA, A. B.; KULLBERG, J. C.; GONZÁLEZ-DELGADO, J. A. (2012) — The Paleogene and Neogene of Western Iberia (Portugal). A Cenozoic Record in the European Atlantic Domain. Berlin: Springer (DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-642-22401-0>).

PAIS, J.; MONIZ, C.; CABRAL, J.; CARDOSO, J. L.; LEGOINHA, P.; MACHADO, S.; MORAIS, M. A.; LOURENÇO, C.; RIBEIRO, M. L.; HENRIQUES, P.; FALÉ, P. (2006) — *Notícia explicativa da Folha 34-D Lisboa. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000*. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

PENISGA, A.; BARBOSA, R.; FERREIRA, I.; PINTO, C.; ALMEIDA, F. (2019) — *Relatório Preliminar (Escavação Arqueológica — Edifício A2 — Hipogeu). Convento do Beato. Alameda do Beato, Lisboa*.

RAMALHO, M.; REY, J.; ZBYSZEWSKI, C.; ALVES, C. A. M.; PALÁCIOS, T.; ALMEIDA, F. M.; COSTA, C.; KULLBERG, M. (2001) — *Notícia Explicativa da Folha 34-C Cascais. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.

REIS, H.; PEREIRO, T.; CABAÇO, N.; RAMOS, R.; VALERA, A. (2017) — Novos dados sobre as ocupações neolíticas do centro de Lisboa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017 — Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 563-574.

ROCHA, B.; TEIXEIRA, H. (2018) — *Relatório Preliminar do loteamento do Rio Seco, Lisboa*.

ROCHE, J.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G. (1959) — Deux stations préhistoriques des environs de Lisbonne: Vila Pouca et Pinhal da Charneca. *Actas e Memórias do Congresso Nacional de Arqueologia*, 1, Lisboa, 1958. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. vol. 1, p. 89-103.

SILVA, J. (1879) — Túmulo da Idade da Pedra. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. S. II, Tomo II:11, p. 177.

SIMÕES, C.; REBELO, P.; NETO, N.; CARDOSO, J. (2020) — Lisboa no Neolítico Antigo: resultados das

escavações no Palácio Ludovice. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 11-40.

SIMÕES, T. (1999) — O sítio neolítico de São Pedro de Canaferim, Sintra: contribuições para o estudo da neolitização da península de Lisboa. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 12).

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1975) — A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 53-154.

SOUSA, A. C. (1998) — *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 11).

SOUSA, A. C. (2005) — Lugares de vida, redes de povoamento no 4.º e 3.º milénio a.C.: Cascais e o estuário do Tejo. In GONÇALVES, V. S., coord. — *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal. p. 44-61.

SOUSA, A. C. (2017) — Os tempos do Neolítico na região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 23, p. 459-518.

SOUSA, A. C.; GONÇALVES, V. S. (2011) — Gathering, Stocking and Knapping Flint During the Portuguese Chalcolithic: The Casal Barril File. In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÁZ-DEL-RÍO, P.; TERRADAS, X., ed. lit. — *Flint Mining and Quarrying Techniques in Pre and Protohistoric Times. The 2nd International Conference of the UISPP Commission*. Oxford: Archaeopress. p. 157-169. (BAR International Series; 2260).

SOUSA, A. C.; SOARES, A. M. (2016) — Continuity or Discontinuity? Aquatic Exploitation in the Portuguese Estremadura During the Atlantic Period: São Julião and Magoito Shell Middens as Case Studies. In DUPONT, C.; MARCHAND, G., dir. — *Archéologie des chasseurs-cueilleurs maritimes. De la fonction des habitats à l'organisation de l'espace littoral*. Paris: Société Préhistorique Française, p. 191-212. (Séances de Société Préhistorique Française; 6).

STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993) — Extended 14C Data Base and Revised CALIB 3.0 14C Age Calibration Program. *Radiocarbon*. Cambridge. 35:1, p. 215-230.

TABORDA, R.; FREIRE, P.; SILVA, A.; ANDRADE, C.; FREITAS, M. C. (2009) — Origin and Evolution of

Tagus Estuarine Beaches. *Journal of Coastal Research*, SI 56. p. 213-217. (Proceedings of the 10th International Coastal Symposium).

VALERA, A. (2006) — O Neolítico da desembocadura do Paleo Estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares. *Era-Arqueologia*. Lisboa. 7, p. 86-108.

VALERA, A. (2014) — Antes de Lisboa. Palácio dos Lumiares: uma janela sobre a Pré-história da Foz do Tejo. *Rossio, Estudos de Lisboa*. Lisboa. 4, p. 10-15.

VASCONCELOS, J. L. (1922) — Descobridores de Monsanto. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 25, p. 178-180.

VASCONCELOS, J. L. (1937) — Lisboa arcaica. Da Idade da Pedra à Reconquista Cristã. *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa. 1:2, p. 155-165.

VAULTIER, M.; ZBYSZEWSKI, G. (1947) — Estação pré-histórica da Junqueira. In *Lisboa e seu termo. Estudos e documentos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. I, p. 9-33.

VILAÇA, R.; CARDOSO, J. L. (2017) — O Tejo português durante o Bronze Final. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. — *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en Época Tartésica*. Mérida, 2015. Actas. Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología, p. 237-281 (Anejos de AEspA; LXXX).

VIS, G.-J.; KASSE, C.; VANDENBERGHE, J. (2008) — Late Pleistocene and Holocene Palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): Effects of Relative Sea Level, Valley Morphology and Sediment Supply. *Quaternary Science Reviews*. Amsterdam. 27, p. 1682-1709.

ZBYSZEWSKI, G. (1950) — Une curieuse plaque de schiste ornée, de Quinta de Farinheira (Chelas, Lisboa). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 9, p. 397.

ZBYSZEWSKI, G. (1957) — Comparaison entre une plaque de schiste gravée de Lisbonne et une autre de la province de Huelva. Lisboa. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38:2, p. 459-463.

ZILHÃO, J. (1997) — *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri. 2 vol.

Lisboa Proto-Histórica: Estado da Questão e Novas Perspetivas

ELISA DE SOUSA*

1. Introdução

O conhecimento sobre a ocupação proto-histórica da área urbana de Lisboa tem avançado exponencialmente desde os finais do século passado. As constantes intervenções arqueológicas realizadas na cidade, aliadas a estudos cada vez mais sistemáticos da cultura material do 1.º milénio a. C., têm permitido conhecer, de forma cada vez mais detalhada, os ritmos das transformações que marcaram a região entre o fim da Idade do Bronze e a Idade do Ferro.

Não existe qualquer dúvida de que a descoberta mais importante em Lisboa ocorreu apenas há alguns anos, com a identificação da estela funerária dos antigos Armazéns Sommer (atual Hotel Áurea Museum), pela empresa Neoépica (Neto et al., 2016), cuja singularidade ultrapassa o mero contexto urbano local, tendo um impacto incontornável no quadro da Proto-História não só peninsular, mas também de todo o Mediterrâneo Ocidental.

Trata-se, com efeito, de um elemento praticamente único no Ocidente, não só pela sua antiguidade (século VII a. C.), mas também por se tratar de uma estela funerária escrita indubitavelmente em caracteres e em língua fenícia. A leitura preliminar da inscrição, proposta por José Ángel Zamora López, «(...) poderia traduzir-se (com vocalizações convencionais) como 'Estela (funerária) de *Wadbar* filho de *[-/] Ibadaʿ*, ou similar» (Neto et al., 2016, p. 126). Ainda que os caracteres, a língua e a fórmula propriamente dita sejam indiscutivelmente associáveis ao mundo fenício, os dois antropónimos suscitam alguma discussão, tendo sido proposta a possibilidade de corresponderem a nomes indígenas, dado não se encontrarem paralelos diretos nos nomes semitas conhecidos até ao momento (Neto et al., 2016). A comprovar-se esta possibilidade, esta evidência abriria caminho a leituras interessantes sobre os modos de contacto entre os agentes fenícios que se instalaram no estuário do Tejo, a partir dos finais do século VIII ou inícios do século VII a. C., em cronologia tradicional, e as populações autóctones que habitavam previamente esta região.

Independentemente de se tratar de nomes indígenas ou semitas, a verdade é que esta estela funerária tem a potencialidade de colocar a ocupação da Idade do Ferro de Lisboa no centro das atuais problemáticas sobre a cultura fenícia no Mediterrâneo. Como tal, é importante realizar um ponto da situação dos conhecimentos adquiridos sobre a ocupação proto-histórica da cidade, assim como delinear as principais linhas de investigação que poderão orientar trabalhos futuros.

* Universidade de Lisboa — Faculdade de Letras/Uniarq, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
E-mail: e.sousa@campus.ul.pt.
Texto concluído no final de 2021.

2. Breve Síntese sobre a História da Investigação e Modelos Interpretativos

A leitura dos vestígios arqueológicos da Idade do Ferro de Lisboa recaiu, com alguma frequência, na sua interpretação enquanto povoado de origem indígena que, a partir dos inícios do 1.º milénio a. C., teria sido fortemente influenciado pela matriz cultural orientalizante, ainda que a presença efetiva de agentes fenícios na região, em diferentes perspetivas ou modalidades, tenha sido sempre equacionada (Amaro, 1993; Cardoso, 1995; Arruda, 1999-2000, 2014).

Esta interpretação terá sido, pelo menos em parte, condicionada pelo «fantasma» da putativa existência de um importante povoado do Bronze Final no topo da colina do Castelo de São Jorge (Amaro, 1993), com o qual estariam associadas algumas cerâmicas manuais recuperadas na zona.

Após três décadas de escavações em múltiplas áreas da colina, a verdade é que não foram reveladas evidências deste hipotético núcleo de *habitat* do Bronze Final. Com efeito, os únicos vestígios que podem ser indisputavelmente atribuídos a esta fase cronológica de finais do 2.º e inícios do 1.º milénio a. C. foram documentados na atual Praça

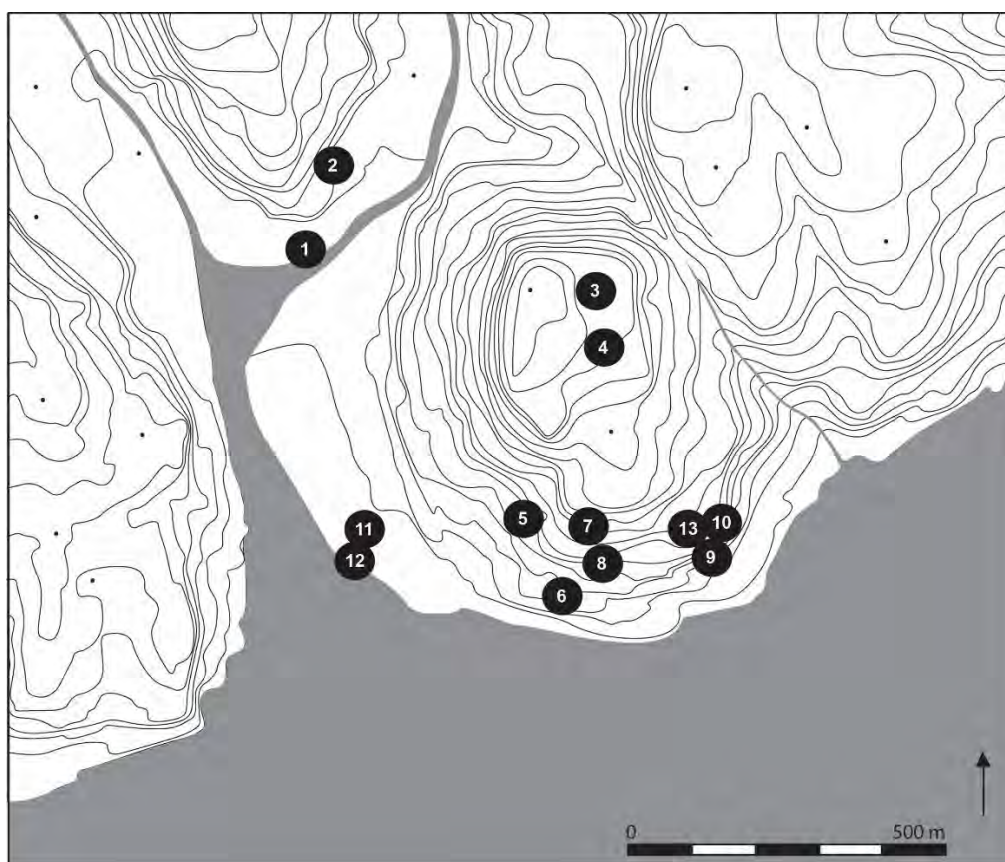


Fig. 1 — Principais áreas da cidade de Lisboa que proporcionaram evidências da ocupação proto-histórica:

1. Praça da Figueira; 2. Encosta de Sant'Ana; 3. Castelo de São Jorge; 4. Rua do Recolhimento; 5. Rua de São Mamede ao Caldas; 6. Casa dos Bicos; 7. Pátio do Aljube; 8. Sé de Lisboa; 9. Travessa do Chafariz d'El-Rei; 10. Rua da Judiaria; 11. Rua dos Douradores; 12. Rua dos Correeiros; 13. Rua de São João da Praça (segundo Pimenta, 2005, modificado).

da Figueira, parecendo corresponder a um *habitat* de dimensões (aparentemente) reduzidas, integrável no modelo dos casais agrícolas proposto por João Luís Cardoso (Silva, 2013). A efetiva extensão deste núcleo é ainda desconhecida. Uma breve notícia sobre escavações realizadas na Encosta de Sant'Ana, que refere a existência de «(...) vasos de colo ligeiramente estrangulado, com brunimento exterior e decoração mamilar, e os potes de bordo denteado» (Muralha, Costa & Calado, 2002, p. 246), poderia indicar uma cronologia coeva à registada na Praça da Figueira e, consequentemente, uma maior dimensão deste espaço (Sousa, 2016a, p. 391). Contudo, dados recentes revelaram que a ocupação na Encosta de Sant'Ana teve início numa fase anterior, ainda durante a primeira metade do 2.º milénio a. C. (Leitão & Cardoso, 2014), sendo necessário o estudo e a publicação integral dos espólios recolhidos para afinar as suas balizas cronológicas, e confirmar a sua eventual continuidade e contemporaneidade com as evidências da Praça da Figueira.

De qualquer forma, a presença de grupos humanos nas áreas de baixa altitude do atual centro histórico de Lisboa, durante o Bronze Final, é indiscutível, parecendo também óbvio que estes possam ter ocupado ou frequentado, de forma mais ou menos contínua, outros espaços da área envolvente. Ainda assim, os dados disponíveis indicam que, no que concerne à colina do Castelo, as primeiras evidências de ocupação permanente relacionam-se já com um período posterior aos contactos com agentes fenício-ocidentais, sendo datadas de momentos avançados do século VIII/inícios do século VII a. C. (Pimenta, Silva & Calado, 2014).

Não existem também grandes dúvidas de que o núcleo de povoamento fundado na colina do Castelo, especificamente na sua vertente meridional, englobou, simultaneamente, grupos humanos exógenos (muito provavelmente populações fenícias que se deslocaram do sul da Península Ibérica para o estuário do Tejo) e grupos locais, sendo que os seus testemunhos permaneceram no horizonte da cultura material, concretamente em fragmentos de cerâmicas manuais, cujas formas e decorações têm origem nos repertórios artefactuais do Bronze Final regional (Sousa, 2015, 2016b).

Contudo, estas profundas alterações na estratégia de ocupação do território que marcam o início da Idade do Ferro, associadas aos dados da cultura material que evidenciam (1) a plena implementação de novas tecnologias aplicadas à produção cerâmica, (2) a reprodução de categorias, formas, revestimentos e decorações claramente integráveis na matriz cultural fenícia ocidental, (3) a utilização de modelos arquitetónicos e técnicas construtivas de origem mediterrânea na construção dos espaços do *habitat*, e (4) as claras evidências do conhecimento e uso da língua e da escrita fenícia, permitiram propor um novo modelo interpretativo para a génese do núcleo de povoamento da colina do Castelo. Este novo modelo defende que este núcleo corresponderia a uma fundação fenícia ocidental, de natureza colonial, estando intrinsecamente articulado com a ocupação «geminada» da Quinta do Almaraz, na outra margem do Rio Tejo, podendo ambos enquadrar-se na ótica dos espaços urbanos de carácter polinuclear (Sousa, 2015, 2018a, 2018b), cuja expressividade no contexto colonial fenício do Extremo Ocidente tem sido progressivamente evidenciada durante os últimos anos (Escacena Carrasco & García Fernández, 2012; Domínguez Monadero, 2012; Padilla Monge, 2014; Niveau de Villedary y Mariñas, 2015).

Ainda assim, e mesmo de acordo com esta proposta, é inegável que as comunidades indígenas da zona da foz do Tejo participaram ativamente neste processo de transformação que marca o final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro. As questões colocam-se especificamente sobre os modos de contacto que existiram entre estes dois grupos, uma vez que a celebração de acordos e negociações entre ambos terá sido inevitável: os grupos fenícios necessitavam das populações locais no quadro da angariação de força de trabalho para as suas atividades económicas, conhecimentos sobre o território, vias preferenciais de circulação e respetivos recursos, e possivelmente também para obter um acesso privilegiado aos mesmos, para não falar na necessidade de alargamento dos contingentes demográficos e genéticos dos espaços recém-fundados.

A criação destes novos núcleos populacionais no âmbito da instalação permanente de grupos fenício-ocidentais no estuário do Tejo terá dinamizado a malha de ocupação regional, tendo muito provavelmente atraído e aglomerado as populações locais preexistentes. Com efeito, se compararmos as dinâmicas de povoamento das zonas mais meridionais e interiores da península de Lisboa entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, nota-se uma considerável diminuição das tipologias de povoamento preexistentes (Arruda et al., 2017a; Sousa, 2016b), quer no quadro dos sítios de altura, sendo raros os casos que apresentam vestígios associáveis aos primeiros momentos da Idade do Ferro, mas sobretudo no âmbito dos núcleos tradicionalmente denominados de «casais agrícolas», abundantíssimos durante o Bronze Final (Cardoso, 2004, 2015), e que desaparecem em

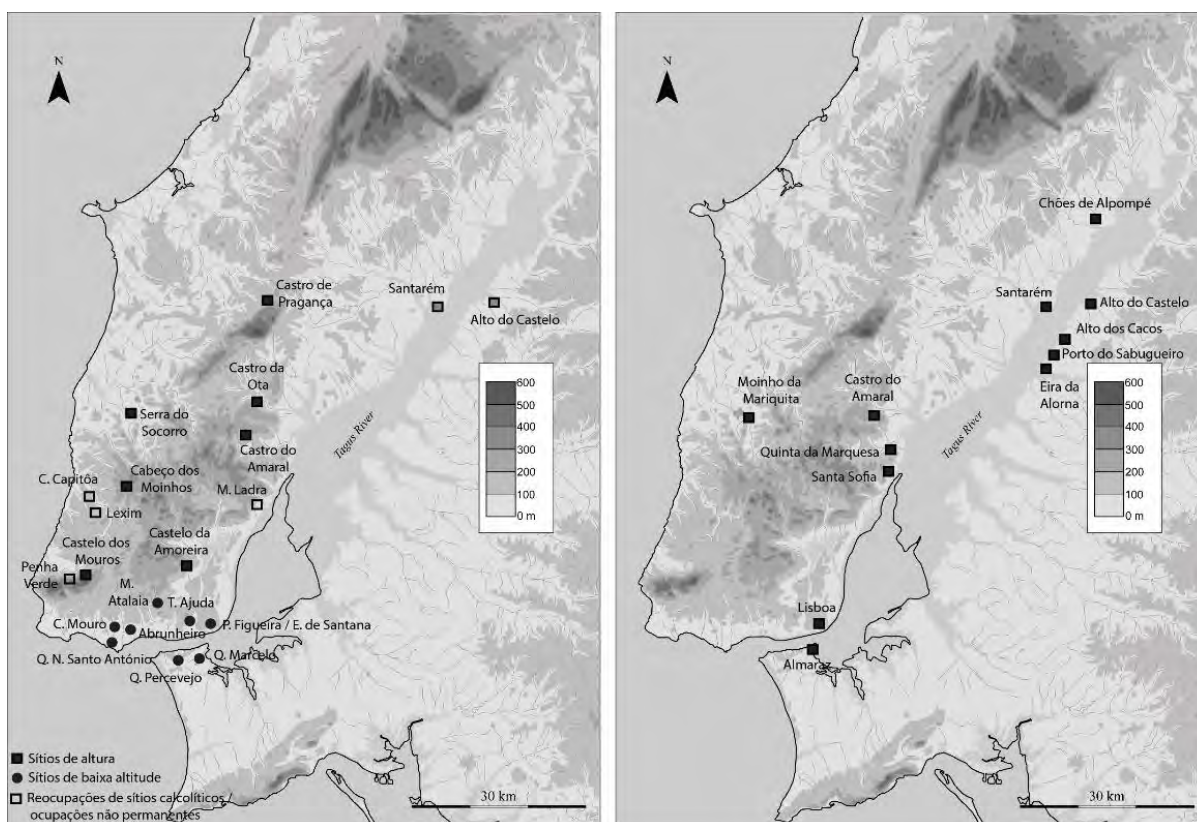


Fig. 2 — A ocupação humana no Baixo Tejo entre o Bronze Final (esquerda) e a Idade do Ferro Orientalizante (direita) (base cartográfica de Boaventura, Pimenta e Valles, 2013, modificado).

praticamente toda a península de Lisboa, com a possível exceção das áreas ribeirinhas das margens interiores do Tejo (Pimenta & Mendes, 2010-2011). Assim, parece ser relativamente claro que é a paisagem colonial fenícia, estruturada sobretudo em função do curso do Baixo Tejo, que irá ditar as novas pautas de povoamento dos inícios da Idade do Ferro, ainda que o tenha feito, pelo menos numa primeira fase, em articulação com as comunidades locais.

A importância regional do núcleo de povoamento de Lisboa irá manter-se, e talvez até aumentar, durante as fases mais tardias da Idade do Ferro (Sousa, 2014). Mesmo após o colapso do sistema colonial fenício, Lisboa irá assumir uma posição central no quadro dos processos de reestruturação que se manifestam a partir dos finais do século VI a. C., e que se parecem focar na intensificação da exploração de recursos agropecuários (Sousa, 2017). A própria cidade parece ser alvo de um processo de expansão do espaço urbano a partir do século V a. C., englobando, neste momento, uma área de cerca de 20 hectares.

Contudo, o fenómeno mais notável desta 2.^a Idade do Ferro no estuário do Tejo verifica-se à escala regional, sobretudo nos territórios mais ocidentais onde, a partir de finais do século VI/V a. C., irá emergir uma série de novos estabelecimentos, de aparente vocação agropecuária, que se estendem pelos concelhos de Oeiras, Amadora, Sintra e Cascais (Cardoso, 2004; Sousa, 2014, 2017). Trata-se de sítios de pequena dimensão, de natureza familiar (Cardoso, 2004), cuja implantação favorece não condições de defesa e visibilidade, mas sim a proximidade a recursos que permitam o desenvolvimento de atividades económicas primárias.

Estes novos sítios não têm, contudo, uma fraca capacidade económica. Com efeito, são estes pequenos locais que têm revelado uma maior quantidade de materiais excecionais, mesmo comparativamente com a área urbana de Lisboa, materializando-se em fíbulas, fechos de cinturão, espetos, recipientes metálicos de bronze e contas de colar de pasta vítrea (Cardoso, 2004; Cardoso & Encarnação, 2013; Sousa, 2014, 2017). A sua riqueza parece, ainda assim, estar direta e intimamente relacionada com o núcleo de Lisboa (Sousa, 2017): os vários conjuntos artefactuais estudados têm revelado, de forma sistemática, uma predominância de produções cerâmicas típicas da área lisboeta, que terá sido, portanto, a principal abastecedora destes pequenos núcleos «rurais» (Sousa, 2014, 2017). Esta situação verifica-se também em zonas bastante interiores do estuário do Tejo, sendo o caso mais emblemático o do Cabeço Guião (Cartaxo), em tudo semelhante aos anteriores, e no qual se atestou igualmente uma maioria de produções cerâmicas com provável origem na zona de Lisboa (Ar-ruda et al., 2017b).

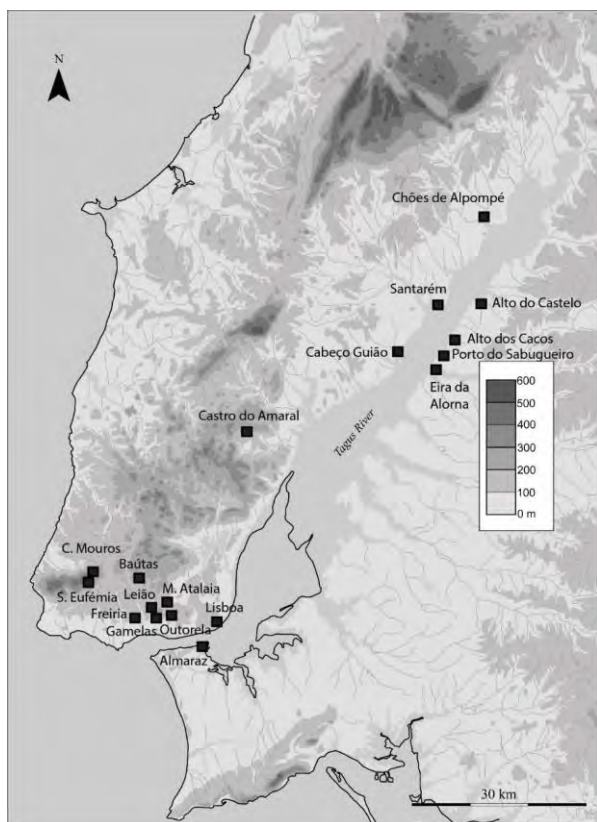


Fig. 3 — A ocupação pré-romana no Baixo Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a. C. (base cartográfica de Boaventura, Pimenta e Valles, 2013, modificado).

A dispersão geográfica destes vários sítios dá mostras de marcar a área de controlo ou influência direta de Lisboa na Baixa Estremadura: o sul da península de Lisboa e a parte meridional do estuário do Tejo parecem ter constituído o território não apenas económico e comercial, mas provavelmente também sociopolítico deste importante núcleo de povoamento, evidenciando que Lisboa se torna, pelo menos a partir de finais do século VI a. C., no principal espaço hegemónico do centro da fachada atlântica portuguesa, papel que irá manter até à conquista destes territórios por Roma.

Lisboa terá sido, assim, a principal responsável pela criação ou desenvolvimento de uma nova identidade cultural «centro-atlântica» que irá caracterizar o Baixo Tejo ao longo da segunda metade do 1.º milénio a. C., «(...) uma identidade que conseguimos entrever no horizonte da cultura material, mas que seguramente teve expressões mais significativas nos quadros ideológicos, rituais, sociais (...)» (Sousa, 2017, p. 316), e talvez até linguísticos, mas que se encontram ainda muito mal caracterizados arqueologicamente.

3. O Desenvolvimento da Investigação: Novas Perspetivas

3.1. Vestígios Arquitetónicos

Ainda que os dados que permitem conhecer o núcleo urbano da Idade do Ferro de Lisboa sejam já significativos, o grande desafio que se coloca à sua leitura integrada é a fragmentação gerada pela ocupação intensiva e contínua da cidade ao longo dos últimos três milénios.

Esta dificuldade não se verifica tanto no quadro artefactual (Sousa, 2016b), considerando que os materiais da Idade do Ferro recolhidos são muitíssimo abundantes, ainda que, estranhamente, estes sejam quase todos cerâmicos, sendo outros artefactos, como metais ou objetos de pasta vítrea, raros até ao momento. O carácter urbano de Lisboa afeta, sobretudo, as tentativas de leitura dos espaços arquitetónicos associáveis às ocupações antigas. Ainda que vestígios de construções da Idade do Ferro surjam com frequência nas várias intervenções, estes são difíceis de interpretar, uma vez que, na esmagadora maioria dos casos, dispomos apenas de pequenos segmentos de embasamentos pétreos e algumas esquinas de muros, sendo praticamente impossível compreender se correspondem a restos de vivendas isoladas ou a edifícios complexos e compartimentados.

Os únicos elementos seguros é que estas construções seguem plantas ortogonais, que são difundidas no Ocidente peninsular com a presença fenícia, e que usam na sua construção técnicas claramente mediterrâneas, como é o caso da utilização de taipa ou tijolos de adobe para a elevação das paredes. Mas a reconstituição do urbanismo da Lisboa pré-romana é, pelas vicissitudes da sua intensa e prolongada ocupação, uma tarefa virtualmente impossível.

Esta situação pode ser atenuada considerando o facto de os núcleos fenícios ocidentais não serem particularmente complexos numa perspetiva urbanística. De acordo com os dados disponíveis, os grandes complexos palaciais do Próximo Oriente não parecem ter sido transpostos para o Ocidente. Aqui, os centros de poder político e económico parecem ser incorporados nas esferas religiosas, que constituem, até à data, os únicos

exemplos de uma arquitetura de carácter público ou semipúblico das fases mais antigas da Idade do Ferro (entre outros, Belen Deamos, 2007; Domínguez Monadero, 2001, 2018).

Ainda assim, existem algumas ferramentas que poderiam auxiliar na tarefa de reconstrução dos vestígios arquitetónicos da antiga Lisboa. A criação de uma plataforma informática na qual se pudessem incluir as várias estruturas associáveis à Idade do Ferro da área urbana de Lisboa, devidamente georreferenciadas e associadas a fases cronológicas específicas, parece ser, no estado atual dos conhecimentos, vital para ultrapassar os obstáculos inerentes à leitura urbanística da antiga cidade, tendo ainda a vantagem de poder ser utilizada também para momentos posteriores. Naturalmente que, numa fase inicial, os resultados podem ser limitados, mas, atendendo à cadência da arqueologia urbana de Lisboa, a existência de tal plataforma seria, efetivamente, essencial para uma melhor compreensão dos ritmos de transformação da cidade ao longo dos últimos três milénios, permitindo ainda agregar, salvaguardar e otimizar os dados resultantes das intervenções arqueológicas de vária natureza.

No caso concreto da Idade do Ferro, a ampla extensão do núcleo de povoamento de Lisboa, associada à sua possível integração no modelo polinuclear anteriormente referido, implicaria que a estruturação interna do espaço seria complexa e diversificada, englobando, com grande probabilidade, polos funcionais específicos. Ainda que seja provável que grande parte da vertente meridional da colina do Castelo estivesse ocupada por espaços de carácter essencialmente residencial, estes podem estar intercalados por outros de cariz artesanal e mesmo comunitário. Neste âmbito, cabe recordar que estruturas relacionadas com a produção de cerâmica foram documentadas na área do Teatro Romano (Fernandes & Coroado, no prelo) e na zona do Castelo, para além das registadas na Baixa Pombalina, na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014; Cardoso et al., 2017), ainda que a sua funcionalidade seja discutível. Os espaços portuários mais antigos da cidade, por sua vez, parecem estar centrados na área dos antigos Armazéns Sommer, onde se identificou uma rampa inclinada feita à base de elementos pétreos que poderá estar relacionada com um cais de acostagem (Ribeiro, Neto & Rebelo, 2017). A partir de um momento mais tardio, em torno de meados do 1.º milénio, poderão ter sido assumidas funções portuárias num espaço mais interior, junto à atual Rua dos Correeiros (Sousa, 2014). Por identificar estão ainda os espaços sepulcrais da antiga cidade. Neste contexto, não se pode deixar de referir, uma vez mais, a estela funerária recolhida nos Armazéns Sommer, ainda que esta tenha sido reutilizada numa estrutura de época posterior. Contudo, a presença deste elemento poderá indicar que os espaços funerários se situavam nas zonas mais baixas das proximidades, talvez localizadas na vertente oriental da colina (Neto et al., 2016).

3.2. Uniformização dos Critérios na Publicação de Dados

Um outro aspeto importante a considerar é a futura uniformização dos dados publicados. Ainda que os estudos se possam focar em conjuntos específicos da cultura material, é importante, no quadro atual da investigação, seguir determinados critérios na sua análise.

Não se pretende aqui criticar trabalhos anteriores, até porque estes responderam a questões científicas específicas e prioritárias em momentos concretos da história da investigação, e muitos deles são, inclusivamente, de elevada qualidade, incorporando um grande número dos parâmetros adiante indicados. Contudo, para delinear estratégias futuras e tentar ultrapassar o carácter altamente segmentado que condiciona a prática da arqueologia em Lisboa, parece ser essencial esboçar alguns critérios essenciais que possibilitem a construção de uma base de dados homogénea e a futura articulação dos elementos recuperados.

Entre esses critérios, um dos mais essenciais é a utilização de metodologias de quantificação específicas que permitam não apenas compreender o universo da amostra estudada, mas também possibilitar a sua comparação com outros conjuntos publicados. São várias as propostas existentes para a quantificação de conjuntos cerâmicos (Adroher Auroux et al., 2016), ainda que a utilização dos parâmetros estabelecidos no protocolo de Mont-Beuvray relativo ao Número Mínimo de Indivíduos (NMI) (Arcelin & Tuffreau-Libre, 1998) tenha atraído, pela sua operacionalidade, cada vez mais investigadores durante os últimos anos. Seja qual for a metodologia adotada, é, contudo, importante incorporar a totalidade dos elementos diagnosticáveis (mesmo que a sua classificação seja duvidosa ou impossível) e não apenas os que se encontram em melhor estado de conservação, ou que se revistam de uma importância mais particular. A título de exemplo, cabe realçar dois estudos recentemente publicados de casos específicos do estuário do Tejo: as campanhas de 2001 efetuadas na Alcáçova de Santarém (Sousa & Arruda, 2018) e a intervenção no sector Logradouro — Casa das Máquinas/Caixa de Drenagem do Largo de Santa Cruz do Castelo (Sousa & Guerra, 2018). A quase completa contemporaneidade dos níveis estudados, a publicação integral dos elementos diagnosticáveis recuperados e a utilização da mesma metodologia de quantificação permitem efetuar uma comparação que revela dados francamente interessantes. Enquanto na Alcáçova de Santarém, sítio mais interior, e cuja origem remonta indiscutivelmente à fase final da Idade do Bronze (Arruda, 1999-2000; Arruda & Sousa, 2015), se nota uma influência progressiva da matriz cultural orientalizante, esta não destrona as tradições oleiras anteriores, representadas por percentagens que oscilam entre os 57% e os 70% dos conjuntos artefactuais associáveis aos primeiros momentos de ocupação (Sousa & Arruda, 2018). Estes indicadores contrastam com os dados do Largo de Santa Cruz (Lisboa), um espaço que se poderá enquadrar num contexto colonial fenício ocidental, e onde, logo desde o século VII a. C., se observa a esmagadora expressividade das novas tecnologias, formas e decorações de matriz mediterrânea, sendo as produções de tradição indígena escassas, nunca ultrapassando os 10% dos conjuntos, e assumindo um carácter quase vestigial à medida que se avança na cronologia (Sousa & Guerra, 2018). Por outro lado, a utilização de critérios quantitativos permitiria ainda comparar os dados do Largo de Santa Cruz com outros conjuntos coevos e representativos de outros espaços lisboetas. Entre estes, cabe destacar o conjunto da Rua de São Mamede ao Caldas, que é, até ao momento, o contexto mais antigo da ocupação sidérica da colina, e onde a expressividade das produções indígenas (61%) é muito mais acentuada do que a verificada no caso anterior (Pimenta, Silva & Calado, 2014). Seria muito interessante aumentar a amostra comparativa disponível, de forma a compreender se estes diferentes registos se relacionam com fatores cronológicos

ou com a existência de distintos sectores «culturais» no interior do núcleo de povoamento (Sousa & Guerra, 2018).

Cabe ainda realçar a importância das análises contextuais, sempre que estas sejam possíveis de concretizar. Estudos publicados durante os últimos anos têm evidenciado uma certa continuidade das tradições oleiras anteriores à Idade do Ferro, que efetivamente permanecem nos conjuntos artefactuais de época posterior. Consequentemente, a presença de cerâmicas de produção manual, mesmo quando ostentam decorações típicas da fase final da Idade do Bronze, não é um indicador exclusivo de uma ocupação precedente, como ficou evidenciado na Sé de Lisboa (Arruda, 1999-2000), na Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta, Silva & Calado, 2014) ou no Largo de Santa Cruz do Castelo (Sousa & Guerra, 2018). Quando associadas contextualmente a outros elementos de clara influência ou matriz orientalizante, estas evidências devem ser encaradas como testemunho da persistência de agentes e tradições anteriores que permanecem, de forma ativa, nos novos contextos históricos gerados durante o início da Idade do Ferro.

Um outro aspeto a ter em conta, quer no quadro das análises contextuais, quer nas abordagens quantitativas, é a possível presença de materiais residuais ou intrusivos (Harris, Brown & Brown, 1993). Estes últimos podem dever-se a inúmeros fatores que não se relacionam necessariamente com o rigor ou qualidade da intervenção arqueológica. As escavações em área urbana implicam, geralmente, uma complexidade estratigráfica elevada, e as diferentes afetações dos vestígios antigos nem sempre são fáceis ou possíveis de identificar. O procedimento correto é, com efeito, assumir, quando é o caso, a existência de materiais intrusivos (ou seja, de cronologia mais recente relativamente ao nível a que foram associados), de forma a permitir compreender e até problematizar outros dados contextuais apresentados. Uma situação mais difícil relaciona-se com os materiais residuais, ou seja, elementos mais antigos que surgem em estratos formados em cronologias posteriores. Esta situação é uma realidade arqueológica incontornável, sobretudo em espaços contínua e intensamente ocupados como é o caso da área urbana de Lisboa. Uma vez mais, a identificação destas evidências residuais, que são muito mais problemáticas de realizar considerando o conservadorismo das tradições oleiras da Idade do Ferro de Lisboa (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2016c), só pode ser abordada no quadro de análises contextuais detalhadas. É expectável (ainda que haja, naturalmente, exceções) que a percentagem de materiais residuais seja mais reduzida em níveis de ocupação primária (por exemplo, em realidades abandonadas de forma repentina sobre pavimentos, ou lixeiras/depósitos cuja formação ocorre num curto espaço de tempo) do que em níveis de aterro cujos sedimentos possam ter sido retirados de locais não identificados, implicando a destruição, no passado, de realidades estratigráficas mais antigas e o consequente transporte dos materiais a elas associados. De qualquer forma, a identificação de ambas as situações (materiais intrusivos e residuais) é essencial para a correta definição e caracterização da evolução da cultura material, e apenas com bases contextuais sólidas se poderão desenvolver tabelas tipológicas com critérios cronológicos fidedignos para as diferentes fases da ocupação da cidade.

Os estudos sobre a cultura material da Idade do Ferro de Lisboa, sobretudo dos conjuntos cerâmicos, devem ainda incluir um outro aspeto fundamental: a descrição de fabricos. Trabalhos recentemente publicados revelaram o extraordinário dinamismo das

produções locais da cidade durante praticamente todo o 1.º milénio a. C. Logo desde a fase inicial da instalação permanente dos grupos fenício-ocidentais no estuário do Tejo, assiste-se à difusão de vasos produzidos localmente que reproduzem os mesmos modelos utilizados na área andaluza, quer no que diz respeito às categorias (ânforas, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica cinzenta, cerâmica comum e pintada em bandas), quer às morfologias (*pithoi*, urnas do tipo Cruz del Negro, pratos, taças, panelas, tigelas, etc.). O paralelismo entre as produções centro-atlânticas e as andaluzas mantém-se durante praticamente toda a fase inicial da Idade do Ferro (dos séculos VIII/VII a finais do século VI a. C.), sendo claras as influências de inovações morfológicas meridionais nos conjuntos artefactuais lisboetas (Sousa, 2016c). Contudo, e paralelamente, os centros oleiros da foz do estuário vão, desde cedo, adquirir também as suas próprias especificidades no que diz respeito às dimensões e morfologias dos diferentes vasos produzidos (Sousa, 2016c). A grande alteração irá verificar-se após os finais do século VI a. C., altura a partir da qual esta zona centro-atlântica se desconecta, ainda que não de forma absoluta, dos circuitos comerciais que anteriormente ligavam a antiga Lisboa ao horizonte andaluz (Arruda, 1999-2000, 2005; Sousa, 2014, 2017). A partir desta altura irá verificar-se uma clara diferenciação dos espólios centro-atlânticos dos restantes horizontes culturais de herança orientalizante, uma vez que os primeiros irão manter claras continuidades com o momento precedente, que se manifestam na contínua utilização das categorias anteriores, sobretudo ao nível da cerâmica de engobe vermelho e da cerâmica cinzenta, que, por sua vez, decrescem progressivamente nos conjuntos meridionais, desaparecendo quase por completo a partir dos finais do século IV a. C., com algumas notáveis exceções (Sáez Romero, 2014). Uma das questões que se encontra de momento a ser debatida é, efetivamente, a intensidade dos contactos entre a costa ocidental atlântica e a Andaluzia durante a segunda metade do 1.º milénio a. C., atendendo às descobertas que têm sido realizadas no quadrante noroeste da Península Ibérica (Domínguez Pérez, 2005; González-Ruibal et al., 2007; González-Ruibal, Rodríguez Martínez & Ayán Vila, 2010; Sáez Romero et al., 2019). Apesar de se conhecerem alguns produtos importados desta fase tardia em Lisboa (sobretudo cerâmica grega, mas também alguns contentores anfóricos provenientes do Baixo Guadalquivir, da área de Cádiz e também do Mediterrâneo central — Sousa, 2014, 2017; Arruda & Sousa, 2018; García Fernández, 2019), a verdade é que, de momento, estes são francamente escassos, não permitindo, na nossa perspetiva, aceitar a existência de contactos intensos e frequentes entre o estuário do Tejo e a zona andaluza nesta fase mais tardia. Efetivamente, e se olharmos para o panorama geral ao longo da Idade do Ferro em Lisboa, parece assistir-se a um acentuado decréscimo das importações entre a fase inicial (séculos VIII a VI a. C.), que estão caracterizadas sobretudo por produtos alimentares envasados em ânforas malaguenhas, e a fase mais tardia (séculos V a III a. C.), em que as importações são mais diversificadas no que diz respeito à origem (Grécia, Sardenha, Baixo Guadalquivir, Cádiz), mas mais reduzidas em número (Sousa, 2017). Esta é uma problemática algo delicada que se relaciona com conjunturas históricas específicas (Sáez Romero, 2018), pelo que é necessário, na preparação da publicação dos materiais, ter em atenção não só as especificidades morfológicas (utilizando preferencialmente as tipologias regionais existentes no caso das produções locais), mas também, e sobretudo, as características de fabrico das peças (tonalidades, grau de

depuração, tipos e características dos elementos não plásticos, compactação, presença de engobes ou aguadas, etc.), de modo a identificar, ainda que de forma preliminar, as presumíveis origens dos artefactos (locais ou importados). Naturalmente que o ideal seria, sempre que possível, corroborar as análises macroscópicas com outras de natureza petrográfica e química. Infelizmente, as verbas disponibilizadas para a arqueometria são, em regra, muito reduzidas ou mesmo inexistentes, situação que torna imperativa a utilização de critérios mais uniformes no quadro da descrição macroscópica das características de fabrico e que, sempre que possível, deveriam ser ilustradas fotograficamente.

3.3. Interdisciplinaridade

Outras abordagens aos contextos e conjuntos artefactuais da Lisboa proto-histórica impõem-se ainda no quadro atual da investigação, ainda que estas estejam, uma vez mais, limitadas pelo escasso financiamento disponível para a investigação, como é o caso, por exemplo, de análises arqueométricas aplicáveis à caracterização dos fabricos cerâmicos, cuja importância já foi anteriormente realçada.

Importante seria também o desenvolvimento de estudos palinológicos e análises para a identificação de resíduos relacionados com o conteúdo dos diferentes vasos cerâmicos (sobretudo em ânforas, contentores de armazenamento e cerâmicas de cozinha), que permitiriam não só caracterizar as pautas da dieta alimentar dos antigos habitantes deste núcleo, mas também as estratégias económicas desenvolvidas ao longo do 1.º milénio a. C., associadas, naturalmente, a estudos dos restos faunísticos, alguns dos quais já publicados (Arruda, 1999-2000; Detry, Cardoso & Bugalhão, 2016) e outros atualmente em desenvolvimento.

Seria igualmente importante incrementar o número de análises radiométricas associadas a contextos conservados das ocupações proto-históricas da cidade. Como é já amplamente conhecido (Arruda, 1999-2000, 2005; Soares & Arruda, 2017), existe, nos inícios do 1.º milénio, um aparente desfasamento entre as datações radiométricas e as que são obtidas através dos estudos tipológicos cerâmicos, sendo por norma as primeiras mais antigas. Apesar de não existir ainda uma solução definitiva para a resolução desta problemática, seria relevante incrementar as datações associáveis a contextos de ocupação do Bronze Final e, sobretudo, da Idade do Ferro de Lisboa, sendo, de momento, os únicos dados disponíveis os obtidos na Rua da Judiaria (Calado et al., 2013).

Essencial é também o desenvolvimento de estudos territoriais e paisagísticos que contemplassem análises específicas sobre a evolução da linha de costa e permitissem reconstruir a paisagem da colina do Castelo de São Jorge e do espaço envolvente durante o 1.º milénio a. C. Neste âmbito, deve indicar-se que estes se encontram já em franco desenvolvimento com os trabalhos realizados no âmbito do projeto «Lisbon Stories» (Costa et al., 2017, 2018).

Naturalmente, estas abordagens interdisciplinares são, na grande maioria dos casos, impraticáveis nos contextos de arqueologia urbana, uma vez que necessitam de financiamentos consideráveis para o seu desenvolvimento. Este só é possível através da formulação e do financiamento de projetos de investigação que abranjam equipas multidisciplinares.

nares. Serão, contudo, essenciais para o desenvolvimento da investigação durante as próximas décadas.

4. Conclusão

A grande extensão do núcleo da Idade do Ferro de Lisboa, que oscila, durante o 1.º milénio a. C., entre 15 e 20 hectares, é um aspeto que lhe confere uma particular importância no quadro da Proto-História do território português, sendo o maior povoado do período orientalizante conhecido até à data (Arruda, 1999-2000). Ainda que a natureza urbana que o espaço assumiu durante os últimos três milénios seja limitativa para a compreensão das suas ocupações mais antigas, a pluralidade de intervenções a que é sujeita proporciona, em compensação, um volume de dados arqueológicos extraordinário que deve ser analisado globalmente. Apesar da forte segmentação destas realidades, condicionadas quer pela prática da arqueologia urbana, quer pela profunda afetação dos níveis mais antigos pelas construções posteriores, não podemos correr o risco de perder a unicidade do antigo *habitat*. Para tal é, porém, necessário recorrer a metodologias de análise mais recentes, e uniformizar, na medida do possível, os critérios subjacentes aos estudos de estruturas e materiais arqueológicos, de forma a poder criar uma base de dados homogénea que potencie leituras mais integradas.

Apesar destas limitações, os dados existentes são já exemplificativos da grande importância que o povoado da colina do Castelo de São Jorge assumiu ao longo de praticamente todo o 1.º milénio a. C. As conjunturas inerentes à sequência da transformação do pequeno (?) núcleo do final da Idade do Bronze no extenso povoado da Idade do Ferro Orientalizante não são ainda completamente claras, se bem que seja inegável que a população indígena terá assumido um papel ativo e essencial nesse processo.

A questão centra-se, sobretudo, nos agentes que ditaram as pautas económicas, sociais e políticas desta nova realidade: grupos indígenas que se orientalizam, grupos fenícios ocidentais que se instalam na região, ou um contexto em que o poder é, efetivamente, partilhado? Esta é uma questão de difícil resposta, até porque os contextos de maior expressão destas identidades, particularmente os de natureza funerária ou cultural, são ainda largamente desconhecidos.

Pessoalmente, considero que os dados arqueológicos indicam não um processo de crescente orientalização, mas sim de plena implantação de uma nova realidade sociocultural no espaço terminal da foz do estuário do Tejo, a partir dos finais do século VIII/ inícios do século VII a. C., e que se manifesta na fundação de uma célula urbana cuidadosamente planeada e projetada em ambas as margens do rio (Castelo de São Jorge e Quinta do Almaraz) (Sousa, 2018a, 2018b). Ainda assim, é necessário caracterizar mais detalhadamente a fase que antecedeu este fenómeno, e que seguramente implicou contactos interculturais entre estes grupos e as comunidades autóctones. Estas últimas foram, contudo, e sem qualquer dúvida, agentes ativos nas várias etapas deste processo, podendo ter desempenhado, inclusivamente, um papel social proeminente em plena «fase colonial», como indicaria a estela funerária dos Armazéns Sommer, a comprovar-se a natureza indígena dos antropónimos (Neto et al., 2016).

De qualquer forma, o desenvolvimento deste núcleo durante a Idade do Ferro rapidamente se projetou no território envolvente, criando uma rede de povoamento centrada, numa primeira fase, nas margens interiores do rio (Arruda et al., 2017b) e que, posteriormente, se estende também para as áreas mais ocidentais (Sousa, 2014, 2017), configurando a identidade deste espaço até à chegada dos primeiros contingentes militares romanos, durante os inícios da segunda metade do século II a. C.

Bibliografia

- ADROHER AUROUX, A. M.; CARRERAS MONFORT, C.; ALMEIDA, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MOLINA VIDAL, J.; VIEGAS, C. (2016) — Registro para la cuantificación de cerámica arqueológica: estado de la cuestión y una nueva propuesta. Protocolo de Sevilla (PRCS/14). *Zephyrus*. Salamanca. 78, p. 87-110.
- AMARO, C. (1993) — Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. Lisboa. IV, p. 183-192.
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., ed. lit. (1998) — *La quantification des céramiques: conditions et protocole: actes de la table ronde du Centre archéologique européen du Mont-Beuvray, Glux-en-Glenne*. Bibracte: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) — *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2005) — O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. S. 4, 3, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2014) — A oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In ARRUDA, A. M., ed. lit. — *Fenícios e Púnicos, por terra e por mar. Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 6, Lisboa, 2007. Actas. vol. 2. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. p. 513-535.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2015) — Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 72-1, p. 176-187.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2018) — The Greek pottery of the Tagus estuary. In MORAIS, R., LEÃO, D., PÉREZ, D. E., FERREIRA, D., ed. lit. — *Greek Art. Studies in honour of Sir John Boardman on the occasion of his 90th birthday*. Oxford: Archeopress. p. 187-195.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SOARES, R.; MENDES, H. (2017a) — Phéniciens et Indigènes en contact à l'embouchure du Tage, Portugal. *Folia Phoenicia*. Roma. 1, p. 243-251.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (2017b) — O Cabeço Guião (Cartaxo — Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. — *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica*. Madrid: CSIC. p. 319-361.
- BELÉN DEAMOS, M. (2007) — Fenícios en Tartessos: de la aculturación indígena a la pluridad cultural. In BENDALA GALÁN, M.; BELÉN DEAMOS, M., dir. — *El nacimiento de la ciudad: la Carmona Prehistórica*. Carmona: Universidad de Sevilla. p. 159-194.
- BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J.; VALLES, E. (2013) — O povoado do Bronze final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 623-640.
- CALADO, M.; ALMEIDA, L.; LEITÃO, V.; LEITÃO, M. (2013) — Cronologias absolutas para a I.ª Idade do Ferro em Olisippo: O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira Arqueologia, 2 — O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios. Actas*. Vila Franca de Xira. p. 118-132.
- CARDOSO, G.; ENCARNACÃO, J. (2013) — O povoamento pré-romano de Freiria — Cascais. *Cira Arqueologia, 2 — O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios. Actas*. Vila Franca de Xira. p. 133-180.
- CARDOSO, J. L. (1995) — O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Conímbriga. XXXIV, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2004) — *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2015) — Between the Atlantic and the Mediterranean: The Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, Social and Cultural Aspects. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Firenze. 65, p. 149-170.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B.; SOUSA, E.; BUGALHÃO, J.; SEQUEIRA, M. J. (2017) — Caracterização mineralógica de cerâmica da Idade do Ferro de Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Corre-

- eiros). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 20, p. 71-82.
- COSTA, A.; FREITAS, M. C.; LOPES, V.; ANDRADE, C.; BUGALHÃO, J.; BARROS, P. (2017) — Reconstrução paleoambiental da margem norte do rio Tejo através da análise *multiproxy* de sedimentos recolhidos em contextos de obra com achados arqueológicos. In ARNUAD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 765-780.
- COSTA, A.; FREITAS, M. C.; LOPES, V.; BUGALHÃO, J.; CASCALHO, J.; ANDRADE, C.; ROCHA, A. (2018) — As praias fluvio-estuarinas da Idade do Ferro e Período Romano da Baixa de Lisboa, Portugal. In BERNARDES, J. P.; ETCHVARNE, C.; LOPES, M. C.; COSTA, C., ed. lit. — *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. [Faro]: Universidade do Algarve — Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. p. 256-273.
- DETRY, C.; CARDOSO, J. L.; BUGALHÃO, J. (2016) — A alimentação em Lisboa no decurso da Idade do Ferro: resultados das escavações realizadas no núcleo arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa, Portugal). *Spal*. Sevilla. 25, p. 67-82.
- DOMÍNGUEZ MONADERO, A. (2001) — La religión en el emporion. *Gerión*. Madrid. 19, p. 221-257.
- DOMÍNGUEZ MONADERO, A. (2012) — Gadir. In FORNIS, C., ed. lit. — *Mito y arqueología en el nacimiento de ciudades legendarias de la Antigüedad*. Sevilla: Universidad. p. 153-197.
- DOMÍNGUEZ MONADERO, A. (2018) — Las religiones coloniales y su impacto en los cultos indígenas de la Península Ibérica. *Revista de Historiografía*. Madrid. 28, p. 13-46.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. (2005) — Materiales púnico gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. *Antiquitas*. Córdoba. 17, p. 5-11.
- ESCACENA CARRASCO, J. L.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2012) — *La Sevilla protohistórica*. In BELTRÁN FORTES, J.; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O., coord. — *Hispaniae Urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*, Sevilla: Universidade, p. 763-814.
- FERNANDES, L.; COROADO, J. (no prelo) — Novos dados sobre a ocupação pré-romana do Teatro Romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a. C. (campanha arqueológica de 2010).
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2019) — Rumbo a poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la península ibérica (siglos V-I a. C.). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 92, p. 119-153.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R.; ABOAL FERNÁNDEZ, R.; CASTRO HIERRO, V. (2007) — Comercio mediterráneo en el castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo I a. C.-inicios del siglo I d. C. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 80, p. 43-74.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R.; AYÁN VILA, X. (2010) — Buscando a los púnicos en el Noroeste. *Mainake*. Málaga. 32-1, p. 577-600.
- HARRIS, E.; BROWN, M. R.; BROWN, G. J. (1993) — *Practices of archaeological stratigraphy*. Londres: Academic Press.
- LEITÃO, V.; CARDOSO, J. L. (2014) — O Bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa: o vaso da Encosta de Sant'Ana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 349-360.
- MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2002) — Intervenções arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-Madan*. Almada. S. II, 11, p. 245-246.
- NETO, N.; REBELO, P.; RIBEIRO, R.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2016) — Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 123-128.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2015) — La estructuración del espacio urbano y productivo de Gadir durante la Fase Urbana Clásica: cambios y perduraciones. *Complutum*. Madrid. 26-1, p. 225-242.
- PADILLA MONGE, A. (2014) — Los inicios de la presencia fenicia en Cádiz. *Gerión*. Madrid. 32, p. 15-56.
- PIMENTA, J. (2005) — *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 41).
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010/2011) — Novos dados sobre a presença fenícia no Vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; SILVA, R.; CALADO, M. (2014) — Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo. A intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15. In ARRUDA, A. M., ed. lit. — *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, 6, Lisboa. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. vol. 2, p. 712-723.
- RIBEIRO, R.; NETO, N.; REBELO, P. (2017) — *Os antigos Armazéns Sommer: pavimentos sidéricos*. In BUGALHÃO, J.; FERNANDES, P. A.; FERNANDES, L., coord. — *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: EGEAC, p. 92-93.
- SÁEZ ROMERO, A. (2014) — Oculto bajo el barniz. Aproximación inicial a las producciones grises de Gadir de época tardoclásica-helenística (siglos -IV/-III). In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GARCÍA VARGAS, E., ed. lit. — *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de*

mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a. C.-VI d. C.). Barcelona: Universidad. p. 79-118.

SÁEZ ROMERO, A. (2018) — Apuntes sobre las dinámicas comerciales de Gadir entre los siglos VI y III a. C. *Géiron*. Madrid. 36:1, p. 11-40.

SÁEZ ROMERO, A.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; FERRER ALBELDA, E.; RODRÍGUEZ-CORRAL, J.; REY CASTIÑEIRA, J. (2019) — Proyecto Estrímnides: Resultados preliminares. In FERRER ALBERDA, E., ed. lit. — *La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá; Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 567-648. (Monografías de Gahia; 4).

SILVA, R. B. (2013) — A ocupação da Idade do Bronze Final da Praça da Figueira (Lisboa). Novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira Arqueologia*, 2 — *O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios*. Actas. Vila Franca de Xira. p. 40-62.

SOARES, A. M.; ARRUDA, A. M. (2017) — A cronologia de radiocarbono para a Idade do Ferro Orientalizante no território português. Uma leitura crítica dos dados arqueométricos e arqueológicos. In ANTONIO BARCELÓ, J.; BOGDANOVICH, I.; MORELL ROVIRA, B., coord. — *Iber-Crono. Actas del Congreso de Cronometrías para la Historia de la Península Ibérica*. Barcelona: Universitat Autònoma. p. 235-259.

SOUSA, E. (2014) — *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

SOUSA, E. (2015) — The Iron Age Occupation of Lisbon. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 56, p. 109-138.

SOUSA, E. (2016a) — Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., ed. lit. — *Terra e Água. Escolher sementes, invocar*

a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. p. 387-402.

SOUSA, E. (2016b) — The Tagus estuary (Portugal) during the 8th-5th BC: stage of transformation and construction of identity. In GARBATI, G.; PEDRAZZI, T., ed. lit. — *Transformations and Crisis in the Mediterranean. «Identity» and Interculturality in the Levant and Phoenician West during the 8th-5th Centuries BCE*. Roma: Edizioni CNR. p. 279-300.

SOUSA, E. (2016c) — A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. Madrid. 42, p. 167-185.

SOUSA, E. (2017) — Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e identidades culturais na 2.^a metade do 1.^o milénio a. C. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. — *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en época tartésica*. Madrid: CSIC. p. 295-318.

SOUSA, E. (2018a) — A tale of two (?) cities: Lisbon and Almaraz at the dawn of the Iron Age. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. 46, p. 137-151.

SOUSA, E. (2018b) — Entre Rio e Oceano: a herança fenícia da antiga Lisboa. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., coord. — *Meios, vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (CML); Sociedade de Geografia de Lisboa. p. 23-34. (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, 2).

SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2018) — A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001. *Onoba*. Huelva. 6, p. 57-95.

SOUSA, E.; GUERRA, S. (2018) — A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia. 50, p. 57-88.

O Porto de *Olisipo* no Processo de Conquista Romana do Ocidente Peninsular

JOÃO PIMENTA*

1. Preâmbulo

O convite para participar no projeto de evocação dos 25 anos da exposição «Lisboa Subterrânea», a que com gosto acedi e que este breve contributo materializa de forma perene, merece um enquadramento sumário. Em 1994, encontrava-me envolvido desde há dois anos, ainda enquanto estudante e em regime de voluntariado, no projeto de escavação arqueológica do Claustro da Sé de Lisboa. «Lisboa 94 — Capital Europeia da Cultura» constituiu um ponto de referência na vida cultural da cidade que marcou indelevelmente a arqueologia e que tive o contentamento de poder viver e acompanhar de perto. Numa altura em que a atividade arqueológica na cidade se encontrava ainda numa fase embrionária — e, diga-se, bicéfala —, o gizar de uma exposição desta dimensão no Museu Nacional de Arqueologia, assim como a excelência e profundidade do seu catálogo, permitiram rever o estado da arte e lançar pontes para o futuro. Não posso deixar de expressar aqui uma palavra de homenagem à sua comissária científica, a Professora Doutora Ana Margarida Arruda.

À data da exposição, e apesar das referências nas fontes clássicas ao papel do porto de *Olisipo* no apoio às primeiras campanhas militares de conquista romana do extremo ocidente peninsular (Estrabão, III, 3,1), nada ou quase nada se conhecia nos acervos das escavações da cidade que revelasse esta etapa. Supunha-se então que as subseqüentes fases de ocupação das diversas cidades que se sobrepunham no casco antigo tivessem obliterado quaisquer vestígios dessa relevância militar.

Contudo, com a sua perspicaz atenção, e ao deixar algumas linhas interessantes no contributo que redigiu para o catálogo da exposição «Lisboa Subterrânea», o Professor Alarcão traçou o caminho que o evoluir da investigação veio a revelar (Alarcão, 1994). Nomeadamente, a hipótese assaz apelativa da presença militar no interior da cidade, com base na leitura de uma inscrição romana identificada na área do Castelo, dedicada a *Mercurius Chortalis*, que poderia estar correlacionada com a eventual presença de uma coorte estabelecida na cidade (Alarcão, 1994, p. 58).

* Museu Nacional de Arqueologia/UNIARQ — Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. E-mail: joaopimenta@mnaarqueologia.dgpc.pt.
Texto concluído no final de 2021.

2. *Olisipo* no Século II a. C.

A génese do povoado indígena de *Olisipo* situa-se na colina do Castelo de São Jorge. Possui uma situação topográfica ímpar que lhe confere condições de defesa excecionais, com vertentes escarpadas que seriam facilmente defendidas. O amplo controlo visual da entrada da barra do Tejo e do estuário, assim como da margem sul e de boa parte dos vales que a circundam a norte, permite o domínio estratégico da foz do Tejo e o controlo do acesso ao interior do território. As suas características de implantação e as suas aptências naturais como área portuária tornaram, assim, este povoado num sítio de excepcional importância estratégica.

As pesquisas arqueológicas que, a partir dos meados da década de 90 do século passado, têm vindo a ser efetuadas no morro do Castelo de São Jorge, na colina e na área portuária permitiram definir de uma forma clara os primeiros momentos de contacto com o mundo itálico (Pimenta, 2014; Pimenta et al., 2014; Mota, Pimenta & Silva, 2014; Silva, 2014; Carvalhinhos, Mota & Miranda, 2017). Em todas as leituras realizadas é incontornável a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou a partir de meados do século VIII a. C., mantendo fortes contactos com o sul peninsular (Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014).

É marcante, contudo, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita e maciça presença, em meados da segunda metade do século II a. C., das primeiras importações itálicas. Estas evidências estão omnipresentes e levam a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe.



Fig. 1 — Mapa da Península Ibérica com a localização de *Olisipo*, assim como dos principais sítios à data de entrada de *Olisipo* na esfera de Roma.

O estudo dos contextos exumados em diversos pontos da antiga colina do castelo de Lisboa permitiu-nos definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permitem aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do século II a. C. (150-125 a. C.), mais precisamente entre 140-130 a. C., tendo em conta a coerência das cerâmicas finas provenientes de distintos pontos do Mediterrâneo que foram identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares, em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007, 2014).

Sintetizando os dados, das diversas escavações que tivemos oportunidade de apresentar detalhadamente, importa determo-nos nas características gerais das importações que definem esta fase e que permitem individualizá-la. Sublinhe-se que não existia qualquer tradição de comércio com a Península Itálica anterior a este momento. A nível das cerâmicas finas, assiste-se à chegada maciça de cerâmicas de verniz negro de produção itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica Campaniense A, produzida na área do Golfo de Nápoles, encontrando-se igualmente representadas a cerâmica Campaniense B da colónia latina de Cales e a Campaniense B etrusca, nomeadamente a taça da forma Lamboglia 8a. A par destas encontram-se bem representados os delicados copos de paredes finas de produção itálica, das formas I e II de Mayet, assim como lucernas de tradição helenística (Pimenta, Ribera i Lacomba & Soria, 2018).

A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente do papel do porto de *Olisipo* enquanto plataforma distribuidora a nível regional, assim como no seu contexto mais alargado do vale do Tejo. Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico Tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa adriática da Península Itálica, dos tipos Greco-Itálicas Tardias e de Brindisi (Pimenta, 2005; Filipe, 2015 e 2018).

Paralelamente aos produtos itálicos, assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía gaditana e a área líbio-tunisina. Os preparados piscícolas da área do Estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995). Estão também presentes imitações dos modelos itálicos, mas reproduzidas na área da baía gaditana, não sendo claro qual o seu conteúdo. A importação de azeite da área líbio-tunisina está documentada pela presença de numerosas ânforas oleícolas, denominadas «Tripolitanas Antigas».

A cerâmica ibérica encontra-se documentada nestes níveis. A forma mais representada é os *kalathoi*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado. Entre a cerâmica comum, ainda que domine a do mundo indígena local, encontra-se presente a produzida na Península Itálica com as típicas pastas campanienses. Entre estas destaca-se a forma de cerâmica comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A.

A datação proposta para esta fase remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território atualmente português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo



Fig. 2 — Planta de Lisboa com a localização das intervenções onde se detetaram níveis romanos republicanos:

1. Praça Nova; 2. Castelejo; 3. Grupo Desportivo do Castelo; 4. Rua do Recolhimento, n.º 70; 5. Palácio das Cozinhas; 6. Beco do Forno, n.º 16-20; 7. Rua de Santa Cruz; 8. Beco do Forno, n.º 1; 9. Rua do Recolhimento, n.º 36; 10. Largo das Portas do Sol; 11. Fundação Ricardo Espírito Santo; 12. Teatro Romano; 13. Claustro da Sé; 14. Casa dos Bicos; 15. Armazéns Sommer; 16. Rua de São João da Praça; 17. Pátio Senhora de Murça; 18. Palácio Angeja.

ocidente da Península Ibérica, desencadeada em 138 a. C. pelo procônsul Décimo Júnio Bruto.

Do ponto de vista do enquadramento histórico, os contextos olisiponenses permitem situar cronologicamente um momento concreto, que encontra paralelos em tudo idênticos nos níveis de primordiais de *Valentia* (Valência), cidade fundada, segundo Tito

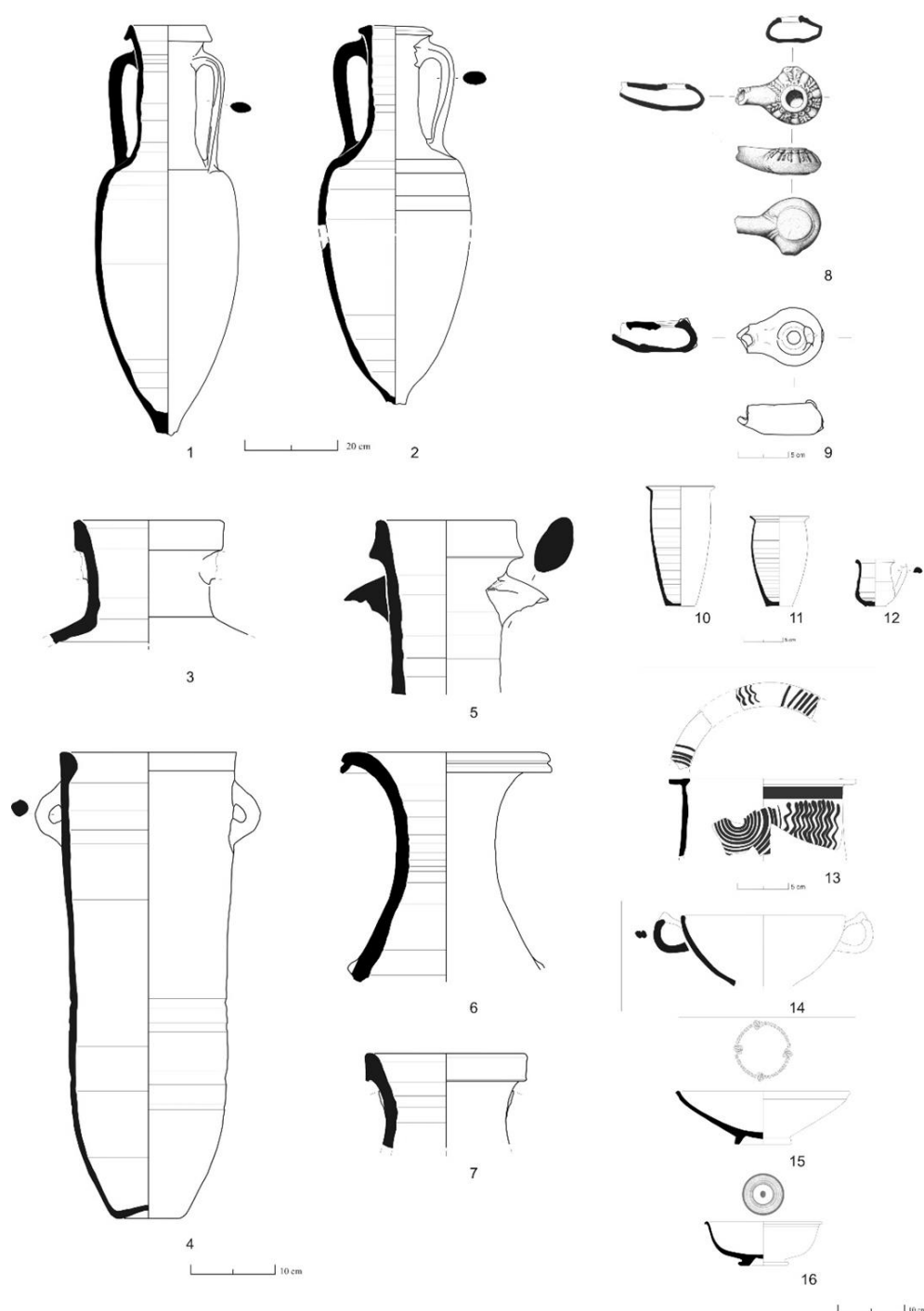


Fig. 3 — Síntese dos contextos da primeira fase da presença romana em *Olisipo* — 140-130 a. C.

Lívio, em 138 a. C.¹, durante o consulado de Décimo Júnio Bruto. Tendo em conta os naufrágios do Mediterrâneo, estaríamos perante associações de materiais similares aos

¹ Apesar de separadas por mais de 800 km por via terrestre, *Olisipo* e *Valentia* têm estreitos paralelos ao nível da sua história que as aproximam indelevelmente. Gozando desta ligação umbilical à figura do general Décimo Júnio Bruto, é espantoso o paralelismo da sua cultura material, o que as torna um caso singular para o estudo do mundo romano republicano (Pimenta, Ribera i Lacomba & Soria, 2018).

dos navios *Giannutri* e *Pedrosa*, datando o primeiro entre 150-140 a. C. e o segundo entre 140-130 a. C.

Esta fase da vida da cidade e que atesta de forma eloquente a chegada dos exércitos romanos ao vale do Tejo situa-se, assim, ao nível da cronologia, a meio caminho entre os níveis de destruição da cidade de *Karthago* em 146 a. C. e dos acampamentos militares do cerco da cidade celtibérica de *Numancia* em 133 a. C. (Ribera i Lacomba, 1998 e 2009).

3. *Tagus Flumen*

O Rio Tejo é um dos mais extensos e navegáveis rios ibéricos (com cerca de 1000 km de extensão). Constituiu, nas palavras de Jorge Gaspar, «a artéria central da península» (1970, p. 154), tendo, desde a Idade do Bronze, assumido uma importância preponderante na transitabilidade de bens e pessoas que se manteve ativa até ao advento do caminho de ferro, no século XIX (Vilaça & Arruda, 2004; Vilaça & Cardoso, 2017).

Apesar da sua inegável relevância na estruturação do território e nas dinâmicas estratégicas de circulação entre a fachada atlântica e o interior do território peninsular, o seu papel como eixo da conquista romana tem sido de alguma forma relegado para segundo plano (Fabião, 2014).

Não se inclui no âmbito deste trabalho o estudo da navegabilidade do Tejo em época clássica, contudo, algumas evidências têm de ser sublinhadas, nomeadamente a particular implantação da foz do Tejo na fachada atlântica, o que, associado às suas favoráveis condições naturais, fez com que este constituísse um ponto incontornável de apoio à navegação.

Consciente da relevância dos rios no processo de expansão romana, o autor grego Estrabão, na sua *Geografia*, descreve com algum detalhe os principais rios ibéricos. Deitando-se ao descrever a costa ocidental e setentrional da Ibéria, sobre o Tejo lê-se:

«O Tejo tem de embocadura uma extensão de vinte estádios e uma grande profundidade, de modo que pode ser subido por cargueiros com capacidade para dez mil ânforas. Quando as marés têm lugar, forma dois estuários nas planícies que se situam para o interior, de modo que se estende como um mar por cento e cinquenta estádios.»
(Estrabão, III, 3.1)

De acordo com o geógrafo de Amásia, para montante, o efeito das marés fazia-se sentir até ao porto de *Móron* (Chões de Alpompé, Santarém), considerado o último «porto de mar». Daqui subia-se o rio em barcos de menor calado até ao interior da península, «(...) com as navegações fáceis até uma distância considerável, inclusive para grandes embarcações, embora o resto do percurso apenas para barcos de rio (...)» (Estrabão, III, 3.1).

Tenha-se presente que a documentação histórica permite atestar a ampla e intensa navegação do Tejo até meados do século XVIII e, pelo menos, até Vila Velha de Ródão. Não é de mais sublinhar, apesar do anacronismo, que, até meados do século XIX, o

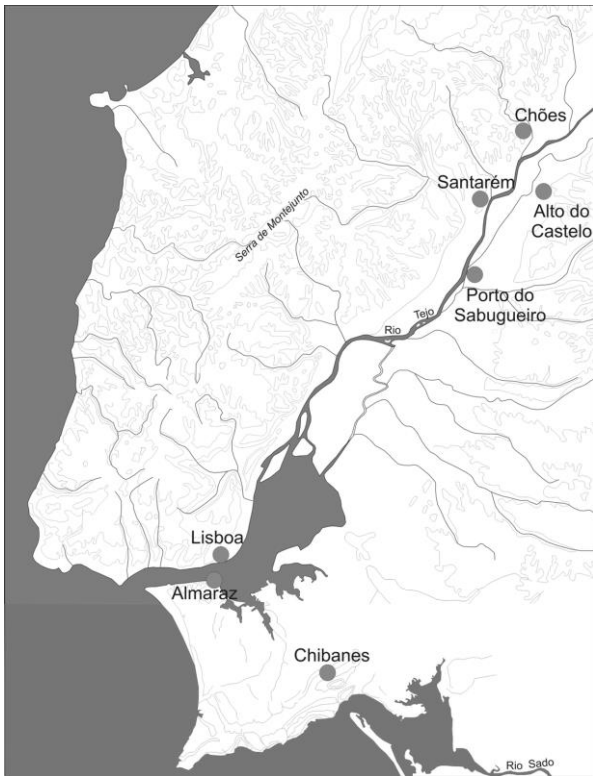


Fig. 4 — Mapa do vale do Tejo com a localização dos principais sítios para o século II a. C.

transporte do minério das minas *Alcántara* para o porto de Lisboa era feito por comboios de pelo menos uma dezena de barcos (com cerca de 20-30 toneladas, cada) (Gaspar, 1970).

É precisamente a ampla navegabilidade e o acesso direto de navios de mar, aproveitando a força das marés ao fundo do estuário do Tejo, que fazem com que a zona em torno de Santarém assumisse uma posição estratégica do ponto de vista militar na fase de conquista. É esse conhecimento do território que se encontra plasmado na obra de Estrabão e que certamente chegou aos estrategas militares que planearam a campanha de Bruto.

Face às suas excelentes condições de navegabilidade, manifestas riquezas auríferas e recursos agropecuários, o vale do Tejo foi desde cedo procurado por comunidades exógenas que aqui se estabeleceram e interagiram com as populações indígenas.

É no contexto pós-morte de Viriato que ocorre a primeira grande ofensiva militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica. Esta campanha

teria assim como intuito «pacificar» de forma exemplar esta região, génese da anterior rebelião. Desencadeada em 138 a. C., foi liderada pelo general Décimo Júnio Bruto.

Graças ao geógrafo Estrabão (III, 3.1), obtemos pela primeira vez uma referência direta à entrada do vale do Tejo na esfera de Roma: segundo este escritor, em 138 a. C., o novo governador da província romana da Ulterior utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar no noroeste peninsular, tendo tirado partido das duas cidades mais importantes: *Móron*, no fundo do estuário, a cerca de 90 km da entrada do rio, funcionou como base de operações e *Olisipo*, junto à foz, como cidade de retaguarda, controlando a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos. Recorde-se que a campanha de Bruto se destinava a penetrar em profundidade no território alcançando o território dos Galaicos, povo que vence e que lhe dá o cognome pelo qual passa à história — *Galaicus*.

4. Chões de Alpompé, a *Móron* Estraboniana?

A mais antiga referência à importância arqueológica da Quinta de Alpompé remonta a 1883, quando surge associada à descoberta de «fundamentos de grandes muralhas», moedas em considerável quantidade e diversos objetos romanos de elevado valor. Apesar desta alusão, o seu verdadeiro reconhecimento pela comunidade científica apenas se verificou nos anos 50 do século passado, quando Amorim Girão e Bairrão Oleiro classificaram os Chões como um acampamento militar romano (Girão & Oleiro, 1953).

O sítio arqueológico de Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém) corresponde a um vasto planalto de mais de 20 hectares, com cerca de 96 metros de altura, implantado de forma estratégica sobre a antiga foz do Rio Alviela com o Tejo. Diversos taludes nos seus limites, ainda atualmente observáveis, sugerem a existência de fortificações complexas destinadas a incrementar as potencialidades militares do planalto. Tendo em conta as prolíferas recolhas de materiais pré-romanos e do período romano republicano, o sítio é, desde há muito, associado à *ubi* da *Móron* mencionada por Estrabão².

A revisão dos diversos conjuntos de materiais de cronologia romana, exumados à superfície, permite sublinhar o seu perfil antigo e associá-lo com a primeira fase do processo de conquista do extremo ocidente peninsular (Fabião, 2014). Entre os dados disponíveis sobressai o conjunto de ânforas. Dominam os contentores itálicos e, em particular, os seus modelos greco-itálicos, adriáticos e da forma Dressel 1, surgindo estes contentores a par das ânforas do sul peninsular, CCNN, Mañá C2b e das importações norte-africanas das ânforas oleícolas Tripolitanas Antigas. Sublinhe-se a similitude do quadro de importações de produtos alimentares em ânforas de Chões com o que é conhecido para os contextos da primeira fase do porto de *Olisipo* (Pimenta & Arruda, 2014).

Um dos dados mais contundentes na interpretação das dinâmicas de ocupação do planalto do Alviela é proveniente do estudo do conjunto numismático aí recolhido (Ruivo, 1999). Este conjunto expressivo é composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas. Destas, 128 são anteriores a 80 a. C. e três pertencem já ao Principado de Augusto. Tendo em conta estes elementos, José Ruivo propõe a apelativa tese de que o local teria sido abandonado no âmbito dos conflitos sertorianos (Ruivo, 1999, p. 106).

Na sequência de uma pista levantada pelo trabalho acima mencionado, recentemente foi possível publicar um vasto conjunto de materiais metálicos provenientes dos Chões (Fabião, Pereira e Pimenta, 2014). Dominando as evidências de uma forte presença militar, materializada por diversos testemunhos, sobressai o conjunto de *glans plumbeae*, com o significativo número de 112 exemplares, sendo de sublinhar, a par desta expressividade, o facto de, para alguns, se ter atestado o seu fabrico local. A existência de uma oficina metalúrgica de produção destes projéteis vem, sem dúvida, reforçar a leitura de uma presença militar romana.

Apesar da relevância do sítio de Chões de Alpompe para a análise do processo de conquista romana do território português, apenas em 2015 e 2016 ali foi possível realizar pela primeira vez trabalhos arqueológicos. Apesar de enquadradas num projeto de investigação com outro quadro de problemáticas, as duas leituras estratigráficas verticais realizadas permitiram atestar as hipóteses que tinham vindo a ser construídas com base nos materiais de superfície aí recolhidos, nomeadamente: 1. Que o sítio tem uma relevante ocupação da Idade do Ferro de forte matriz orientalizante, que atravessa todo o 1.º milénio antes da nossa era; 2. Que o planalto é ocupado de forma intensa na segunda metade do século II a. C., com uma forte componente itálica. Contudo, o resultado mais

² Para uma síntese da já vasta literatura produzida sobre o sítio, veja-se Pimenta & Arruda, 2014.

relevante da intervenção foi a constatação das amplas potencialidades que esta estação ímpar ainda tem para a investigação (Arruda et al., 2018).

5. O Pós-Conflito Sertoriano. Um Novo Desenho da Implantação Romana?

Resulta claro da análise das fontes que o processo de conquista não foi linear ou uniforme, nem obedeceu a uma estratégia planificada. Tratou-se antes de um modelo heterogêneo assimétrico e pontuado por avanços e retrocessos, de objetivos militares de alcance muitas vezes marcado pelos interesses e desejos de prestígio pessoal por parte dos generais romanos (Heras Mora, 2018).

A aduzir a este quadro, as lutas internas da política romana expandiram-se e alastraram-se aos territórios peninsulares, complexificando ainda mais o panorama hispânico. Nos anos seguintes à campanha de Bruto, as fontes clássicas reduzem consideravelmente a sua atenção sobre estes territórios, contudo, certas notícias, assim como alguns notáveis elementos epigráficos, permitem perceber que estes territórios estavam longe de pacificados.

O cenário geopolítico altera-se substancialmente com o episódio das guerras civis romanas em território hispânico denominado como Guerras Sertorianas. No território do vale do Tejo, de momento, são escassos os contextos arqueológicos que possamos

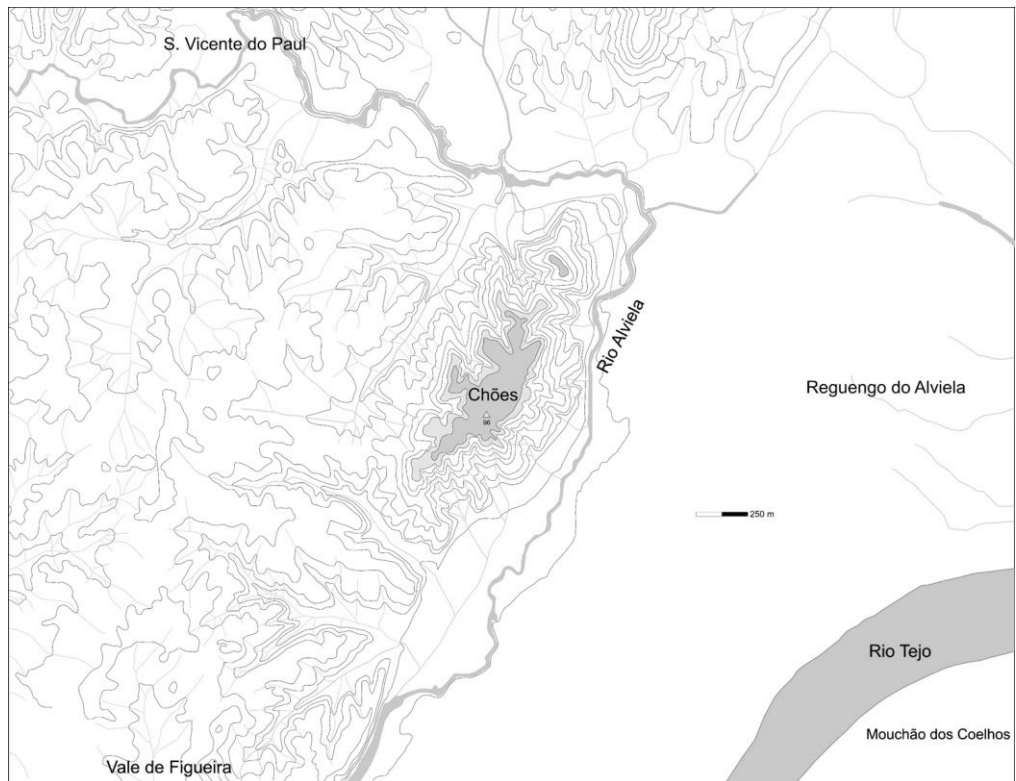


Fig. 5 — Planta da área de Chões de Alompé, com as curvas de nível e a localização das linhas de água, produzida a partir da carta militar 1: 25 000, folha n.º 341, de 1969. A cinzento, área de dispersão dos materiais romanos republicanos.

atribuir ou correlacionar diretamente com este conflito, embora a análise dos entesouramentos datados dentro desta fase nos permita vislumbrar uma situação de ampla instabilidade (Ruivo, 1997).

A cartografia de sítios conhecidos para o século I a. C. revela uma maior complexidade, assim como diferentes opções e estratégias de implementação. No vale do Tejo, sem dúvida que, entre os múltiplos sítios da fase da conquista, sobressai, pela qualidade e quantidade da informação, o de Santarém, palco de um projeto estruturado em torno de amplas leituras estratigráficas centradas na área da antiga Alcáçova Islâmica, dirigido pela Professora Ana Margarida Arruda e que se tem plasmado por um extenso acervo de publicações³.

A identificação da cidade de Santarém com *Scallabis*—a povoação indígena na qual foi instalado o *Praesidium*, posteriormente colónia, capital de *civitas* e de *conventus*—é hoje um dado adquirido. Uma das leituras que confere complexidade à dialética entre os dois sítios mencionados nas fontes clássicas, *Morón* e *Scallabis*, é que aparentemente coexistiriam nesta zona do Tejo, tendo aliás intervisibilidade.

De sublinhar que, tendo em conta os dados arqueológicos, numa primeira fase do processo de conquista, o sítio indígena de Chões de Alpompé, seja ele a *ubi* de *Morón* ou não, foi escolhido como base militar. E num segundo momento, possivelmente com César como propretor (60-61 a. C.), é *Scallabis* que é a opção e, aliás, é ela que ganha a categoria política e administrativa.

Tendo em conta o avanço dos conhecimentos, é seguro propor que na sequência do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis no vale do Tejo, que se estendem até áreas francamente interiores da Península Ibérica, com a destruição ou o abandono de vários locais, como Chões de Alpompé, Cabeça de Vaiamonte ou a base militar de Cáceres el Viejo (Fabião, 2014). Após este episódio, assiste-se a uma célere reocupação do espaço, escolhendo agora o poder de Roma novas instalações. A esse novo desenho do povoamento, Carlos Fabião chamou, de forma feliz, a refundação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular (Fabião, 1998, p. 288).

Para a área de que nos ocupamos, o vale do Tejo, destaca-se o emergir de novas centralidades, como a fundação da base militar de Alto dos Cacos, Almeirim, e da fundação *ex novo* da base de apoio logístico e de controlo territorial de Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2015; Pimenta, Mendes & Henriques, 2014). Sublinhe-se ainda o posto de controlo do Pedrão, no baixo Sado, coetâneo destas realidades tardias centradas na década de 50 a. C. (Soares e Silva, 1973).

6. Balanço e Perspetivas de Estudo

Nesta tentativa de nos determos sobre os primórdios da implantação romana em *Olisipo*, penso que fica demonstrado que o interesse de Roma se prende com a relevância estratégica do povoado indígena da colina do Castelo de São Jorge para o controlo da foz do Tejo e do seu porto. Tanto as fontes clássicas como as arqueológicas parecem

³ Para uma síntese atualizada da extensa lista bibliográfica, veja-se Arruda & Viegas, 2014.

convergir, de uma forma clara, atestando o início dessa presença da potência do Lácio no terceiro quartel do século II a. C., o que remete para a campanha de Décimo Júnio Bruto. Não terá assim existido uma conquista em moldes tradicionais, mas sim uma *deditio*, entenda-se, uma capitulação negociada, consequência de um juramento de *fides* a Roma. Ainda que esta seja apenas uma proposta com base em paralelos com a situação da cidade de *Gadir*, parece ser uma hipótese de trabalho a seguir.

Após a campanha do Galaico, *Olisipo* entra na esfera de Roma e assume um papel relevante na linha do Tejo. A relevância da presença militar no Baixo Tejo, que nos últimos anos se tem vindo a definir de forma mais clara, permite supor o papel que esta estrada natural assumiu nos desígnios militares de Roma, sendo essa estratégia bem evidenciada em 60-61 a. C., com a presença de César neste extremo da Ulterior (Fabião, 2014).

Terminado o conturbado período de guerras civis assiste-se a um esforço de consolidação de uma nova organização política e institucional destes novos territórios. Segundo Plínio, *o Velho* (PLIN.4, 117), sabemos que *Olisipo* terá recebido o estatuto de município romano (*municipium civium romanorum*) e com ele o *cognomen* *Felicitas Iulia*, possivelmente, segundo António Faria, «entre 31 e 27 a. C., no mesmo contexto político em que foi fundada a colónia de *Pax Iulia* e atribuído o direito latino a *Eboræ*» (Guerra, 1995; Faria, 1999, p. 37).

A cidade atinge nesta fase um período de apogeu e de esplendor, face às profundas alterações políticas, económicas, sociais e urbanísticas decorrentes do processo de ascensão a uma nova categoria político-administrativa (Silva, 2005).

Bibliografia

ALARCÃO, J. (1994) — Lisboa romana e visigótica. In ARRUDA, A., ed. lit. — *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 58-63.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) — *Los fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología da Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2014) — Santarém durante a época romano-republicana. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueología*, 3. Vila Franca de Xira. p. 242-255.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E. de; PIMENTA, J.; DETRY, C.; GOMES, J. (2018) — Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e narrativas. *SPAL*. Sevilla. 27:2, p. 201-227.

CARVALHINHOS, M.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2017) — Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. In CAESSA, A.; NOZES, C. CAMEIRA, I.; SILVA, R. B., coord. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa*, 1, Lisboa, 2017. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa. p. 299-336.

FABIÃO, C. (1998) — *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

FABIÃO, C. (2014) — Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*, 3. Vila Franca de Xira. p. 9-24.

FABIÃO, C.; PEREIRA, T. R.; PIMENTA, J. (2014) — Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe — Santarém. *CIRA Arqueologia*, 4. Vila Franca de Xira. p. 110-150.

FARIA, A. M. (1999) — Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 29-50.

FILIPE, V. (2015) — As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal*. Sevilla. 24, p. 129-163.

FILIPE, V. (2018) — *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GASPAR, J. (1970) — Os portos fluviais do Tejo. *Filisterra*. Lisboa. V:10, p. 153-204.

GIRÃO, A.; OLEIRO, J. M. B. (1953) — Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra. 7-7, p. 77-80.

GUERRA, A. (1995) — *Plínio-o-velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.

HERAS MORA, F. J. (2018) — *La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. Madrid: Ediciones Polifermo, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. (Anejos de Gladius; 28).

MOTA, N.; PIMENTA, J.; SILVA, R. B. da (2014) — Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.º 68-70. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*, 3. Vila Franca de Xira. p. 149-117.

PIMENTA, J. (2005) — *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 41).

PIMENTA, J. (2007) — A importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a. C.). In LAGÓSTENA, L.; BERNAL, D.; ARÉVALO, A., ed. lit. — *CETARIAE 2005. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del Congreso Internacional*. Oxford: John and Erica Hedges, p. 221-233 (BAR International Series; 1686).

PIMENTA, J. (2014) — Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Júnio Bruto. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*, 3. Vila Franca de Xira. p. 44-60.

PIMENTA, J., coord. (2015) — *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos — Vila Franca de Xira. Em*

busca de Ierabriga. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

PIMENTA, J.; ARRUDA, A. (2014) — Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe — Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 375-392.

PIMENTA, J.; GASPAR, A.; GOMES, A.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2014) — O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) — Lisboa. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia, 3. Vila Franca de Xira. p. 122-148.

PIMENTA, J.; MENDES, H.; HENRIQUES, E. (2014) — O acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia, 3. Vila Franca de Xira. p. 256-292.

PIMENTA, J.; RIBERA I LACOMBA, A.; SO-RIA, V. (2018) — Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di Olisipo e Valentia (140-130 a. C.). *Rei CretariÆ RomanÆ Favtorvm*. Acta, 45. Oxford: Archaeopress. p. 1-11.

RIBERA I LACOMBA, A. (1998) — *La fundació de València. La ciutat a l'època romanarepública* (Ségles II-I A. D.-d. C.). València: Institució Alfons el Magnanim. (Estudios Universitarios; 71).

RIBERA I LACOMBA, A. (2009) — La fundación de Valentia: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a. C. *OEBAULUS. Studi sulla Campania nell'Antichità*. Roma. 4, p. 41-77.

RUIVO, J. (1997) — O conflito sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 70, p. 91-100.

RUIVO, J. (1999) — Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In CENTENO, R.; GARCIA BELLIDO, M.; MORA, G., coord. — *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Encuentro Peninsular de Numismática antigua*, 2, Porto, 1997. Actas. Madrid: CSIC, p. 101-110. (Anejos de Archivo Español de Arqueología, XX).

SILVA, R. B. (2005) — *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (século I a. C.-século II d. C.)*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana) apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policiada).

SILVA, R. B. da (2014) — Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In FABIÃO, C.; PIMENTA, J., coord. — *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia, Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia, 3. Vila Franca de Xira. p. 178-198.

SOARES, J.; SILVA, C. T. da (1973) — Ocupação do período Proto-Romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 2, Lisboa, 1973. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. vol. 1, p. 245-305.

SOUSA, E. (2014) — *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Uniarq— Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos e Memórias; 7).

VILAÇA, R.; ARRUDA, A. (2004) — Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conímbriga*. Coimbra. XLIII, p. 11-45.

VILAÇA, R.; CARDOSO, J. L. (2017) — O Tejo português durante o Bronze Final. In CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., ed. lit. — *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tago en Época Tartésica*, Mérida, 2015. Actas. Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología, p. 237-281 (Anejos de AEspA; LXXX).

Autor Clássico:

ESTRABÃO

Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira, trad. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

***Olisipo* no Quadro do Comércio de Bens Alimentares Transportados em Ânforas entre a República e o Principado**

VICTOR FILIPE*

1. Introdução

O presente estudo tem por objetivo abordar as principais tendências nos fluxos de importação e de consumo de alimentos transportados em ânforas entre o terceiro quartel do século II a. C. e o final do século II d. C./início do século III, na cidade romana de *Olisipo*. No que se refere aos dados utilizados para a análise, o texto apoia-se, em grande medida, em outro trabalho do autor (Filipe, 2023), de carácter mais extenso. Trata-se de uma amostra de inquestionável fiabilidade estatística, quantitativamente expressiva — com um Número Mínimo de 4270 Indivíduos —, proveniente de 40 sítios localizados no *pomerium* e *suburbia* da antiga cidade de *Olisipo*.

Um aspeto relevante que os dados de *Olisipo* evidenciam é a questão da flutuação das importações, que se abordará aqui, e cujo enquadramento histórico e social nem sempre é totalmente compreensível, aportando importantes indicadores comerciais e económicos.

Este extenso conjunto anfórico atesta uma vasta e insuspeitada multiplicidade de tipologias oriundas dos mais variados quadrantes geográficos do Mediterrâneo. A ampla diversidade de tipos e origens constitui um eloquente testemunho do carácter cosmopolita de *Olisipo*, demonstrando, simultaneamente, que a cidade desempenhava um papel importante e ativo nos intercâmbios comerciais da metade ocidental do império.

2. De Décimo Júnio Bruto ao Terceiro Quartel do Século I a. C.

O momento mais recuado da presença romana no Vale do Tejo, no âmbito da campanha militar de Décimo Júnio Bruto em 138 a. C., é acompanhado por um afluxo muito significativo de importações anfóricas destinadas a abastecer os contingentes militares, sendo particularmente expressivos os vinhos itálicos — que dominam de forma esmagadora — e os produtos piscícolas da região meridional da Ulterior. A associação deste pico de importações à presença do exército é incontornável.

No final daquela centúria e durante o primeiro quartel do século I a. C., parece ter-se verificado uma descida acentuada das importações anfóricas — que continuam a proceder das mesmas regiões produtoras —, o que só se poderá compreender à luz de uma expressiva diminuição dos efetivos militares nesta região. Este panorama sofre algumas alterações a partir do segundo quartel do século I a. C., altura em que se observa um ligei-

* UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. E-mail: victor.filipe7@gmail.com.
Texto concluído no final de 2021.

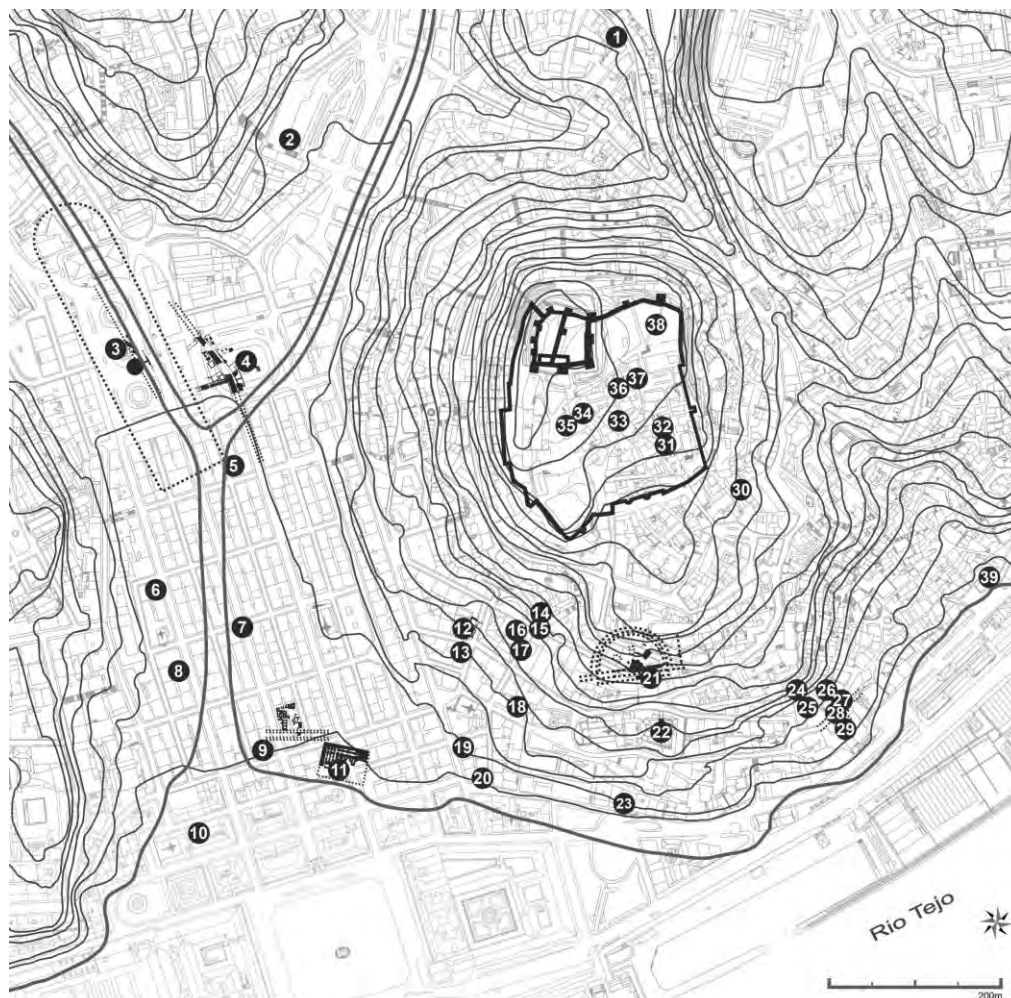


Fig. 1 — Planta de Lisboa com indicação dos locais de proveniência das ânforas estudadas.

1. Rua dos Lagares; 2. Encosta de Sant'Ana; 3. Circo Romano; 4. Praça da Figueira; 5. Hotel de Santa Justa; 6. Rua do Ouro, 197; 7. Rua Augusta (1988); 8. Rua do Ouro, 133-145; 9. Zara; 10. Banco de Portugal; 11. Criptopórtico; 12. *Thermae Cassiorum* (1990'); 13. *Thermae Cassiorum* (2013); 14. São Crispim; 15. Rua de São Mamede; 16. Palácio dos Duques de Penafiel; 17. Calçada do Correio Velho; 18. Largo de Santo António; 19. Rua da Madalena; 20. Rua dos Bacalhoeiros; 21. Teatro Romano; 22. Claustros da Sé; 23. Casa dos Bicos; 24. Travessa das Merceeiras; 25. Beco do Marquês de Angeja; 26. Pátio Senhora de Murça; 27. Rua de São da João da Praça (2009); 28. Rua de São João da Praça (2001); 29. Palácio do Marquês de Angeja; 30. Fundação Ricardo Espírito Santo Silva; 31. Rua do Recolhimento, 35; 32. Pátio José Pedreira; 33. Rua de Santa Cruz do Castelo; 34. Rua do Espírito Santo; 35. Palácio das Cozinhas; 36. Grupo Desportivo do Castelo; 37. Largo de Santa Cruz do Castelo; 38. Praça Nova; 39. Rua dos Remédios.

ro aumento das importações de alimentos transportados em ânforas e se regista o início da chegada de contentores de forma ovoide, inspirados em modelos itálicos, provenientes do Vale do Guadalquivir, a par da continuidade do abastecimento de vinho itálico e de preparados piscícolas da costa meridional da Ulterior. Este aumento, difícil de precisar no caso de Lisboa devido à escassez de contextos dessa época, poderá constituir um reflexo do episódio sertoriano e das ações militares empreendidas por César durante a sua estadia na área da futura província da Lusitânia.

A partir de meados do século I a. C. e até ao início do Principado de Augusto, verifica-se um acentuado aumento no comércio de alimentos, ainda que não pareça atingir as proporções que se haviam observado durante o terceiro quartel do século II a. C. Este novo auge das importações caracteriza-se principalmente pela hegemonia dos produtos da

Proveniência	TF	TF %	NMI	NMI %
Lusitânia, Tejo/Sado	4912	49,59%	1939	45,41 %
Lusitânia, Peniche	43	0,43%	33	0,77%
Bética, costa ocidental	573	5,78%	260	6,09%
Bética, costa oriental	11	0,11%	8	0,19%
Bética, Vale do Guadalquivir	2066	20,86%	895	20,96%
Hispania Ulterior, costa meridional	344	3,47%	211	4,94%
Hispania Ulterior, Vale do Guadalquivir	58	0,59%	52	1,22%
Hispania Ulterior, Tejo/Sado	2	0,02%	2	0,05%
Tarraconense, costa setentrional	29	0,29%	26	0,61%
Ilha de Ibiza	22	0,22%	12	0,28%
Hispania Citerior, costa setentrional	2	0,02%	2	0,05%
Gália Narbonense	185	1,87%	81	1,90%
Península Itálica, costa tirrénica	907	9,16%	377	8,83%
Península Itálica, costa adriática	62	0,63%	47	1,1%
Ilha de Lipari	20	0,2%	12	0,28%
Norte de África	259	2,61%	136	3,19%
Mediterrâneo Oriental	221	2,23%	100	2,34%
Indeterminado	190	1,92%	77	1,8%
TOTAL	9906	100%	4270	100%

Tabela 1 — Quantificação global das ânforas de *Olisipo*.

Ulterior, sobretudo do Vale do Guadalquivir, e pelo acentuado decréscimo da importação de vinho itálico. O novo ou remodelado repertório anfórico é a partir de então dominado pelas formas ovóides do Guadalquivir e do litoral sul da Ulterior, enquanto as T-7.4.3.3., a par das Dressel 1, parecem diminuir significativamente. Relativamente ao século anterior, o panorama do consumo regista agora um maior equilíbrio entre os três principais produtos, embora se mantenha a hegemonia do vinho, que passa a proceder sobretudo do Vale do Guadalquivir. Também desta região, importa registar o expressivo aumento na importação de azeite, enquanto os preparados piscícolas continuam a proceder em níveis consideráveis e de forma quase exclusiva da costa meridional da Ulterior.

Ainda dentro do terceiro quartel do século I a. C., haverá que mencionar o aparecimento das primeiras produções anfóricas lusitanas plenamente romanas que, embora muito escassas em *Olisipo* durante esse período, estão bem documentadas no Vale do Tejo, no Monte dos Castelinhos (Pimenta & Mendes, 2014; Pimenta, 2017), no Vale do Sado (Mayet & Silva, 2016, p. 64) e na Rocha da Mina, no interior alentejano (Mataloto, Williams & Roque, 2016). Nesta fase mais antiga, a ocorrência destes contentores parece coincidir, pelo menos em parte, com sítios com comprovada presença militar ou integrantes do processo de romanização e articulação do interior do território que, simultaneamente, coincidem com os circuitos de distribuição das ânforas béticas da segunda metade do século I a. C. (García Vargas, Almeida & González Cesteros, 2011, p. 265).

Estas profundas alterações são genericamente transversais a todo o Ocidente peninsular e à restante *Hispania* (Mateo Corredor, 2014), enquadrando-se nas importantes transformações comerciais que ocorreram à escala do império durante a segunda metade do século I a. C., e em particular durante o Principado de Augusto, observando-se uma inversão da tendência nas relações centro/periferia, em que Itália deixa de ser a grande

região produtora e exportadora para passar a ser a principal beneficiária (especialmente Roma) dos artigos produzidos nas províncias, onde os produtos itálicos chegam em cada vez menores quantidades (Tchernia, 1986, p. 157-158; Fabião, 1998, p. 178; Mateo Corredor, 2014, p. 681).

3. De Augusto ao Início da Dinastia Severa

A partir de Augusto, a produção local/regional de preparados à base de peixe atinge proporções consideráveis, introduzindo algumas alterações no perfil das importações,

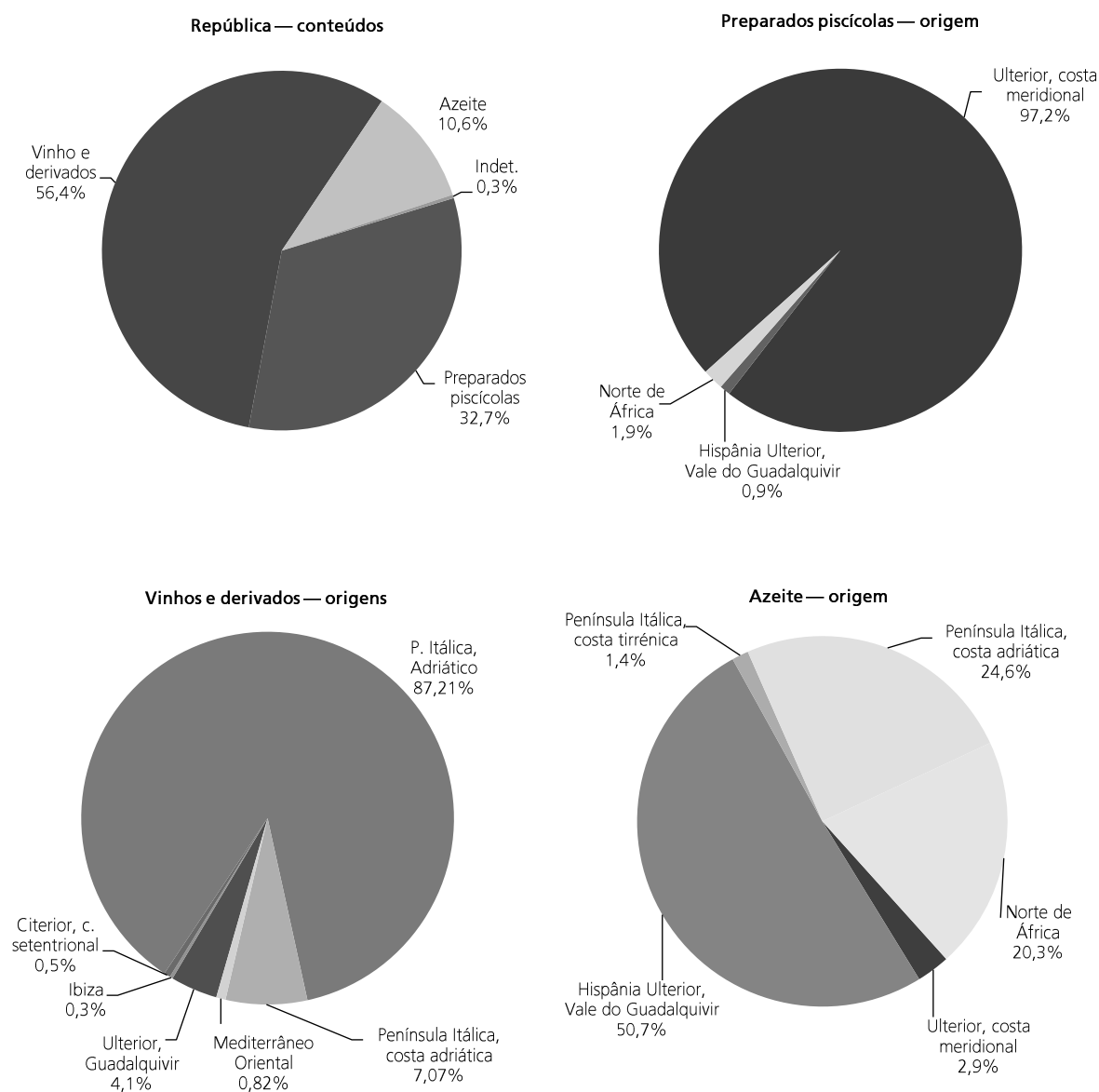


Gráfico 1 — República. Gráficos com indicação das percentagens dos diferentes produtos consumidos e das regiões de proveniência dos distintos produtos.

resultando numa gradual diminuição do afluxo desse tipo de artigo alimentar procedente da região gaditana — ainda que sempre em percentagens significativas — e representando, simultaneamente, um importante impulso na economia regional que se viria a tornar num dos mais relevantes motores económicos da Lusitânia. Paralelamente, durante este período, em que não se atestam significativas alterações nas regiões de origem dos artigos importados e se assiste a um incremento gradual do comércio, parece ter continuidade o aumento proporcional do consumo de azeite que se regista desde meados do século I a. C., observando-se na viragem da Era um relativo equilíbrio entre o consumo desse produto e o de vinho e preparados piscícolas.

Este panorama, que denuncia uma conjuntura muito positiva na dinâmica comercial e na economia da cidade entre o início de Augusto e o final do primeiro quartel do século I d. C., enquadra-se num contexto histórico em que se conjugaram relevantes fatores favoráveis. Entre estes destaca-se o desenvolvimento urbano que se registou em *Olisipo* durante esta época e que terá resultado sobretudo das importantes reformas político-administrativas levadas a cabo no Ocidente hispânico por aquele que é considerado como o primeiro imperador de Roma (Alarcão, 1990; Fabião, 1993; Alarcão, 1994; Mantas, 1994; Silva, 2005), tendo a cidade recebido o relevante estatuto jurídico-administrativo de *municipium civium romanorum* entre 31 e 27 a. C. e, com ele, a designação de *Felicitas Iulia Olisipo* (Faria, 1999). Por outro lado, a relevante dinâmica comercial proporcionada pelas campanhas militares no noroeste peninsular, de que *Olisipo* e a restante província da Lusitânia terão decerto beneficiado, tanto na receção das mais variadas



Fig. 2 — Mapa do Mediterrâneo com as regiões de origem das ânforas republicanas assinaladas.

mercadorias em trânsito como na intensificação da indústria de preparados piscícolas e sua exportação para aquela região, não foi naturalmente alheia à fundação de *Augusta Emerita* e ao estabelecimento dos veteranos de guerra nesta cidade, a par da criação da província da *Lusitania* (Alarcão, 1988; Mantas, 1990; Fabião, 1993; Faria, 1999; Faria, 2006; Le Roux, 2010). Todos estes fatores terão gerado uma significativa dinâmica comercial e económica de que, certamente, *Olisipo* terá constituído um dos principais beneficiários, incrementando a partir de então o seu já vetusto carácter de importante entreposto comercial e polo de redistribuição.

O segundo quartel do século I d. C. representa o período de maior atividade comercial em *Olisipo*, aparentemente extensível ao restante Ocidente hispânico, atingindo o apogeu durante o reinado de Cláudio e o início do de Nero, por volta de meados da centúria. Para tal contribuiu sobretudo o desenvolvimento da indústria piscícola lusitana, cada vez mais importante no abastecimento local e regional, e a importação do azeite e do vinho do Vale do Guadalquivir em grandes quantidades, cuja afluência haverá que relacionar com a conquista da *Britannia* empreendida por Cláudio e com o relevante e estratégico papel desempenhado pela rota atlântica nessas campanhas (Fabião, 2009a; Remesal Rodríguez, 2010), mantendo-se ainda o forte crescimento e desenvolvimento urbano em *Olisipo* que se havia iniciado com Augusto.

No terceiro quartel do século I d. C., mais provavelmente a partir dos últimos anos do reinado de Nero, observa-se uma tendência geral de diminuição das importações extraprovinciais, em especial do vinho, que regista uma acentuada quebra, acompanhada de um aumento dos produtos piscícolas locais/regionais, potenciado sobretudo pelo importante desenvolvimento da indústria piscícola lusitana a partir de meados do século; surge nesta altura o contentor que constituirá, pelo menos até ao final do século seguinte, o grande representante dos preparados à base de peixe produzidos na mais ocidental província do Império Romano, a Dressel 14. Estas tendências no quadro de consumo acentuam-se no último quartel do século I d. C., registando-se então uma significativa quebra também na importação do azeite, enquanto a importação dos preparados piscícolas béticos parece manter uma certa estabilidade. A diminuição na importação dos produtos da uva enquadra-se na quebra que se registou no grande comércio do vinho um pouco por todo o império nesta época (Tchernia, 1986; Fabião, 1998) e que, também no caso da Lusitânia e como atrás se fundamentou, deverá estar diretamente relacionada com o desenvolvimento da produção local e regional daquele produto, que nesta fase poderia ainda ser transportado sobretudo em contentores feitos de materiais perecíveis (odres e tonéis). Este período é ainda marcado pelo colapso das importações do vinho bético, até então totalmente predominante, passando aquele produto a ser importado sobretudo da Gália e do Mediterrâneo Oriental, embora em quantidades significativamente mais reduzidas do que em épocas anteriores.

No primeiro quartel do século II d. C. acentua-se a quebra nas importações extraprovinciais de vinho, mas também de preparados piscícolas, enquanto o azeite parece registar uma muito ligeira subida. Independentemente da existência ou não de um abrandamento da economia do império logo a partir do início desta centúria (Quaresma, 2012) e da sua eventual relação com a diminuição do volume das importações em *Olisipo*, que na realidade se regista aqui desde a segunda metade do século I d. C., particularmente do

seu último quartel, os dados de Lisboa não constituem necessariamente sinais de declínio económico ou de diminuição da capacidade económica dos seus habitantes. Pelo contrário, parecem sugerir uma conjuntura económica positiva, indiciando o desenvolvimento significativo da economia lusitana, particularmente da produção piscícola e vitivinícola, assim como da exploração do sal e da produção oleira, cujos produtos passaram em grande medida a substituir os artigos que eram anteriormente importados de outras regiões. Esta vitalidade da economia lusitana é verificável em especial na exportação dos seus produtos, sobretudo os piscícolas, mas também, e decerto com maior expressividade do que atualmente se documenta, os vinícolas. Embora a presença de

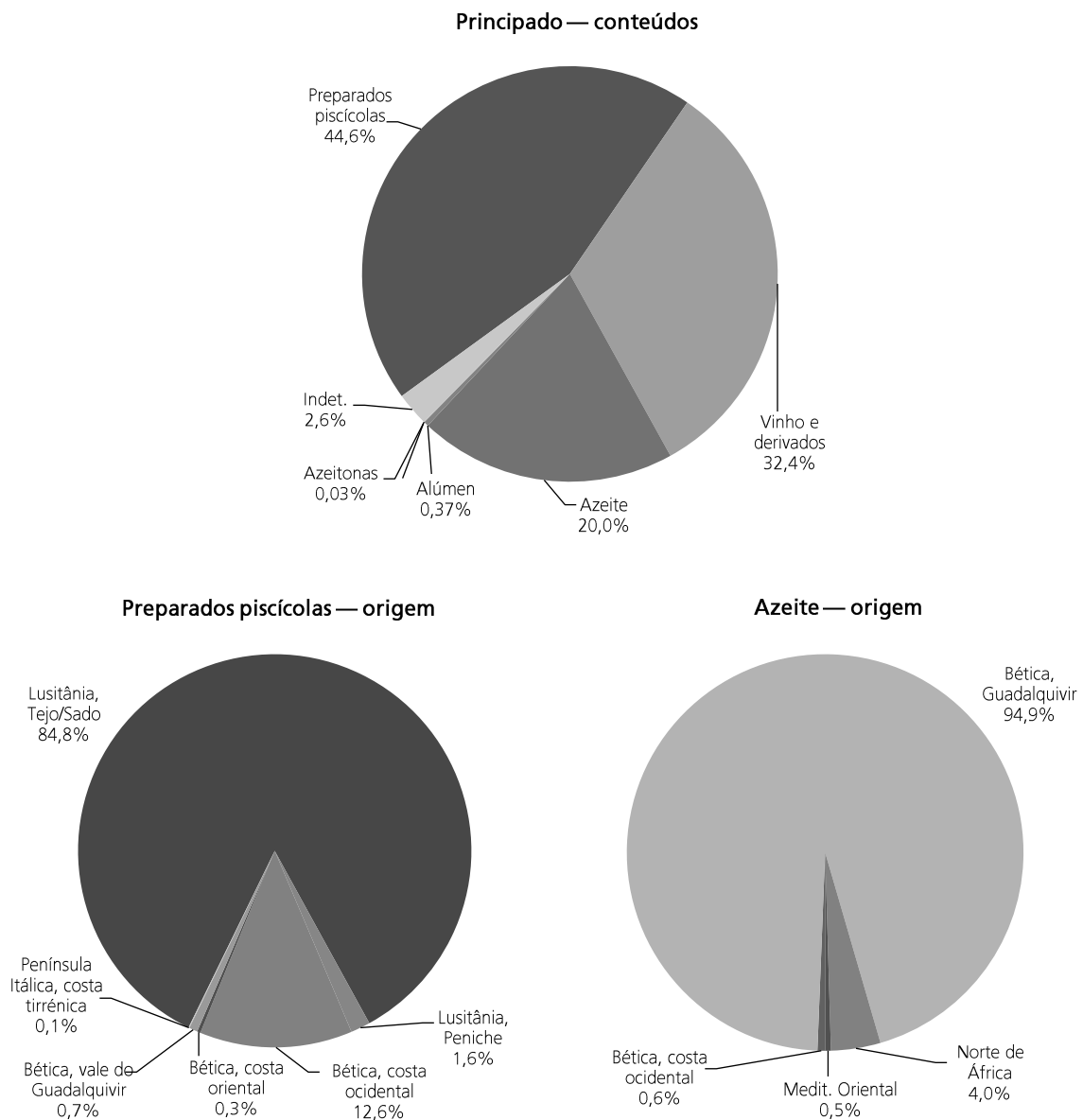


Gráfico 2 — Principado. Gráficos com indicação das percentagens dos diferentes produtos consumidos e das regiões de proveniência dos distintos produtos.

ânforas piscícolas lusitanas na *Britannia* (Carreras Monfort, 1998; Carreras Monfort, 2000), na *Gallia Belgica* (Laubenheimer e Marlière, 2010) e na *Germania Superior* (González Cesteros, 2014; Monsieur, 2016; Almeida & González Cesteros, 2017) seja surpreendentemente escassa — ao contrário das béticas, que deverão ter beneficiado do comércio anonário, viajando à boleia do azeite do Guadalquivir a um custo inferior (Reynolds, 2010, p. 16) —, elas estão bem documentadas em Óstia e em Roma, bem como em vários outros locais da Península Itálica, do sul da Gália, das ilhas do Mediterrâneo Ocidental e em vários naufrágios no Mediterrâneo, para além da própria Hispânia (entre outros, Parker, 1992; Rizzo, 2003; Ferrandes, 2008; Rizzo, 2014; Bombico, 2016; Djaoui & Quaresma, 2016; Gaddi & Degrassi, 2016; García Vargas, 2016; Járrega Domínguez & González Cesteros, 2016; Rizzo, 2016).

Mesmo a descida no volume dos produtos extraprovinciais, consensual e perfeitamente verificável na amostra global analisada à luz deste trabalho, não representa necessariamente um sinal de declínio ou abrandamento da economia. Haverá que considerar que foi sobretudo na importação dos produtos oriundos da vizinha *Baetica* que se observou uma quebra significativa, o que, com exceção do azeite, se deverá relacionar diretamente com o importante desenvolvimento da exploração piscícola e vitivinícola local/regional. Mais relevante será sublinhar que é precisamente a partir dessa altura que se assiste à ampliação das relações comerciais com paragens mais distantes, diversificando-se as áreas produtoras e aumentando, em relação ao século I d. C., o volume de importação de regiões como a metade oriental do Mediterrâneo, o Norte de África e a Gália. Por outras palavras, a maturidade da indústria piscícola e vitivinícola lusitana, a par do incremento nas importações extra-Hispânia, parecem demonstrar um momento de particular vitalidade na economia de *Olisipo* e do Ocidente peninsular que aparentemente se mantém até ao final do século II d. C.

O quadro de importações altera-se de forma significativa durante o segundo quartel do século II d. C. no que se refere ao afluxo de azeite, observando-se então um notável aumento do consumo daquele produto, sempre esmagadoramente importado do Guadalquivir, alcançando, por volta de meados do século, valores muito aproximados aos que se haviam verificado em meados da centúria anterior, panorama que se parece ter mantido até ao final da Dinastia Antonina, coincidindo com a época de maior produção e distribuição do azeite bético (Blázquez Martínez, 1980; Berni Millet, 2008; Berni Millet & García Vargas, 2016). Ainda durante o segundo quartel do século II d. C., verifica-se a estabilização, em níveis muito baixos, da importação das salgas béticas e do vinho, este essencialmente procedente da *Gallia* e do Mediterrâneo Oriental.

Este cenário parece manter-se sem alterações significativas até ao final do século II d. C., ou talvez seja mais correto dizer até ao fim da Dinastia Antonina, altura em que decresce consideravelmente a importação do azeite do Guadalquivir (para níveis inferiores aos da Época Flávia) e se assiste ao retorno da importação das salgas do litoral bético em grandes proporções, mantendo-se aparentemente em níveis relativamente estáveis o consumo do vinho extraprovincial. A escassez de contextos do século II d. C., ou com balizas cronológicas suficientemente finas em Lisboa, não permite precisar as oscilações que terão ocorrido na produção e consumo dos produtos lusitanos durante esse lapso de tempo, embora tudo pareça indicar que tanto a produção dos preparados

piscícolas como a do vinho tenham conhecido um significativo incremento durante a segunda metade daquela centúria, cenário que parece receber confirmação sobretudo nos dados de Óstia (Rizzo, 2014), no que se refere ao primeiro produto, e em alguns contextos de *Olisipo*, no que se refere ao vinho.

Estes dados sugerem a vitalidade da economia piscícola lusitana no final da Dinastia Antonina, não sendo fácil, a partir da sua leitura, localizar cronologicamente o momento de viragem para o propagado panorama generalizado de perturbação nos fluxos de exportação de preparados à base de peixe que em geral se observa na Lusitânia, habitualmente apontado à transição dos séculos II para III d. C. (Fabião, 2004; Fabião, 2009b; Mayet & Silva, 2010) e documentado em *Olisipo* em sítios como o NARC (Bugalhão, 2001), a Rua dos Correeiros (Silva, 1999; Bugalhão, 2001) e a Casa dos Bicos (Filipe et al., 2016). Tendo em conta o que anteriormente ficou exposto, parece consensual que antes do final do século II d. C. não se verificam na indústria piscícola lusitana os sinais de depressão vincada e abrandamento da economia que se observam no consumo de *terra sigillata* durante a segunda centúria em *Olisipo* (Silva, 2012), Santarém (Viegas, 2003) e outros locais da Lusitânia (Viegas, 2011; Quaresma, 2012).

As oscilações na importação dos produtos da Gália não são fáceis de rastrear no registo arqueológico de *Olisipo*. Estão atestadas a partir de meados do século I d. C., momento em que parece arrancar a grande difusão dos vinhos narbonenses, maioritariamente exportados nas Gauloise 4. Os dados parecem apontar para uma intensificação da sua chegada à cidade da foz do Tejo a partir da Dinastia Flávia, coincidindo com a quebra acentuada da importação do vinho bético e também do grande comércio do vinho à escala do império (Tchernia, 1986; Fabião, 1998). Durante os séculos II e III d. C., a importação dos vinhos gauleses parece ter assegurado uma certa estabilidade, não se observando significativas oscilações na sua chegada a *Olisipo*, o que aparentemente se terá mantido até ao final do século III ou início do IV d. C. Ainda que nunca atingindo o volume que os vinhos béticos haviam alcançado em períodos anteriores, a Gália constituiu-se, durante todo o século II e o século III d. C., como a principal região abastecedora de vinho a *Olisipo*, no contexto das importações extraprovinciais.

No que se refere aos produtos provenientes do Mediterrâneo Oriental, quase exclusivamente representados pelo vinho, embora presentes desde o século II a. C., não parecem alcançar qualquer expressividade estatística até ao final da Dinastia Júlio-Cláudia. A sua chegada em proporções um pouco mais significativas ao Ocidente hispânico parece iniciar-se sobretudo a partir da segunda metade do século I d. C., o que poderá estar relacionado com a incorporação das produções ródias nos abastecimentos institucionais às províncias do Norte durante a época de Cláudio (Peacock, 1977, p. 170; Fabião, 1998, p. 183), realidade que é principalmente rastreável na *Britannia*. Ainda assim, à semelhança do que se verifica com o vinho da Gália, o registo arqueológico de *Olisipo* parece indicar que a importação dos artigos orientais ocorreu sobretudo a partir dos Flávios, mantendo-se aparentemente em níveis estáveis durante todo o século seguinte. Embora este comércio nunca alcance volumes muito significativos, os produtos orientais constituíam uma percentagem muito importante no âmbito da importação extraprovincial de vinho durante o século II d. C., sendo apenas ultrapassados pelos artigos da *Gallia*.

Em relação às produções itálicas, elas estão atestadas desde os momentos mais precoces da presença romana em *Olisipo*, altura em que eram totalmente preponderantes, correspondendo sobretudo a contentores vinários da costa tirrénica (Greco-Itálicas e Dressel 1), embora também estejam presentes outros produtos, como o azeite e mesmo os preparados piscícolas, e outras regiões produtoras como a costa adriática. No terceiro quartel do século II a. C., o vinho tirrénico era importado em grandes quantidades, destinando-se a abastecer os exércitos em campanha no Ocidente peninsular. Este comércio abrandou de forma expressiva durante o final daquela centúria, apesar de continuar a dominar o panorama das importações de então, mantendo provavelmente uma certa estabilidade até meados do século I d. C. Sensivelmente a partir desta data, as importações itálicas em Lisboa parecem ter conhecido uma considerável quebra que se terá prolongado de forma gradual até ao final do século, altura em que deverão ter atingido níveis bastante baixos e em que se parece observar o final das Dressel 1 e a sua substituição definitiva pelas Dressel 2-4, cuja produção se havia iniciado por volta de meados do século I a. C., mas que nunca viriam a conhecer os mesmos volumes de produção da Dressel 1.

As Dressel 2-4 itálicas, fundamentalmente provenientes da região campana, chegaram a *Olisipo* sobretudo durante os três primeiros quartéis do século I d. C., constituindo então uma percentagem menor do comércio do vinho, dominado no Ocidente hispânico pela Bética. A sua importação parece ter diminuído para níveis residuais a partir do último quartel daquela centúria e durante todo o século II d. C., o que se deverá relacionar



Fig. 3 — Mapa do Império Romano com as regiões de origem das ânforas imperiais assinaladas.

com a erupção do Vesúvio, uma vez que é assaz rara nos contextos dessa época em *Olisipo*. Refira-se ainda que a sua ocorrência nesta cidade em níveis do século III, nomeadamente na Praça da Figueira, poderá indiciar que alguns dos fragmentos analisados possam na realidade corresponder às Dressel 2-4 campanas tardias, em geral designadas «Almond Rim», cuja presença está atestada em *Hispalis* (García Vargas, 2016) e em *Augusta Emerita* (Almeida e Sánchez Hidalgo, 2013), sendo, por esse motivo, expectável que também tenham chegado a *Olisipo*.

As relações comerciais com o Norte de África recuam também aos momentos mais precoces da presença romana no Ocidente, altura em que o azeite da Tripolitânia e da região da atual Tunísia, envasado nas designadas «Africanas Antigas», fazia parte dos abastecimentos oficiais aos efetivos militares em campanha, ainda que em quantidades relativamente reduzidas; encontra-se também documentada a importação de preparados piscícolas dessa área, durante a República, nas T-7.4.2.1./T-7.4.3.1. Se estas últimas parecem cingir-se ao século II a. C., a importação das Africanas Antigas ter-se-á prolongado até um momento avançado do século I d. C. O registo arqueológico de Lisboa não permite definir com precisão o ritmo de chegada destes contentores durante a República, sendo, contudo, expectável que as oscilações da sua importação se relacionem com a maior ou menor presença do exército na região, à imagem do que se passou com as Dressel 1.

As ligações comerciais de *Olisipo* e do Ocidente hispânico ao Norte de África parecem ter diminuído consideravelmente entre Augusto e os meados do século I d. C., sendo muito escassos os tipos identificados em Lisboa cuja produção se enquadra, pelo menos em parte, nesse lapso temporal — Tripolitana I e Dressel 2-4/Schoene-Mau XXXV — e inexistentes nos contextos olisiponenses dessa época. Embora difícil de precisar devido à escassez de dados contextuais, as relações comerciais com a *Africa Proconsularis* poderão ter sofrido um ligeiro aumento na segunda metade do século I d. C., tendo em conta as cronologias de produção de algumas ânforas atestadas em *Olisipo*, parecendo, contudo, que deverá ter sido sobretudo a partir do início do século seguinte que a dinâmica comercial com aquela região terá ganho um novo fôlego, embora sempre em proporções modestas. Estas importações, que terão conhecido um novo aumento por volta de meados do século II d. C., terão sido incrementadas sobretudo a partir do último quartel/finais daquela centúria, atingindo já durante o século III níveis mais significativos.

Os produtos oriundos da região nordeste da *Hispania* nunca alcançaram proporções expressivas no Ocidente peninsular, orientando-se o seu comércio mais para o centro do império. A sua presença nesta região parece, todavia, recuar ao século II a. C., tendo em conta a ocorrência de uma imitação de Greco-Itálica produzida na Citerior, estando igualmente atestada durante o século I a. C. pela presença de uma Dressel 1 dessa mesma área e por um exemplar de Pascual 1 identificado num contexto do terceiro quartel daquela centúria. Meramente residuais no quadro de importações de *Olisipo* antes da viragem da Era, as importações tarraconenses, embora sempre minoritárias, conheceram um importante incremento durante o século I d. C., com o seu início muito provável durante o Principado de Augusto. A sua chegada parece diminuir significativamente durante o século II d. C., caindo de novo para níveis somente residuais, tendo perdurado pelo menos até à primeira metade do século III d. C.

De carácter igualmente minoritário, as importações de vinho da ilha de Ibiza em *Olisipo* parecem ter-se iniciado a partir de meados do século I d. C., centrando-se sobretudo entre a Dinastia Flávia e os meados do século seguinte. A sua ocorrência em contextos da segunda metade do século II e do século III d. C., bem como a presença de variantes de bordo mais tardias, parecem indicar que a sua importação se terá mantido até às primeiras décadas daquela última centúria.

4. Conclusão

A existência de uma importante rota atlântica que estabelecia a ligação marítima entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo, garantindo o abastecimento de carácter institucional aos contingentes militares estacionados na *Germania*, na *Britannia* e no noroeste peninsular e possibilitando o desenvolvimento de redes comerciais paralelas de carácter privado, tem vindo a ser contundentemente demonstrada por diversos autores ao longo das últimas décadas (entre outros, Remesal Rodríguez, 1986; Fabião, 1993-1994; Morais & Carreras Monfort, 2004; Fabião, 2009a; Carreras Monfort & Morais, 2010; Remesal Rodríguez, 2010; Carreras Monfort & Morais, 2012; Morillo Cerdán, Fernández Ochoa & Salido Domínguez, 2016). Os dados acima apresentados vêm sublinhar a relevância dessa rota e a sua vitalidade desde a segunda metade do século I a. C. até ao final do Principado, constituindo uma evidência mais da sua importância no quadro das rotas marítimas do império e da conectividade interprovincial, particularmente no comércio de alimentos envasados em ânforas.

Naturalmente, a rota atlântica não seria a única rota marítima de que *Olisipo* beneficiava. Segundo Remesal Rodríguez, apoiado em alguns textos clássicos de autores como Tácito, Apiano, Horácio, Orósio e Estrabão, nos casos das mercadorias que se destinavam diretamente à *Britannia* e à *Germania*, aquela seguiria um trajeto direto até às ilhas britânicas a partir do noroeste peninsular, tirando partido das correntes marinhas e utilizando o farol de *Brigantium* (Corunha) como ponto fundamental no auxílio à navegação (Remesal Rodríguez, 2010, p. 153). Mas tal não excluía a existência de uma rota de cabotagem, que percorreria as fachadas ocidental e setentrional da Hispânia e da Gália, ou de rotas diretas até aos principais portos dessa faixa litoral que atuavam como centros redistribuidores — onde se destacaria *Olisipo* —, principalmente para as regiões do interior, ou ainda de múltiplas rotas entre os diversos portos da extensa costa atlântica do império (Remesal Rodríguez, 2010, p. 153-154).

Os dados expostos demonstram a presença de uma rica e diversificada gama de produtos alimentares no extremo ocidental do império, produzidos nas mais variadas regiões do Mediterrâneo, evidenciando a existência de complexas redes de intercâmbio comercial. Demonstram também que uma parte significativa dos produtos atestados em *Olisipo* deverá ter chegado no âmbito dos abastecimentos de carácter oficial, controlados e centralizados pelo Estado romano. Ambos os aspetos validam, pelo menos em parte, os principais modelos interpretativos da economia romana, «primitivistas» (Weber, 1909; Finley, 1973) e «modernistas» (Rostovtzeff, 1926), em que se destacam as visões tendencialmente antagónicas.

Será ainda importante realçar que, embora alicerçadas numa amostra estatisticamente fiável, as principais interpretações e leituras aferidas a partir da análise das ânforas de Lisboa deverão ser encaradas como tendências principais e não como factos absolutos, condicionadas à partida pelas limitações inerentes aos distintos conjuntos anfóricos e respetivos contextos estratigráficos, mas também àquilo que é o estado atual do conhecimento.

Bibliografia

ALARCÃO, J. (1988) — *O domínio romano em Portugal*. 2.ª ed. Mem Martins: Europa-América.

ALARCÃO, J. (1990), dir. — O Domínio Romano. In ALARCÃO, J., coord. — *Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 342-441 (Nova História de Portugal; 1).

ALARCÃO, J. (1994) — Lisboa romana e visigótica. In ARRUDA, A., ed. lit. — *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 58-63.

ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2017) — Las ánforas lusitanas en los orígenes del mundo romano septentrional. In CARRERAS MONFORT, C., BERG, J. Van Der, ed. lit. — *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the Lower-Rhineland from the Augustan period to AD 69/70*. Oxford: Archaeopress. p. 87-91. (Archaeopress Roman Archaeology; 20).

ALMEIDA, R.; SÁNCHEZ HIDALGO, F. (2013) — Las ánforas del Cuartel de Hernán Cortés. Nuevos datos para el estudio de la importación y consumo en Augusta Emerita. In BERNAL, D.; JUAN, L. C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAZ, J. J.; SÁEZ, A. M., ed. lit. — *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania. Congreso Internacional de la SECAH*, 1, Cádiz, 2011. Actas. Tomo II. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 49-58 (Monografías Ex Officina Hispana; 1).

BERNI MILLET, P. (2008) — *Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona (Col·lecció Instrumenta; 29).

BERNI MILLET, P.; GARCÍA VARGAS, E. (2016) — Dressel 20 (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. [Em linha]. Disponível em: <URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-20-guadalquivir-valley>>.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ J. M. (1980) — La exportación del aceite hispano en el Imperio romano. Estado de la cuestión. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M., ed. lit. — *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad. Congreso Internacional*, 1, Madrid, 1980. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, p. 19-46.

BOMBICO, S. A. R. (2016) — *Economia marítima da Lusitânia romana: exportação e circulação de bens alimentares*. Tese de Doutoramento em História, es-

pecialidade de Arqueologia apresentada à Universidade de Évora (policopiado).

BUGALHÃO, J. (2001) — *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 15).

CARRERAS MONFORT, C. (1998) — Britannia and the Imports of Baetican and Lusitanian Amphorae. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. vol. 0, p. 159-170.

CARRERAS MONFORT, C. (2000) — *Economía de La Britannia romana: la importación de alimentos*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona. (Col·lecció Instrumenta; 8).

CARRERAS MONFORT, C.; MORAIS, R. ed. lit. (2010) — *The Western Roman Atlantic Façade. A Study of Economy and Trade in the Mar Exterior. From the Republic to the Principate*. Oxford: BAR Publishing (International Series; 2162).

CARRERAS MONFORT, C.; MORAIS, R. (2012) — The atlantic roman trade during the principate: new evidence from the western façade. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 31:4, p. 419-441.

DJAOU, D.; QUARESMA, J. C. (2016) — Lusitanian Amphorae from the Dump Layer above the Arles-Rhône 3 Shipwreck. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. p. 357-368. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).

FABIÃO, C. (1993) — O passado Proto-Histórico e Romano. In MATTOSO, J., ed. lit. — *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. I., p. 77-201.

FABIÃO, C. (1993-1994) — O azeite da Baetica na Lusitania. *Conímbriga*. Coimbra. 32/33, p. 219-245.

FABIÃO, C. (1998) — O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.

FABIÃO, C. (2004) — Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D., LAGÓSTENA, L., ed. lit. — *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-IV d. C.)*. Actas del Congreso Internacional. Oxford:

- BAR Publishing, p. 379-410. (International Series; 1266).
- FABIÃO, C. (2009a) — A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano? In GORGES, J. G.; ENCARNÇÃO, J.; BASARRATE, T. N.; CARVALHO, A., ed. lit. — *Lusitânia Romana: entre o mito e a realidade*. Actas Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana, 6, Cascais, Lisboa e Sintra, 2004. Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 53-74.
- FABIÃO, C. (2009b) — O ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanummiu* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Cruz Quebrada, 9, p. 25-50.
- FARIA, A. M. (1999) — Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 2:2, p. 29-50.
- FARIA, A. M. (2006) — Novas notas historiográficas sobre Augusta Emerita e outras cidades Hispano-Romanas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 9:2, p. 211-237.
- FERRANDES, A. F. (2008) — I contenitori da trasporto. In FILIPPI, F., ed. lit. — *Horti et sordes. Uno scavo alle falde del Gianicolo*. Roma: Quasar Edizioni, p. 247-283.
- FILIPE, V. (2023) — *Olisipo (Lisboa), o grande porto romano da fachada atlântica. Economia e comércio*. Lisboa: UNIARQ (Estudos e Memórias, 20).
- FILIPE, V.; QUARESMA, J. C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R. (2016) — Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d. C. em Olisipo: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In JÁRREGA, R.; BERNI, P., ed. lit. — *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: Instituto Catalán de Arqueología Clásica, vol. I., p. 423-445. (Monografías Ex Officina Hispana; III).
- FINLEY, M. I. (1973) — *The Ancient Economy*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- GADDI, D.; DEGRASSI, V. (2016) — Lusitanian Amphorae in Northern Adriatic Italy: the Eastern Part of Decima Regio. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress, p. 437-444. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).
- GARCÍA VARGAS, E. (2016) — Amphora Circulation in the Lower Guadalquivir Valley in the Mid Imperial Period: The Lusitana 3 Type. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress, p. 285-298 (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) — Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a. C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *Spal*. Sevilla, 20, p. 185-283.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2014) — *Ánforas hispanas en Germania Inferior antes de la formación de la provincia (20 a. C.-69 d. C.)*. Tesis Doctoral, Universidad Rovira i Virgili de Tarragona (policopiado).
- JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2016) — Early Imperial Lusitanian Amphorae from the Eastern Iberian Coast. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress, p. 343-353. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).
- LAUBENHEIMER, F.; MARLIÈRE, E. (2010) — *Échanges et vie économique dans le Nord-Ouest des Gaules (Nord/Pas-de-Calais, Picardie, Haute-Normandie): Le témoignage des amphores du II s. a. J.-C. au IV s. ap. J.-C.* [Besançon]: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- LE ROUX, P. (2010) — Les colonies et l'institution de la province de Lusitanie. In GORGES, J.-G., NOGALES BASARRATE, T., coord. — *Origem da Lusitânia romana (siglos I a. C.-I d. C.)*. Mesa Redonda Internacional sobre la Lusitânia romana, 7, Toulouse. Toulouse: Université de Toulouse-Le Mirail, p. 69-91.
- MANTAS, V. G. (1990) — As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 149-205.
- MANTAS, V. (1994) — Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana. In ARRUDA, A., ed. lit. — *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 70-75.
- MATALOTO, R.; WILLIAMS, J.; ROQUE, C. (2016) — Amphorae at the Origins of Lusitania: Transport Pottery from Western Hispania Ulterior in Alto Alentejo. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress, p. 139-151. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).
- MATEO CORREDOR, D. (2014) — *El comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a. C. y II d. C. Tráfico anfórico y relaciones mercantiles*. Tesis Doctoral, Universidad de Alicante (policopiado).
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2016) — Roman Amphora Production in the Lower Sado Region. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress, p. 59-71. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).
- MONSIEUR, P. (2016) — Lusitanian Amphorae in Germania Superior, Germania Inferior and Gallia Belgica. Scarcity, Identification Problems, Contexts

and Interpretations. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. p. 369-380. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).

MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) — Geografia del consum de les Haltern 70. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. p. 93-112. (Monografies del CASC; 5).

MORILLO CERDÁN, A.; FERNÁNDEZ OCHOA, C.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2016) — Hispania and the Atlantic Route in Roman Times: New Approaches to Ports and Trade. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 35:3, p. 267-284.

PARKER, A. J. (1992) — *Ancient shipwrecks of the Mediterranean & the Roman Provinces*. Oxford: BAR Publishing. (International Series; 580).

PEACOCK, D. P. S. (1977) — Roman amphorae: Typology, Fabric and Origins. In *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores. Actes du colloque de Rome*, 1974. Rome: École Française de Rome. p. 261-278. (Collection de l'École Française de Rome; 32).

PIMENTA, J. (2017) — Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do Monte dos Castelinhos — Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C., RAPOSO, J., GUERRA, A. Y; SILVA, F., ed. lit. — *Actas do Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana*. Lisboa: Uniarq — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Seixal: Câmara Municipal do Seixal. p. 195-205.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) — Monte dos Castelinhos — Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MAYORAL HERRERA, V.; MATALOTO, R. Y; ROQUE, C., ed. lit. — *La gestación de los paisajes rurales entre la Prehistoria y el período romano. Formas de asentamiento y procesos de implantación*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. p. 125-142. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXX).

QUARESMA, J. C. (2012) — *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos & Memórias; 4).

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) — *La annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania*. Madrid: Universidad Complutense.

REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2010) — De Baetica a Germania, consideraciones sobre la ruta y el comercio atlántico en el Imperio Romano. In MARCO SIMÓN, F.; PINA POLO, F.; REMESAL RODRÍGUEZ, J.,

ed. lit. — *Viajeros, peregrinos y aventureros en el mundo antiguo*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona. p. 147-160.

REYNOLDS, P. (2010) — *Hispania and the Roman Mediterranean AD 100-700: Ceramics and Trade*. London: Duckworth.

RIZZO, G. (2003) — *Instrumenta Urbis I. Ceramiche fini da mensa, lucerne ed anfore a Roma nei primi due secoli dell'Impero*. Rome: École Française de Rome. (Collection de l'École Française de Rome; 307).

RIZZO, G. (2014) — Le anfore, Ostia e i commerci mediterranei. In PANELLA, C., RIZZO, G., ed. lit. — *Ostia VI. Le Terme del Nuotatore*. Roma: L'Erma di Bretschneider. p. 65-440.

RIZZO, G. (2016) — Lusitanian Amphorae in Rome. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R.; MARTIN, A., ed. lit. — *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress. p. 409-418. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 10).

ROSTOVITZEFF, M. I. (1926) — *The Social and Economic History of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press.

SILVA, R. B. (1999) — Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha. In *Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, 2, Lisboa, 1997. Actas. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p. 43-67.

SILVA, R. B. (2005) — *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a. C.-séc. II d. C.)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiado).

SILVA, R. B. (2012) — *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

TCHERNIA, A. (1986) — *Le vin de l'Italie romaine. Essai d'histoire économique d'après les amphores*. Paris: De Boccard.

VIEGAS, C. (2003) — *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém — Economia, comércio e cerâmica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 26).

VIEGAS, C. (2011) — *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. (Estudos & Memórias; 3).

WEBER, M. (1909) — Agrarverhältnisse im Altertum. *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. München. Band 1:3, p. 52-188.